

Paulo Carvalho

## PATRIMÓNIO, TURISMO E LAZER

### Temáticas e Percursos de Investigação





Paulo Carvalho

**PATRIMÓNIO, TURISMO E LAZER**  
**Temáticas e Percursos de Investigação**

**FICHA TÉCNICA:**

**Título:** Património, Turismo e Lazer: Temáticas e Percursos de Investigação

**Autor:** Paulo Carvalho (Paulo Manuel de Carvalho Tomás)

**Fotografias da Capa:** Monsaraz (Alentejo), Cáceres (Extremadura), Almeida (Beira Interior Norte) e Gondramaz (Pinhal Interior Norte) – Paulo Carvalho

**Edição:** EUMED (Universidade de Málaga – Espanha)

**Copyright:** © Autor

**Depósito Legal:**

**ISBN:**

## ÍNDICE

Dedicatória .....	7
Autor .....	9
Prefácio .....	11
Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes .....	15
Viagem ao universo e património literário de Miguel Torga. A Cordilheira Central Portuguesa através do Diário (1932-1993) .....	31
Do “fim do mundo” aos refúgios da pós-modernidade. O lugar do património no contexto da revitalização de territórios rurais marginalizados .....	47
Património(s), políticas públicas e promoção do desenvolvimento local em Portugal: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos .....	79
O turismo nas estratégias de desenvolvimento do mundo rural português: complemento ou alternativa? .....	103
Turismo e imagem turística.	

Abordagem geográfica a partir da Lousã .....	125
Pedestrianismo e percursos pedestres .....	161
Walking, footpaths and heritage in Portugal: between enjoyment and preservation .....	185

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus queridos amiguinhos Eduardo, Francisco e Filomena por tudo o que me dão.





## AUTOR

**Paulo Carvalho** (paulo.carvalho@fl.uc.pt)

Geógrafo, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no Departamento de Geografia, e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra, Porto e Braga.

Desenvolve actividade docente em diversas unidades curriculares ao nível da licenciatura (Geografia; Turismo, Lazer e Património; Estudos Europeus), do mestrado (Geografia. Ordenamento do Território e Desenvolvimento; Lazer, Património e Desenvolvimento) e do doutoramento (Turismo, Lazer e Cultura; Geografia).

Tem participado em reuniões científicas nacionais e internacionais, designadamente no âmbito da International Geographical Union, da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, com comunicações que enfatizam temáticas como o planeamento regional e urbano; o desenvolvimento regional e local; o ordenamento do território; o desenvolvimento rural; o lazer e turismo; o património, entre outras.

É membro de diversas organizações científicas nacionais e internacionais e autor de mais de uma centena de trabalhos (e outros tantos textos sob a forma de notas, notícias e resumos), publicados em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Itália, Israel, Inglaterra, Irlanda, África do Sul, Brasil e Cabo Verde), com destaque para: *A Vila da Lousã. Contributo para um estudo de Geografia Urbana*, 1999; *Landscape and heritage as strategic resources for the rural development*, 2002; *Ordenamento do território e desenvolvimento sustentável: problemas e desafios*, 2003; *Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade*, 2006; *Conservation, development and the environment: a conflictual relationship or a different view for new geographies?*, 2007 (em colaboração); *Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas*, 2008; *Cidades e valorização paisagística de frentes aquáticas*, 2008; *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, 2009; *Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos eco-culturais*, 2009; *União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural*, 2009; *The municipal charter for*

*heritage as an innovative tool in urban planning in Portugal: from conceptualisation to operationalisation?*, 2009; *Turismo e sustentabilidade do desenvolvimento no contexto das Aldeias Históricas de Portugal: o exemplo do Piódão (Serra do Açor)*, 2010 (em colaboração); *Pedestrianismo e percursos pedestres em Portugal*, 2010 (em colaboração); *Walking, footpaths and heritage in Portugal: between enjoyment and preservation*, 2011; *Ordenamento e desenvolvimento territorial*, 2012.

## PREFÁCIO

A edição da presente obra tem como propósito fundamental disponibilizar a todos os interessados pelas temáticas do património, turismo e lazer um conjunto de reflexões que marcam o nosso percurso de docência e investigação dos últimos anos. Através desta plataforma, pretendemos divulgar conteúdos produzidos em contextos académicos e, assim, contribuir também para valorizar o sentido de utilidade social da investigação e produção científica.

Trata-se de textos originais (ainda não publicados) e de trabalhos publicados (em geral em suportes de difusão/acesso restrito) que resultam da nossa participação a título individual (com comunicação e entrega de trabalhos escritos) em eventos científicos nacionais e internacionais no período que decorreu entre 2006 e 2011, a saber:

. **Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes** (Workshop “Desenvolvimento Rural Património”, organizado pela Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais/Parque Natural da Madeira, que decorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santana, em 30 de Junho de 2011);

. **Viagem ao universo e património literário de Miguel Torga. A Cordilheira Central Portuguesa através do Diário (1932-1993)** (“Colóquio Viagem e(m) Movimento”, organizado pelo Instituto de Estudos Clássicos, Instituto de Estudos Geográficos e Secretariado da licenciatura em Turismo, Lazer e Património da Faculdade de Letras de Coimbra, que decorreu no Anfiteatro IV da Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra, no dia 3 de Março de 2009; uma versão adaptada desta comunicação foi publicada na revista *Cadernos de Geografia*, nº 26/27 (2007/2008), 2009, pp. 77-83.);

. **Do “fim do mundo” aos refúgios da pós-modernidade. O lugar do património no contexto da revitalização de territórios rurais marginalizados** (“II Congresso Internacional sobre Etnografia”, organizado pela AGIR – Associação de Desenvolvimento e Investigação Sócio-cultural, que decorreu no Auditório Municipal de Montemor-o-Novo, em 7 de Julho de 2006; o texto respectivo foi publicado nas *Actas* deste evento, 2007, 30 pp);

. **Património(s), políticas públicas e promoção do desenvolvimento local em Portugal: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos** (“13º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional/1º Congresso Lusófono de Ciência Regional”, organizado pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, que decorreu no Campus de Angra do Heroísmo/Universidade dos Açores, de 5 a 8 de Julho de 2007; o texto da comunicação está publicado nas *Actas* deste encontro, 2008, 27 pp.);

. **O turismo nas estratégias de desenvolvimento do mundo rural português: complemento ou alternativa?** (“IV Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural”, organizado pela Universidade de Guadalajara e pela Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, que decorreu na cidade do México, de 19 a 21 de Outubro de 2006; o texto respectivo foi publicado nas *Actas* deste evento, 2007, pp. 1745-1768);

. **Turismo e Imagem Turística. Abordagem geográfica a partir da Lousã** (texto entregue para publicação na revista *Arunce*, Lousã, no final de 2007);

. **Pedestrianismo e percursos pedestres** (texto publicado na revista *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território/Universidade de Coimbra, nº 28/29 (2009/2010), 2011, pp. 193-204);

. **Walking, footpaths and heritage in Portugal: between enjoyment and preservation** (“6th International Congress for Spatial Planning”, organizado pela FUNDICOT (Asociación Interprofesional de Ordenación del Territorio), que decorreu em Pamplona, no Palácio de Congressos e Auditório de Navarra, em 28 de Outubro de 2010; o texto foi publicado nas *Actas* deste evento, 2011, pp. 432-434).

Os textos seleccionados e o seu alinhamento pretendem conduzir o leitor através de um percurso narrativo que partindo do património, engloba de forma progressiva o turismo e o lazer, com diversos exemplos e escalas recorrentes e articuláveis, embora as paisagens rurais e os ambientes de montanha representem uma maior expressividade no conjunto desta publicação editada em forma de livro.

As configurações principais da análise revelam preocupações centradas nos instrumentos de gestão territorial e nos resultados de estratégias e processos de desenvolvimento dos territórios e das populações.

A contextualização teórica é uma preocupação transversal evidente em todos os textos, assim como a integração de escalas, na génese de análises casuísticas que pretendem aprofundar e explicitar os quadros conceptuais abordados na abertura de cada momento de reflexão.

Lousã, 20 de abril de 2012.

Professor Doutor Paulo Carvalho  
Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Geografia e  
Ordenamento do Território (CEGOT)  
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra (Portugal)



## **Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes**

### **1. Introdução**

O património, conceito marcado por um certo nomadismo científico e por uma acentuada plasticidade temporal e espacial (em que os seus elementos configuram escalas, tipologias e contextos diversos), emerge como temática de grande visibilidade e relevância estratégica no âmbito do desenvolvimento dos territórios e das populações, em ambientes geográficos de geometria variável, e sob diferentes pretextos: requalificação e revitalização territorial, melhoria das condições e da qualidade de vida das populações, reconstrução de memórias e identidades, processos de mediação educativa (educação patrimonial), e integração dos lugares na esfera dos lazeres turísticos, entre os mais significativos.

Na óptica dos principais documentos orientadores e normativos internacionais, entre convenções, recomendações, resoluções e restantes actos, as tendências evolutivas do património permitem sublinhar o crescimento e alargamento do campo patrimonial, a maior relevância das dimensões imateriais e dos ambientes rurais e vernaculares, a valorização do contexto paisagístico, a aproximação em relação aos cidadãos (incentivar a participação dos cidadãos nas diversas tarefas relacionadas com a protecção e a valorização do património e estabelecer com eles uma nova relação, a responsabilidade crescente do poder local, o incremento das estratégias de cooperação e a construção de redes, o carácter utilitário (no sentido de encontrar/atribuir função), e ainda o reconhecimento da educação patrimonial.

A integração do património nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações, revela uma tipologia ampla e complexa de estratégias/intervenções, que inclui os lazeres turísticos, designadamente o turismo cultural e ecológico, os museus e os parques temáticos, os eventos culturais, os estatutos de protecção e a classificação de lugares, as operações de requalificação urbanística e ambiental, entre as mais relevantes.

As perspectivas e as intervenções da União Europeia no âmbito do mundo rural reflectem a transição de uma concepção agrícola, centrada na

agricultura e direccionada para os agricultores e suas organizações, para uma concepção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas actividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios rurais por parte da população urbana.

Esta última, orientada para o território e para o conjunto da população rural, configura novas oportunidades para salvaguardar, valorizar e fruir o património, como o demonstram diversos programas e iniciativas sobretudo na última década, através de exemplos paradigmáticos entre lugares, rotas e redes.

## **2. Património: tendências evolutivas e dimensões pós-modernas**

A inclusão do património na agenda do planeamento e do desenvolvimento territorial é indissociável de um conjunto significativo de documentos orientadores e normativos (relacionados, em particular, com a UNESCO e o Conselho da Europa) que ilustram as preocupações contemporâneas no âmbito da sua protecção e valorização. A terminologia hoje utilizada reflecte o alargamento e a diversidade dos bens a patrimonializar, onde se incluem as dimensões intangíveis (música, festividades, tradições orais, saber-fazer, entre outras) e os novos desafios como, por exemplo, os conjuntos arquitectónicos rurais e urbanos, os imóveis e os equipamentos industriais, as arquitecturas de veraneio, as termas, as infra-estruturas de transporte e os aspectos geológicos e naturais.

Em Portugal, de acordo com a Lei n.º 107/2001 (que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), o conhecimento, estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural “visam incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; vivificar a identidade comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes (...); promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; defender a qualidade ambiental e paisagística”.

As preocupações em matéria de património cultural aparecem alinhadas com as grandes tendências internacionais e os compromissos assumidos pelo país nesta matéria, designadamente: a valorização do enquadramento paisagístico (o quadro relacional influencia de forma estática ou dinâmica o modo como ele é percebido); a definição de áreas de protecção; a elaboração de um plano de pormenor e de salvaguarda para os novos imóveis



classificados; a valorização da participação pública dos cidadãos; a atribuição de responsabilidade crescente aos municípios, que podem e devem desempenhar um papel relevante, especialmente no âmbito dos planos municipais de ordenamento do território.

No contexto da gestão territorial, segundo a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 54/2007, de 31 de Agosto), a salvaguarda e a valorização do património cultural decorre, no essencial, quer dos instrumentos de desenvolvimento territorial, quer dos instrumentos de planeamento territorial. Os primeiros, no âmbito de directrizes de natureza estratégica, revelam-se através de políticas e acções sectoriais, como o Programa Operacional da Cultura, e de forma indirecta ou complementar por via de diversos programas de desenvolvimento como, por exemplo, os Programas Operacionais Regionais, o LEADER (desenvolvimento rural), o POLIS (requalificação urbana) e o INTERREG (desenvolvimento transfronteiriço). Os segundos, no contexto de orientações de natureza regulamentar, incidem sobretudo em matérias relacionadas com a regulação do uso do solo e têm como matriz de maior visibilidade os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), em articulação com os demais instrumentos de gestão territorial relevantes.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, o património arquitetónico e arqueológico é reconhecido com um recurso territorial. O mesmo diploma determina que as medidas indispensáveis à proteção e valorização deste património (definido como “os elementos e conjuntos construídos que representam testemunhos da história da ocupação e do uso do território e assumem interesse relevante para a memória e identidade das comunidades”) decorram do programa nacional da política de ordenamento do território, dos planos regionais, dos planos intermunicipais de ordenamento do território, e dos planos sectoriais relevantes, tendo em vista acautelar o uso dos espaços envolventes, e reserva aos PMOT o estabelecimento dos parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de áreas de proteção.

O Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, reconheceu que é “tarefa fundamental do Estado proteger e valorizar o património cultural como instrumento primacial de realização de dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e identidades nacionais”, e, ainda mais relevante, contribuiu para definir o procedimento de classificações de bens culturais

imóveis, o regime das zonas de proteção e o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda. Este “estabelece as orientações estratégicas de atuação e as regras de uso e ocupação do solo e edifícios necessárias à preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção, desenvolvendo as restrições e os efeitos estabelecidos pela classificação do bem imóvel e pela zona especial de proteção ” (Decreto-Lei n.º 309/2009).

A proteção e valorização do património construído na esfera de ação dos PMOT envolve a identificação (obrigatória) dos bens classificados (no contexto das “servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento”) e também pode incluir a identificação de espaços de elevado valor patrimonial para os quais são definidos regulamentos especiais de gestão urbanística, tudo justificado e apoiado nos estudos de caracterização do território municipal e nos relatórios que explicitam os objetivos estratégicos/opções do plano e a respetiva fundamentação técnica (suportada na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução). Considerando, de igual modo, as dificuldades dos municípios em definir o programa de execução das intervenções previstas e respetivo plano de financiamento, é fácil concluir que os PMOT, através de uma conceção e prática redutora em matéria de património cultural, são mais instrumentos de catalogação de bens imóveis classificados do que ferramentas de uma estratégia de ação tendo em vista valorizar o referido património.

### **3. Rural pós-productivista: caminhos e sentidos de pluralidade**

As orientações estratégicas e as políticas da União Europeia para o mundo rural revelam duas tendências principais: da génese da política agrícola comum até meados dos anos 80, é evidente a preponderância da agricultura e a primazia das orientações produtivistas; desde então, mas sobretudo na última década, emerge e consolida-se uma nova perspectiva, na atmosfera de diversificação da base económica e de integração das políticas, ancorada ao desenvolvimento rural (CARVALHO, 2009).

As perspectivas e as intervenções da União Europeia no âmbito do mundo rural reflectem a transição de uma concepção agrícola, centrada na agricultura e direccionada para os agricultores e suas organizações, que coincide com um período de acentuado enfraquecimento e desvitalização

económica, social e demográfica de uma parte significativa do mundo rural, para uma concepção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas actividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios rurais por parte da população urbana. Esta última, de cariz territorial, norteada para o território e para o conjunto da população rural, considera que a política agrícola deve ser integrada no quadro de uma política de desenvolvimento rural que impulse a diversificação de actividades e dote os territórios rurais de infra-estruturas e equipamentos suficientes para que a população se mantenha nos espaços rurais em condições de qualidade (MOYANO ESTRADA, 2006) e responda às exigências da sociedade do lazer.

A tentativa de diversificar a base económica do mundo rural, e a sua inclusão nas novas escolhas geográficas de fenómenos como o lazer e o turismo, não pode ser dissociada das mudanças económicas, sociais e culturais ocorridas no espaço urbano. RIBEIRO (2003), citada por CARVALHO (2005: 167-168), assinala factores como os “níveis crescentes de instrução da população, o aumento dos tempos livres e as novas tendências de gestão e usufruto dos mesmos – férias repartidas –, a melhoria das infra-estruturas de acesso e das comunicações, e refere um movimento de revalorização do mundo rural, na génese da tentativa de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, estandardização, impessoalidade, saturação, dos modos e contextos de vida urbanos”.

Reconhecendo a importância estratégica do mundo rural e a sua crescente complexidade e diversidade (relacionada com o alargamento da União Europeia), as novas políticas têm como eixos estruturantes o reconhecimento da especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e a prioridade atribuída aos conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria. O objectivo principal é conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais e paisagísticas, preservar e valorizar a paisagem e a diversidade do património cultural, e ao mesmo tempo encontrar novas funções/usos para os territórios rurais compatíveis com esses princípios orientadores (CARVALHO, 2006).

Ao mesmo tempo, as recentes orientações europeias em matéria de desenvolvimento do mundo rural, com a transição de um modelo orientado para o sector agrícola (com objectivos produtivistas alicerçados nos mercados, preços e excedentes, entre outros) em direcção a um modelo centrado na sociedade rural e na modelação das suas paisagens, são

acompanhadas de uma valorização crescente da participação dos actores rurais na definição e gestão das políticas.

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER ((Ligação Entre as Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), pelo seu carácter inovador, configura uma referência incontornável e, ainda hoje, representa a dimensão de maior visibilidade desta nova concepção de desenvolvimento para o mundo rural europeu.

O LEADER constitui uma abordagem inovadora e pioneira neste domínio e configura uma ferramenta chave da política de desenvolvimento do mundo rural a partir de uma metodologia ascendente e de um conjunto de intervenções (com uma componente territorial muito marcada) (PLAZA GUTIÉRREZ, 2006). O Programa, lançado pela Comissão Europeia, em 1991, apresenta como traços inovadores a programação e gestão do território (“zonas de intervenção” que correspondem a uma escala sub-regional) mediante parcerias envolvendo diversos agentes de desenvolvimento local, como autarquias, associações culturais e sociais, associações profissionais ou sectoriais, empresas, ou mesmo privados a título individual, embora com enquadramento regulamentar e co-financiamento público comunitário e nacional (CARVALHO, 2005).

Em três fases de execução, no alinhamento da programação e implementação das políticas públicas da União Europeia, pretendeu diversificar a economia das áreas rurais mediante a aplicação de programas supra-municipais vertebrados em torno da melhoria da qualidade de vida da população, a utilização de novos conhecimentos e tecnologias e a valorização dos recursos naturais e culturais. A cooperação e a constituição de redes entre territórios rurais constituíram também preocupações e eixos orientadores do LEADER (designadamente em 2000-2006).

A aprovação do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), em aplicação no período de 2007-2013, com três eixos temáticos de actuação/objectivos fundamentais (o aumento da competitividade da agricultura e silvicultura; a melhoria do ambiente e da paisagem rural; a promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da actividade económica no conjunto dos espaços rurais) veio institucionalizar o desenvolvimento rural como dimensão política integrada e reconhecer, também, a importância da participação dos actores do mundo rural na definição e gestão das políticas e, assim, consolidar a abordagem LEADER que agora passa a ser utilizada como metodologia/ferramenta de trabalho nomeadamente para a implementação da qualidade de vida e a diversificação económica rural, com o objectivo de implementar estratégias

locais para o desenvolvimento rural através de parcerias público-privadas a nível local.

Portanto, a política europeia de desenvolvimento para os espaços rurais reconhece a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e reflecte orientações e objectivos diferenciados, através de medidas de apoio direccionadas para os sectores agrícola e florestal (tendo presente as preocupações de competitividade e eficiência produtiva, e as exigências ambientais), para a diversificação da base económica e para a revitalização social.

A aplicação desta política diferenciada nas suas iniciativas e destinatários deverá sedimentar uma ruralidade com mais dignidade e qualidade de vida, e contribuir para salvaguardar e valorizar os recursos estratégicos do mundo rural, como é o caso do património cultural.

#### **4. Escalas de intervenção e exemplos/cenários de resgate e fruição do património cultural em ambiente rural: lugares, rotas e redes**

O património rural emerge como preocupação crescente na normativa internacional sobre salvaguarda e valorização patrimonial, configura tipologias, escalas e contextos muito diversos, e constitui um recurso de grande relevância para os novos caminhos do desenvolvimento endógeno.

O interesse cultural relevante do mundo rural, de acordo com valores de “memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”, e a sua inclusão no património, reflecte bens materiais (imóveis e móveis) e imateriais, “mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa” (Lei n.º 107/2001).

O património rural material imóvel assume diferentes dimensões ou expressões. Sem a pretensão de ser exaustivo, importa referir as estruturas edificadas de maior simbolismo e expressão patrimonial, entre edifícios de natureza militar (atalaias, castelos, muralhas e fortificações), religiosa (mosteiros e conventos), e civil (palácios, palacetes, casas brasonadas e solarengas); os caminhos antigos de ligação entre lugares, de acesso aos terrenos de cultivo e aos espaços florestais, de circulação do gado; as estruturas de apoio à circulação (terrestre – nas vertentes pedestre, rodoviária e ferroviária; fluvial e marítima) e as suas obras de arte (pontes, pontões, fontenários); as igrejas, capelas e ermidas; as estruturas produtivas pré-industriais (fornos de telha e cal, engenhos – papel e açúcar, moinhos,

azenhas, lagares); as gramáticas de pedra (muros, socalcos, curraletas); os sistemas de irrigação e de adução de água (poços, noras, engenhos, levadas, aquedutos e fontenários); os imóveis de serviços públicos (de habitação como as casas da guarda florestal e dos cantoneiros, e de apoio como os anexos das casas florestais e os depósitos de ferramentas da junta autónoma de estradas); as construções relacionadas com as atividades agrícolas, pecuárias e florestais tradicionais (palheiros, celeiros, adegas, espigueiros, eiras, pombais, abrigos de pastores). Em sentido mais global, a paisagem, quando construída pelas populações rurais e capaz de manifestar uma relação harmoniosa e equilibrada com o suporte físico, assumindo uma evidente dimensão cultural, é também uma forma incontornável de património material (as paisagens vinhateiras do Alto Douro e da Ilha do Pico, em Portugal, reconhecidas como de valor universal pela UNESCO, são dois exemplos paradigmáticos deste conceito).

De igual modo, é necessário considerar as estruturas e os equipamentos relacionados com as atividades de pendor industrial, como, por exemplo, a lavra ativa em minas (ferro, volfrâmio, ouro, cobre), a tecelagem e a fiação, a fileira da cortiça e do papel, e ainda os edifícios ligados a figuras de relevo na vida local ou nacional, em áreas como a política, a ciência, as artes (pintura, escultura, música) e as letras, e também aqueles que albergaram serviços e funções públicas como, por exemplo, escolas, igrejas (capelas e ermidas), casas que serviram de sede do poder (político e judicial).

Os bens culturais móveis suscetíveis de integrar o património cultural repartem-se por “espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas”. As formas de expressão no mundo rural incluem, para além dos sítios de interesse arqueológico, os objetos do quotidiano, do espaço de produção (ferramentas, utensílios e alfaias agrícolas) ao espaço de vida familiar (vestuário, mobiliário, peças utilitárias de barro, esmalte, louça e vidro), e ainda os utensílios de atividades em contexto rural, desde os estabelecimentos de comércio e “serviços”), aos espaços pré-industriais e industriais.

Os bens imateriais configuram “realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representam testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas”. Estão neste caso, as “expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos” (Lei n.º 107/2001), entre outros. No mundo rural, destacam-se as

técnicas e os saberes-fazer no âmbito de atividades como a agricultura, a criação de gado/pecuária, a silvicultura, o artesanato e outras artes e ofícios tradicionais; as músicas e as festividades; os momentos mais marcantes do ciclo etnográfico (matança do porco, descamisada, apanha e moagem da azeitona), as tradições orais, entre outras. A gastronomia merece também destaque neste domínio, com o reconhecimento de produtos tradicionais genuínos e singulares, através de medidas normativas orientadas para a sua valorização (por exemplo, os estatutos de denominação de origem protegida e denominação de origem controlada), e de formas voluntárias de organização/associação tendo em vista defender e promover esses produtos, como é o caso das confrarias.

São diversos os factores de mudança da paisagem e do mundo rural. A urbanização, as acessibilidades, o despovoamento, o declínio das práticas agrícolas, pastoris e silvícolas, o abandono dos espaços e estruturas produtivas, entre outros, representam processos que, com diferente intensidade, deixam marcas incontornáveis no mundo rural e estão na base de preocupações nomeadamente no que diz respeito ao ordenamento do território. O abandono da paisagem rural é um dos maiores factores de risco para o património.

Importa identificar (georeferenciar), caracterizar, dar a conhecer e reconhecer valor, salvaguardar e valorizar os elementos diferenciadores da paisagem e da vida rural. Socalcos, habitações, anexos, estruturas produtivas, caminhos, produtos endógenos, saber-fazer, entre outros, constituem traços de identidade, laços de afectividade e alicerces de memória entre a sociedade e o território.

A salvaguarda e a valorização destes recursos endógenos, incentivadas no contexto de medidas de apoio directas e indirectas, revelam variados exemplos, entre lugares, rotas e redes.

No âmbito de intervenções em estruturadas edificadas (bens isolados e conjuntos), para além de imóveis particulares (destinados a habitação permanente, temporária e alojamento turístico, e a outras funções como é o caso da atividade industrial em meio rural), encontram-se também edifícios públicos como, por exemplo, antigas casas florestais, casas de cantoneiros, escolas e estações de caminho de ferro, as quais através de protocolos (de cedência de direitos de utilização) e de alienação têm assumido novas funções/utilizações, nomeadamente o apoio a atividades de investigação, de lazer turístico (alojamento, restauração e cafetaria, postos de informação turística), e de cariz social (centros de dia) e cultural (sedes de associações). Os antigos pombais, moinhos de vento, de maré e hidráulicos, utilizados

para alojamento turístico e residência secundária em diversas regiões do país, depois de recuperados e adaptados, configuram outros exemplos relevantes de iniciativas neste domínio.

Em relação ao património rural móvel, destacam-se os projectos e as acções no contexto dos museus. Os exemplos nacionais e internacionais, que podem incluir também bens imóveis, revelam iniciativas centradas na recolha e exposição de utensílios do quotidiano e das práticas rurais (do trabalho ao lazer), na organização e disponibilização (acesso público) do espólio de figuras relevantes do mundo rural (através das casas-museu), mas de igual modo são evidentes propostas mais ambiciosas, com espaços museológicos abertos, polinucleados, de escala supra-municipal, no sentido de valorizar a paisagem, o património e a participação da população (residentes e visitantes). A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação permite novas soluções de apresentação das coleções e até criar propostas de visita virtual.

A integração do património em cadeias de valor e a necessidade de encontrar escala para viabilizar investimentos em equipamentos e infraestruturas, fazem das rotas, roteiros e redes, opções de interesse e visibilidade crescente em diferentes contextos geográficos.

As rotas decorrem de temáticas com capacidade para construir narrativas sócio-espaciais, induzir organização e fomentar princípios de articulação, cooperação e parceria entre diferentes entidades, e retratam realidades materiais e imateriais do património como, por exemplo, a arte rupestre (Vale do Coa, Ceira, Tejo, Guadiana), o contrabando (Minho, Trás-os-Montes, Beira Interior e Alentejo), os vinhos (Douro, Dão, Alentejo, Ribatejo, Oeste), os sabores (Alentejo), o touro e o cavalo (Ribatejo), os judeus (Trancoso e Belmonte), o românico (Vale do Sousa), o imperador Carlos V (Beira Interior Sul), os caminhos de Santiago, a transumância (Serra da Estrela), os escritores do século XX (Região Centro) e os mosteiros Património da Humanidade da Região Centro (Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça e Mosteiro da Batalha).

Em outros casos, como é o exemplo da chanfana (Serra da Lousã), um dos três pratos de carne finalistas no concurso das Sete Maravilhas da Gastronomia Portuguesa (2011), seria relevante utilizar este princípio de estruturação/organização no sentido de encontrar escala e maior visibilidade para as iniciativas de salvaguarda e promoção do património gastronómico regional. Sem anular as iniciativas locais que decorrem das confrarias (com sede em Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares) e de eventos como o Festival do Cabrito (Góis), a Semana do Cabrito (Miranda do Corvo) e o



Fim de Semana do Cabrito (Lousã), entre outras, importa idealizar e criar uma rota ou roteiro de escala supramunicipal (que pode ser articulada com alguns equipamentos já existentes designadamente os relacionados com a museologia e a restauração) – também com o intuito de aprofundar o espírito de cooperação que esteve patente na referida candidatura. Os recursos, técnicas e meios vinculados aos saberes-fazer e aos territórios e instituições mais relevantes seriam o fio condutor da rota, com uma entidade gestora (independente) com capacidade operativa nomeadamente ao nível de programação de eventos, coordenação das entidades participantes e a produção e disponibilização de conteúdos (em permanente atualização). O sentido desta proposta seria “Das capitais à rota da Chanfana”, com o barro, o vinho, a carne de cabra/cabrito e as respetivas estruturas/equipamentos, espaços e produtores mais representativos, a definir os eixos condutores e os polos de visita (e participação dos visitantes) para esta iniciativa abrangente e inclusiva.

As redes pretendem associar territórios e espaços com afinidades (naturais e/ou culturais), por vezes no contexto de políticas, programas e iniciativas públicas (ou apoiadas pelo Estado), no sentido de atrair investimentos e fixar ativos, de acordo com preocupações de desenvolvimento local e regional, e que podem ter uma gestão comum ou participada. As Aldeias Históricas, as Aldeias do Xisto, as Aldeias Vinhateiras do Douro, as Aldeias de Água (ou ribeirinhas de Alqueva), são alguns exemplos em Portugal desta nova forma de organização (e de génese) de atores (institucionais).

A integração de objetivos económicos, sociais e patrimoniais na estruturação e implementação dos programas de apoio; a criação de novas marcas e produtos turísticos; a produção de conhecimento e a divulgação dos lugares; a articulação, a cooperação e as parcerias entre territórios e agentes; a requalificação de bens, conjuntos e sítios de elevado valor patrimonial; os incentivos orientados para novas atividades económicas vinculadas aos recursos endógenos; a captação de novos residentes e agentes económicos, e a criação de atores institucionais; a melhoria das condições de habitabilidade dos imóveis particulares; as novas possibilidades de utilização e fruição das paisagens, por via de equipamentos e infraestruturas para atividades ao ar livre como as caminhadas (percursos pedestres), o btt, a escalada, o rapel, entre outras, configuram dimensões relevantes no contexto de intervenções (iniciadas em meados dos anos 90) que valorizam as especificidades de territórios e a mobilização e organização dos atores, aqueles que durante um

tempo demasiado longo estiveram esquecidos e permaneceram marginais em relação às prioridades de desenvolvimento do país.

A coesão económica, social e territorial de Portugal, mesmo admitindo a fluidez de fronteiras entre as categorias de uso do solo e as novas lógicas de integração dos territórios e de relacionamento dos seus agentes, tem como matriz incontornável a salvaguarda e a valorização do património, como condição fundamental para a melhoria da qualidade estética e vivencial da paisagem.

O rural, na sua pluralidade de expressões e representações, através do património (natural e cultural), configura uma matriz incontornável daquilo que deve ser a inclusão das paisagens e das populações nos objetivos do desenvolvimento sustentável.

## **Referências Bibliográficas**

ASHWORTH, G. and GRAHAM, B. (2005) – *Senses of Place: Senses of Time* (Col. Heritage, Culture and Identity). Aldershot, Ashgate, pp. 3-12.

BAPTISTA, F. O. (2006) – “O rural depois da agricultura”. In FONSECA, M. L. (coord): *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 85-105.

CARVALHO, P. (2005) – *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

CARVALHO, P. (2008) – “Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas”. In ARROYO, M. et al. (ed.): *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona, Universidade de Barcelona, 14 pp. (disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/289.htm>).

CARVALHO, P. (2009) – “Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos eco-culturais”. *Proceedings 1st Cape Verde Congress of Regional Development*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 19 pp.

CARVALHO, P. (2009) – “União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (Universidade de Coimbra), nº 26/27 (2007/2008), pp. 67-76.

CAVACO, C. (2006) – “Práticas e lugares de turismo”. In FONSECA, M. L. (org.): *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 299-362.

CAVACO, C. (2009) – “Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar”. In BAPTISTA, F. et al. (eds): *Os Territórios de Baixa Densidade em Tempo de Mudança*, CMPA e CCVF, Proença-a-Nova, pp. 39-72.

CLAVAL, P. (2007) – “Changing Conceptions of Heritage and Landscape”. In MOORE, N. and WHELAN, Y. (eds.) – *Heritage, Memory and the Politics of Identity. New Perspectives on the Cultural Landscape*. Aldershot, Ashgate, pp. 85-94.

CORREIA, J. e CARVALHO, P. (2011) – “Turismo e desenvolvimento rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal)”, *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (Universidade de Coimbra), nº 28/29 (2009/2010), pp. 117-130.

COVAS, A. (2011) – “Futuros do mundo rural português: de espaço produtor a espaço produzido: mercadorias emergentes e neo-rurais”. In FIGUEIREDO, E. et al. (coords.): *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro*. Coleção Territórios em Mudança. Castro Verde, Editora 100LUZ, pp. 59-70.

CRISTÓVÃO, A., MEDEIROS, V. e MELIDES, R. (2011) – “Aldeias Vinhateiras, Aldeias Vivas?”. In FIGUEIREDO, E. et al. (coords.): *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro*. Coleção Territórios em Mudança. Castro Verde, Editora 100LUZ, pp. 175-188.

GONÇALVES, R. (2011) – “Reflexões sobre a salvaguarda do património paisagístico”. *Património Estudos*, Lisboa, IGESPAR, nº 11, pp. 42-47.

HENRIQUES, E. B. (2010) – “Itinerários turísticos temáticos e património: questões críticas para um turismo responsável e humanista”. In SANTOS, M. G. (org.): *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Porto, IPL e Edições Afrontamento, pp. 221-234.

HOWARD, P. (2003) – *Heritage: management, interpretation, identity*. London, Continuum, pp. 1-13.

IPPAR (2004) – *Revista Estudos/Património*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, nº 7 (Outros Patrimónios), pp. 5-55; 221.

KEAMEY, A. (2009) – “Intangible Heritage. Global awareness and local interest”. In SMITH, L. and AKAGAWA, N. (eds.) – *Intangible Heritage*. Routledge, London and New York, pp. 209-225.

MAGALHÃES, I. R. (2011) – “O património e a sua sobrevivência: riscos e prevenção”. *Património Estudos*, IGESPAR, nº 11, pp. 48-53.

MARTÍNEZ ARROYO, F. (2006) – “El desarrollo rural en el contexto de la Unión Europea”. *Norba ( Revista de Geografía)*, vol. XI, Cáceres, Universidad de Extremadura, pp. 11-20.

MOYANO ESTRADA, E. (2006) – “Nuevas orientaciones de la política europea de desarrollo rural. A propósito del Nuevo Reglamento de Desarrollo Rural”. *Actas del VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*, Huelva, Universidade Internacional de Andaluzia, 21 pp. (edição em cd-rom)

MORENO, L. (2007) – *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador. Caminhos e Caminhantes*. Lisboa (e-book a partir da dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Lisboa, em 2002).

MORENO, L. (2009) – “Empreendedorismo e promoção territorial das áreas rurais”. In BAPTISTA, F. et al. (eds): *Os Territórios de Baixa Densidade em Tempo de Mudança*. Proença-a-Nova, , CMPA e CCVF, pp. 121-132.

PEREIRA, P. (2010) – “Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010”. In IGESPAR (2010) – *Portugal 1910-2010. 100 Anos de Património, Memória e Identidade*. Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 261-280.

PIRES, A. (2011) – “Nas Aldeias Históricas. Fronteiras Reais e Imaginadas”. PIRES, A. (aut.): *Recursos e Território. Uma Geografia da Esperança*. Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pp. 26-39.

PLAZA GUTIÉRREZ, J. (2006): “Territorio, geografía rural y políticas públicas. Desarrollo y sustentabilidad en las áreas rurales”. *Boletín de la A.G.E.*, nº 41, pp. 69- 95.

PUENTE FERNÁNDEZ, L. (2011) – “El valor patrimonial del paisaje: cultura, medioambiente y democracia”. *Proceedings of 6th International Congress for Spatial Planning*. Madrid, FUNDICOT, pp. 211-225 ([www.ciot/6ciot+atas+at4\\_5.pdf](http://www.ciot/6ciot+atas+at4_5.pdf)).

SMITH, L. (2006) – *Uses of Heritage*. Routledge, London and New York, pp. 11-43.

SHARPLEY, R. (2003) – “Rural Tourism and Sustainability”. In HALL, D.; ROBERTS, L. & MITCHELL, M. (eds.) (2003): *New Directions in Rural Tourism*. Ashgate, Aldershot, pp. 38-53.

SINGH, J. P. (2010) – “Global cultural policies and power”. In SINGH, J. P. (ed.): *International Cultural Policies and Power*. Palgrave Macmillan, pp. 1-15.

TIMOTHY, D. & NYAUPANE, G. (2009) – “Heritage tourism and the less-developed world”, in TIMOTHY, D. & NYAUPANE, G. (ed.): *Cultural Heritage and Tourism in the Developing World*. London and New York, Routledge, pp. 3-19.



## **Viagem ao universo e património literário de Miguel Torga A Cordilheira Central Portuguesa através do Diário (1932-1993)**

### **1. Nota preambular**

A nossa participação no “Painel 2 – Discurso ficcional e realidade da viagem”, do Colóquio “Viagem e(m) Movimento” (Faculdade de Letras de Coimbra, 3 e 4 de Março de 2009), teve como suporte uma comunicação em torno do valor documental da literatura de viagem de matriz realista para reconstituir dinâmicas territoriais e visitar paisagens, designadamente a Cordilheira Central Portuguesa. A escolha desta temática decorre da investigação realizada nos últimos meses (que corresponde ao aprofundamento de linhas de pesquisa emergentes no contexto do nosso doutoramento), tendo em vista a publicação de um artigo nos Cadernos de Geografia (Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra). A realização deste evento coincidiu com a fase final de redacção do referido texto que, com as alterações necessárias, constituiu o ponto de partida da presente reflexão.

A estrutura da comunicação reflecte dois objectivos principais: por um lado, pretendemos contextualizar, de forma simplificada, o percurso e a obra literária de Miguel Torga; por outro, pretendemos explicitar as dinâmicas territoriais das áreas de montanha, nomeadamente a Cordilheira Central, utilizando com referência uma das obras mais originais do universo literário torquiano: o Diário. Será este, também, o fio condutor do texto que agora apresentamos.

As obras literárias de cariz realista, centradas na leitura das experiências relacionadas com os territórios e as populações, configuram um recurso relevante para a reconstituição histórico-geográfica de espaços específicos e um registo essencial da sua memória. A geografia, através de contributos diversos, tem reconhecido a importância destas fontes de informação escrita para melhor compreender as paisagens.

Na amplitude dos trabalhos geográficos a respeito desta temática, evoco o pioneirismo do professor doutor Aristides de Amorim Girão (1896-1961), que em meados do século passado, em nota publicada no Boletim do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra, sob o sugestivo título “Geografia e

Literatura”, chamava a atenção dos geógrafos para o facto de a investigação se revelar em muitos casos incapaz de fazer a “(...) cabal interpretação da fisionomia terrestre, e como a ciência e a arte precisam de aliar-se com o objectivo de nos darem o quadro completo das nossas paisagens” (Girão, 1952: 106).

## **2. Miguel Torga: viagens, paisagens e património literário**

Adolfo Correia Rocha (Miguel Torga) nasceu em São Martinho de Anta, uma pequena aldeia do concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real, a 12 de Agosto de 1907, e faleceu em Coimbra, a 17 de Janeiro de 1995. Oriundo de uma família de camponeses, aos 10 anos vai trabalhar, como “criado”, para o Porto, em casa de uns parentes. Aos 13 anos, após uma passagem pelo Seminário de Lamego, embarca para o Brasil (Leopoldina – Minas Gerais), onde permanecerá cinco anos na fazenda de um tio paterno. Aos 18 anos regressa a Portugal. Retoma os estudos (liceu) em Coimbra e apenas três anos depois ingressa no curso de Medicina da Universidade de Coimbra (que concluirá em Dezembro de 1933). Após uma passagem meteórica pela sua terra natal (final de 1933), Miguel Torga vai trabalhar como clínico geral para Vila Nova – Miranda do Corvo (Serra da Lousã), entre 1934 e 1938. Depois, regressa a Coimbra, faz a especialidade médica (final de 1938) e trabalha algum tempo em Leiria (meados de 1939 até 1941). Em 1941, muda-se definitivamente para Coimbra, onde vai exercer medicina por mais de cinquenta anos.

Motivos profissionais, relações de amizade e sobretudo uma paixão profunda e declarada pela descoberta e fruição da paisagem, explicam o lugar destacado de Torga entre os grandes calcorreadores e conhecedores de Portugal. Como confessa o próprio autor:

“Açor, Serra da Lousã, 25 de Outubro de 1942 – Aqui estou, no alto desta serra ondulada, sentado, a contemplar um largo horizonte (...).

As dobras e as cores do chão onde firmo os pés foram sempre no meu espírito coisas sagradas e íntimas como o amor. Falar duma encosta coberta de neve sem ter a alma branca também, retratar uma folha sem tremer como ela, olhar um abismo sem fundura nos olhos, é para mim o mesmo que gostar sem língua, ou cantar sem voz. Vivo a natureza integrado nela. De tal modo, que chego a sentir-me, em certas ocasiões, pedra, orvalho, flor ou nevoeiro”. (Diário II, 1999: 184).



“Fundão, Serra da Gardunha, 24 de Fevereiro de 1945 – Pareço um doido a correr esta pátria. Do Gerez a Monchique e do Caldeirão a Bornes, não tenho sossego. E nem saber ao certo para quê! (...) Talvez sem eu ter consciência disso, cultivo-me assim pelos olhos e pelos pés, no alfabetismo íntimo das cousas; expressivas na sua luz, no seu clima e no seu paralelo particular. A terra não é igual em lado nenhum (...)”. (Diário III, 1999: 303).

“Pinhel, 21 de Outubro de 1955 – Ah, sim lá conhecer Portugal conheço-o eu! Não houve aceno de monte ou de planície a que não respondesse. Subi a todas as serras e calcorreei todos os vales desta pátria”. (Diário VIII, 1999: 809).

A obra literária de Miguel Torga, com início em 1928 (ano em que publica o seu primeiro livro de versos, *Ansiedade*), reparte-se por mais de meia centena de livros, em edições de autor, que cruzam diversos géneros: poesia, teatro, ficção narrativa, literatura de viagem e diarística. Neste percurso literário destacam-se duas obras de características marcadamente autobiográficas: *a Criação do Mundo* e *o Diário*. *A Criação do Mundo* é um romance autobiográfico, uma transposição narrativa da vida e vivências de Torga, da infância até à idade adulta. *O Diário*, publicado em 16 volumes que abrangem mais de 3000 páginas, com acontecimentos datados de 1932 a 1993, portanto mais de 60 anos de registos, é um exemplo muito relevante de como uma obra literária centrada no registo quotidiano de acontecimentos e vivências de lugares é, ao mesmo tempo, uma fonte de informação essencial para reconstituir a memória do século XX português. Para além de Portugal, o *Diário* retrata outras escalas geográficas das viagens de Torga, a cerca de duas dezenas de países (Europa, Américas, África e Ásia), destacando-se Espanha, nomeadamente as regiões raianas da Galiza, Estremadura, Andaluzia, Castela e Leão, como o destino mais referenciado (cerca de 30%) no total de entradas de territórios estrangeiros (CHOUPINA, 2005).

A investigação geográfica realizada por Francisco CHOUPINA (2005) permite conhecer em profundidade os lugares e os percursos registados no *Diário*. O *Diário* apresenta quase 3000 entradas ao longo das 3244 páginas dos 16 volumes que o compõem. “A cada entrada corresponde uma referência geográfica, que quase sempre corresponde ao nome de uma localidade, mas que também pode ser o nome de uma capela, de um bairro, de um rio, de uma serra, de uma linha ferroviária, de uma província, de uma ilha. São estas referências que espacializam os registos de Torga e nos permitem ir no encaixe do próprio Autor” (CHOUPINA, 2005: 161).

De acordo com o citado investigador, as referências geográficas (mais de 550 distintas, o que dá uma média de 35 por volume) apresentam uma

distribuição e uma frequência muito diferenciadas em Portugal Continental. A este respeito, importa destacar as seguintes evidências:

– O maior número de referências está relacionado com o espaço de residência (em particular Coimbra) e de origem (São Martinho de Anta).

– Gerês e Chaves aparecem também com uma boa representatividade pois configuram os espaços de ocasião mais frequentados, ligados ao termalismo.

– Em torno destes lugares (Coimbra, São Martinho, Chaves e Gerês) destaca-se “um conjunto de referências-satélite, resultantes das incursões das estadas, mais ou menos longas, mas quase sempre assíduas, do Poeta” (CHOUPINA, 2005: 278).

O fascínio de Torga pelo mundo rural e pelos ambientes de montanha está bem documentado nesta obra. As serras do Minho, as elevações Transmontanas, as serranias do Centro de Portugal e em particular algumas serras de xisto da Cordilheira Central (como a Lousã e o Açor) fizeram parte dos percursos, das vivências e das reflexões do escritor.

### **3. A Cordilheira Central através do Diário (1932-1993): impressões e registos em torno do diacronismo paisagístico e patrimonial**

A Cordilheira Central configura um espaço de montanha no coração de Portugal, estruturado em torno de dois blocos principais: o noroeste, com as serras da Lousã, do Açor e da Estrela, e o sudoeste, com as serras de Alvelos, Muradal e Gardunha – a que podemos associar outras sub-unidades morfo-estruturais de menor dimensão. A imponente destes relevos, sobretudo de xisto e de granito, mas também com alguns alinhamentos de quartzito, profundamente talhados por linhas de água (em particular o Mondego e o Zêzere) é um desafio permanente às capacidades do homem para ocupar e transformar as suas paisagens, apropriar recursos e induzir alterações funcionais (no espectro das actividades produtivas às práticas do lazer), de acordo com os diferentes objectivos, valores e meios técnicos e tecnológicos que marcam a sucessão do tempo histórico.

No Diário, a Cordilheira Central aparece confinada às serras de xisto, designadamente a Lousã e o Açor. A Estrela, apesar da sua imponente e relevância paisagística, mereceu apenas algumas breves referências (através das entradas Sabugueiro, Poço do Inferno, Assedasse e Folgozinho) e quase todas desterritorializadas, ou seja, sem ligação (pelo menos aparente) às suas características geográficas. De facto, as deambulações de Torga pela

Cordilheira Central revelam a primazia das paisagens de xisto e a importância da montanha como um símbolo incontornável da Beira e uma força que “tudo atrai e que tudo dispõe” (Torga, 2007: 59).

“Vide, 16 de Outubro de 1943 – A Beira, surpreendida na sua xística pureza. Uma ribeira de água cristalina, mãe do Alva, meia dúzia de ovelhas e o seu pastor – o símbolo aqui, está tão confundido com a realidade, que tanto monta entender ovelhas por gado como por gente, e pastor por um homem de manta às costas ou pelo padre Cândido”. (Diário III, 1999: 266).

“Arganil, 21 de Julho de 1944 – Esta Beira confunde-me. Vejo que há nela qualquer coisa de específico e seu, que tem grandeza e verdade, quase que vislumbro a coisa nestes pequenos rios que correm sem fúria e nestas serras sem majestade, mas não apanho a verdade toda.” (Diário III, 1999: 289).

A montanha como dimensão monumental e centrípeta da Beira é reconhecida também na obra Portugal, editada pela primeira vez em 1950. Nesta obra, Torga explica que “Beira quer dizer já de si beira da serra. Mas não contente com essa marca etimológica que lhe submete os domínios, do seu trono de majestade a esfinge de pedra exige a atenção inteira. Alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão. (...) O Marão separa dois mundos – o minhoto e o transmontano. O Caldeirão, no pólo oposto de Portugal, imita-o como pode. Mas a Estrela não divide: concentra. O muro cresceu, alargou, e transformou-se na extensão que teria de partilhar. O pouco que ficou desse abraço, são flancos, abas, encostas e escorrências de aluvião. (...)

Jungida assim à razão centrípeta da granítica matriz, a Beira ganha um sentido geográfico que não anda nos mapas administrativos, mas se imprime na retina” (TORGA, 2007: 53-54).

O poeta não esconde a sua adoração pelas belezas naturais da Beira, destacando o rio Alva, o fascínio da subida aos cumes da montanha e a admiração pela tenacidade do homem nesse contexto frequentemente adverso:

“Barril de Alva, 27 de Setembro de 1942 – É bonito, o Alva! Manso, claro, calado, sem a tragédia do Doiro nem a grandeza do Tejo, é bem o rio da Beira que define a Beira. O Mondego envenenou se em Coimbra dum lirismo de borla e capelo, que o comprometeu; o Zêzere deu lhe para uma retórica de sermão do encontro, que lhe tira o sentido; o Ceira, com a façanha do Cabril, esgotou se. De maneira que ficou a representar a sua terra, a Beira das ovelhas, dos pinhais e duma tenacidade sem palavras, este veio de água pura, que desce da Estrela, toca um milheiro ou dois de rodas, lava

os avós, os filhos e os netos da mesma família, e acaba pudicamente quando tem a sua missão cumprida.” (Diário II, 1999: 181).

“Cepos, 21 de Abril de 1946 – (...) Os penedos de Fajão em frente, os de Vidual mais além, ondas e ondas de estamenha encapeladas até ao fim dos olhos, num exemplo viril de criação. Mas o gérmen da inversão de tudo reside em tudo. Este pobre homem, sem o saber, representa aqui o gigantesco papel de oposição da vida à sua própria plenitude.” (Diário III, 1999: 340-341).

“Coja, 29 de Dezembro de 1952 – Subida ao Colcorinho, coberto de neve e aureolado de nevoeiro. Quatro horas a esmagar brancura, no meio duma paisagem irreal, fechada, que se abria de vez em quando num relâmpago de mágica, deixando ver no fundo de cada abismo uma aldeia furtiva, de saragoça, – cortiço a hibernar, com o enxame calado debaixo da ardósia.” (Diário VI, 1999: 663).

Ao mesmo tempo, a percepção da geografia humana da Cordilheira Central, através do olhar atento e dos registos diarísticos de Torga, revela sinais como o isolamento, o carácter inóspito e repulsivo da montanha, e o papel secundário (marginal) que o Estado atribuiu a estes espaços no âmbito das políticas públicas. São estes os traços mais evidentes das dinâmicas de desenvolvimento da montanha em Portugal, pelo menos até meados do século XX.

“Fajão [Pampilhosa da Serra], 23 de Fevereiro de 1945 – Depois de seis tentativas, consegui, finalmente chegar a esta terra que encheu a Beira-Serra de anedotas e de riso. (...) E dei com uma povoação morta, nem inteiramente coberta de lousa, nem inteiramente coberta de telha, indecisa sobre a ponte da vida (...). Houve um salto brusco de mais na aprendizagem ruminante que iam fazendo da técnica e da cultura. Passaram do carro de bois às fortalezas voadoras sem a transição do comboio e do automóvel. De maneira que perderam o pé, e olham com a mesma desconfiança as asas do futuro e os tamancos do passado.” (Diário III, 1999: 302).

Torga deixou mais alguns apontamentos no mesmo sentido, em particular sobre as condições de vida nos espaços rurais mais remotos, como os que passamos a transcrever do Diário e da Criação do Mundo II (O Terceiro Dia), respectivamente, a partir da sua experiência de vida em Vila Nova (Miranda do Corvo):

“Vila Nova, 5 de Fevereiro de 1937 – É escusado. Ou se lavram estes montes a instrução e a higiene, ou então não vale a pena um médico perder a vida aqui. Estas santas pessoas adoecem, metem-se na cama como raposas na toca, e esperam. Se Deus faz o milagre, muito que bem: erguem-se; se Deus

não faz o milagre, mandam chamar o padre para os untar, o doutor para dar uma satisfação ao povo, fecham os olhos, e não dizem mais nada.” (Diário I, 1999: 47).

“Um Portugal velho e rotineiro, de senhores e servos, estava ali vivo e presente. De mão vazia, ninguém pedisse justiça, conforto divino, instrução ou saúde. (...) Crédulo e submisso como há mil anos, o camponês gemia, mas esvaziava a salgadeira, a tulha e o curral. Cair no desagrado de tais divindades, seria a perdição total neste mundo ou no outro.” (Torga, 1938: 149-150).

O sentimento de isolamento e abandono dos espaços montanhosos é reforçado em anotações de visitas, nos anos 40, às montanhas do Alto Minho (referência geográfica habitual de meados dos anos 40 ao final dos anos 70, relacionada com a frequência da estância termal das Caldas do Gerês):

“Gerês, Vilarinho da Furna, 25 de Julho de 1945 – (...) A Serra Amarela é um dos ermos mais perfeitos de Portugal. Situada entre o Gerês e o Lindoso, as suas dobras são largas, fundas e solenes. (...) Não há estradas, senão as da raposa matreira, nem pousadas, senão as cabanas dos pastores. É o Portugal nuclear, a Ibéria na sua pureza essencial e granítica.” (Diário III, 1999: 312).

“Castro Laboreiro, 24 de Agosto de 1948 – Estas pequenas comunidades que nos restam, Rio de Onor, Vilarinho da Furna, Laboreiro, etc., estão na última agonia. O Estado já não as pode tolerar, alheias à vida da nação, estrangeiras dentro do próprio território.” (...) E assim, um a um se vão apagando estes pequenos enclaves, não digo de paradisíaca felicidade, mas de humana e natural liberdade.” (Diário IV, 1999: 425).

Esta derradeira ideia de Torga inscreve-se no contexto da crise das actividades tradicionais (que durante séculos alicerçaram a economia da montanha) e do intenso êxodo rural que afectou a maioria da população, com particular intensidade entre 1940 e 1980. As montanhas transformam-se em espaços fragilizados (na óptica funcional e demográfica), despovoados, vazios, “apagados” e envelhecidos (Carvalho, 2005).

O declínio das montanhas acompanha a crise do sistema rural (que se generaliza no país), que por sua vez se manifesta no desaparecimento de modos de vida seculares e de formas de organização do território, através das quais se expressavam as relações harmoniosas mantidas entre a sociedade e o território, ao longo do tempo. Factores externos como a florestação estatal dos baldios serranos e os aproveitamentos hidro-eléctricos contribuíram também para alterar esse equilíbrio ecológico.

A título de exemplo, recuperamos dois extractos literários do Diário muito expressivos do estado de alma do autor relativamente aos efeitos antagónicos de algumas destas medidas na montanha do Centro de Portugal:

“Serra da Lousã, 18 de Fevereiro de 1949 – O homem do passado viu estes montes cobertos de carvalhos, e o futuro há-de vê-los cobertos de pinheiros. Dantes, a natureza na sua espontaneidade; amanhã, a natureza disciplinada e utilizada. Por isso, quero gozar este último e fugidio momento de vê-la gasta e dilapidada, maninha com um palácio que o dono incendiou num dia de bebedeira, e dentro do qual nascessem tojos e malmequeres.

Serras nuas, esqueléticas e ossudas, mas de uma beleza que nem o passado viu, nem o futuro há-de adivinhar.” (Diário IV, 1999: 453).

“Vidual de Baixo... de água”, 9 de Maio de 1943 – (Para datar com propriedade esta página, escrita sobre as últimas vigas de uma povoação que a técnica alagou com a chuva do céu, o caudal da Ribeira de Unhais e as lágrimas de trezentas almas).

Escrevo ao lado de um cego e, como ele, olho sem ver o tamanho físico da desgraça. O mar cresce de minuto a minuto, engole as casas, afugenta os santos das igrejas, mas o meu espírito recusa-se a abranger a grandeza material da avalanche. E não são as expropriações baratas, o esquecimento de que havia reparações morais a considerar, nem outras coisas assim que me inibem. É a catástrofe em si, o fenómeno, o aparecimento insólito e demoníaco de um lago num sítio que desde o quaternário foi sempre de courelas, soitos e penedias.” (...)

Evidentemente que uma barragem pode ser um factor necessário de progresso. Mas é evidente, também, que se impunha almofadar de todas as maneiras humanas a dor deste gente infeliz, cujos sentimentos e haveres a albufeira alagou (...). (Diário II, 1999: 255).

Com perspectivas de trabalho praticamente inexistentes, a população serrana intensifica a sua mobilidade e alimenta os movimentos migratórios internos (com destaque para a região de Lisboa) e externos (em particular o Brasil e os Estados Unidos da América, até meados do século passado, quando a França e a Alemanha, na atmosfera de reconstrução da Europa Ocidental, marcam os novos destinos da emigração portuguesa). O efeito mais preocupante deste fenómeno é o seu carácter selectivo, já que afecta, principalmente, os grupos de população mais jovem, os de maior capacidade produtiva e reprodutiva (ARAQUE JIMÉNEZ e PLAZA GUTIÉRREZ, 2004).

Como já referimos, Torga percebeu e denunciou o isolamento, o esquecimento, o abandono e as dificuldades de vida dos espaços de

montanha. Ao mesmo tempo, a montanha permanece como temática marginal no quadro das políticas de desenvolvimento. Os grandes investimentos (públicos e privados) privilegiaram o litoral, impulsionados por uma ideologia de crescimento urbano-industrial, descendente e ditatorial, que foi completamente cega em relação aos problemas e às especificidades de um Portugal rural que, na ausência de políticas e instrumentos territorializados, estava condenado a desaparecer na sua configuração secular. Evocamos e acompanhamos o pensamento do escritor, através de alguns registos muito expressivos dessa realidade:

“Salgueiral, Coja, 23 de Dezembro de 1958 – São muito pobres estas nossas aldeias sertanejas, onde a graça de Deus só chega por alturas da cônica e a de César por alturas da décima. Mas gozam dum bem que nenhuma riqueza compra: a de serem imunes à solidão. Apesar de viverem desterradas do mundo, e fazerem parte de uma pátria de desterrados, dentro dos seus muros reina o convívio. A vida articula-se nelas de tal maneira, que a lepra do ensimesmamento não as pode contaminar. A velha que espreita à janela, o homem que sai de enxada às costas e a criança que solta o gado da loja são pedras indispensáveis dum jogo de muitos, figuras essenciais do mesmo retábulo, que nem separadas ficam sozinhas.” (Diário VIII, 1999: 905).

“Castelo Mendo, 25 de Outubro de 1970 – Páro alguns instantes a enxugar a testa, cansado de saltar paredes esbarrondadas, de atravessar leiras a monte, de ladear aldeias desertas (...). Sei que metade da nação está condenada ao dente roaz dos matagais, por não ser possível nela qualquer cultivo económico, e que ainda temos um milhão de portugueses a mais a lavar seixos. (...) Estes muros caídos, estas courelas recusadas e estas aldeias vazias são o testemunho vivo de uma política sem horizontes, sem patriotismo e sem fraternidade. Que troca criminosamente o chão bom e mau do país e o sangue dos seus melhores filhos por divisas.” (Diário XI, 1999: 1199).

“Cadaval, Miranda do Corvo, 26 de Outubro de 1980 – Mais um triste sinal dos tempos pátrios. Tantas vezes aqui vim em missão médica dar ânimo ao desespero e ajudar a nascer a esperança, e agora pareço um sonâmbulo a deambular por uma aldeia fantasma, deserta, comida de silvas. (...) Um palco ainda quente de todas as paixões humanas, e já arqueológico.” (Diário XIII, 1999: 1431).

Apesar dos efeitos negativos da marginalização do mundo rural (incluindo as montanhas), Torga encontra na pureza e simpatia das suas

populações ou na solidão povoada dessas paisagens motivos de algum conforto espiritual:

“Piódão, 16 de Dezembro de 1962 – Ia a passar coberto de suor, dei as boas tardes a uma vaga forma feminina somada à entrada da sua furna de troglodita, e recebo, juntamente com o troco da salvação, este juro imprevisto:

– O senhor vai alagado! Quer beber uma pinga? Ele é do arreganhado, mas para um remedeio...

– Bem haja...

– Prove, ao menos. Nós achamo lo bom, porque não temos outro...

Azedo como rabo de gato, realmente, mas dado com a infinita doçura deste santo povo português, a quem nenhum desterro, nenhum abandono, nenhuma incultura, nenhuma pobreza conseguem avinagrar o coração.” (Diário IX, 1999: 1018).

“Piódão, 24 de Outubro de 1965 – Olho do alto da serra as aldeias cavernícolas que nos boqueirões esperam em vão pelo sol natural e social, ponho me a pensar no que vai pelo mundo, e em vez da revolta antiga invade me uma espécie de confuso contentamento instintivo. Qualquer coisa dentro de mim sente se nelas preservado, defendido das mil agressões do momento. É como se as raízes mais profundas do meu ser se vissem de repente em segurança no desterro de cada um destes redís primitivos, transformados milagrosamente pelo próprio abandono em promissoras ilhas de reserva humana.” (Diário X, 1999: 1072).

“Fajão, 21 de Julho de 1968 – Ainda se encontram terras singulares neste país. Desterradas do mundo e obrigadas a serem um mundo, criam no à sua medida, com todo o sentido prático que a necessidade impõe, e toda a liberdade imaginativa que os lazeres permitem. O bafo de cada habitante a aquecer o vizinho, a carga de presuntos a servir de unidade monetária, a lei codificada em parábolas, histórias fantásticas em que os penedos, cansados da incómoda imobilidade milenária, mudam arditosamente de posição, e torres de cortiços sobrepostos permitem alargar os horizontes da inquietação emparedada. O real e o irreal agasalhados no mesmo gabão.” (Diário X, 1999: 1134).

A singularidade destes lugares e os seus valores patrimoniais serão motivos de atracção, anos mais tarde, para outras populações que partindo de contextos urbanos procuram no mundo rural, de forma sazonal ou permanente, novos sentidos para as suas vidas. Com efeito, a partir de meados da década de 70 (século XX), emergem novos usos relacionados com o interesse crescente dos territórios montanhosos por parte da população



urbana, em especial no âmbito dos tempos livres. A melhoria da acessibilidade e a mutação da imagem da maioria dos espaços de montanha decorre, entre outros factores, da modernização viária (em que os Serviços Florestais e as Autarquias Locais tiveram um papel muito relevante) e do lançamento/melhoria de outras infra-estruturas básicas. O título “da montanha produtiva à montanha recreativa” enquadra o que de mais importante marca a evolução do perfil territorial e a renovação da imagem da montanha, sendo que estes são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores e de práticas turísticas e recreativas. Os recursos da montanha mais valorizados socialmente afastam-se dos valores produtivos (ligados às terras, pastos e florestas), embora se reconheça o papel desse espectro para a manutenção da paisagem e a importância estratégica dos recursos florestais, minerais, hídricos e eólicos (CARVALHO, 2008). A apropriação da montanha é comandada do exterior e a população urbana procura a montanha para (re)criar refúgios (MORENO, 1999) que ocupa de forma permanente (neo-rurais), ou utiliza no âmbito dos tempos livres (residência secundária, turismo, desporto, visitas culturais, entre outras).

Este último período está pouco documentado na escrita diarística de Torga. Os registos da transição funcional e dos novos usos da montanha são escassos no Diário, seja pelas limitações de saúde e a redução da mobilidade (em especial a partir de meados de 80 – Diário, volumes XIV, XV e XVI) quando as habituais referências à Beira Serrana e Interior praticamente desaparecem, seja pelo carácter subjectivo das anotações e dos temas que despertaram o interesse do autor.

Torga é muito crítico em relação ao turismo, como depreendemos das seguintes notas, a partir das suas experiências nas regiões do Algarve e da Madeira:

“Praia do Carvoeiro, 21 de Julho de 1972 – Depois de percorrer o resto do país em todas as direcções, a tentar radiografar-lhe as mais íntimas pregas do corpo e da alma, aventurei-me até estas paragens, com a mesma intenção. E confesso que tive nessa altura uma das maiores desilusões da minha vida. (...) Todo ele [Algarve] me parecia insólito no contexto da nação. (...) O tempo passou, o mundo deu muitas voltas, e venho agora encontrar o éden povoado por Evas loiras e Adões barbudos, que nem falam português, nem sabem que estão em Portugal.” (Diário XI, 1999: 1220).

“Pico do Areeiro, 28 de Agosto de 1980 – A Madeira que eu amo verdadeiramente, que não me canso de admirar, que não tem comparação com outra qualquer realidade geográfica minha conhecida. Que se não deixou corromper por nenhum turismo, que se mantém ciclópica, abissal,

rebelmente estéril e inacessível. (...) Que não cabe nos olhos que a vêem e nas palavras que a descrevem. Que é uma espécie de alucinação da natureza.” (Diário XIII: 1999: 1426).

O avanço do tempo torna ainda mais evidente a transformação contínua e irreversível do mundo rural, a morte anunciada dos velhos ofícios, a descaracterização da paisagem e a reconstrução da identidade (local e nacional), como demonstram diversos registos lavrados nos dois últimos volumes do Diário, a partir das deambulações do poeta pelo Algarve, Minho, Trás-os-Montes e Beira.

As críticas e as preocupações de Torga transpostas para o Diário, sugerem que o autor, uma vez mais, não pretendeu ser cúmplice através do silêncio. Antes, continuou a denunciar as desigualdades de oportunidade dos territórios e das populações, e a cultivar até ao fim uma paixão centrada na pureza e largueza de horizontes, na língua e nos símbolos históricos e arquitectónicos da nação, simbolizados nos castelos, nas igrejas, nos pelourinhos, nos solares e nos fontanários.

“Linhares, 16 de Novembro de 1986 – Aqui ando num pânico fervor a visitar estas terras velhas de Portugal. É na sua autenticidade que se fortalece a minha esperança inquieta. Apesar dos remendos de cimento e telha Marselha, são elas a imagem castiça da nossa soberania. Vem aí o invasor de sempre, agora sofisticado, com os renegados que o momento propicia dispostos de antemão a recebê-lo de braços abertos. Os trinta dinheiros da traição significam agora milhões. O capital não tem pátria ou tem a pátria que mais dá.” (Diário XIV, 1999: 1566).

“Tinhela, Chaves, 8 de Setembro de 1989 – Cá ando a inventariar, numa ternura estrangulada, o Portugal remoto e arcaico que nos resta. Um Portugal sóbrio e digno, de solares arruinados e calçadas gastas pelos socos do tempo, que porfia na sua identidade profunda, a respirar a custo ao lado dum outro espalhafatoso e presumido que o nega de raiz e é apenas uma pátria de férias.

Velhos e velhas dormitam aninhados nas soleiras das portas. E são eles a bússola a que recorro para me orientar nos caminhos que levam a terras vizinhas também assim espectrais e desfiguradas.” (Diário XV, 1999: 1666).

“Buçaco, 21 de Julho de 1991 – Portugal já nem nos seus lugares mais emblemáticos, com pergaminhos históricos e naturais, é Portugal. Desfigurado pelos emigrantes e invadido por turistas de calção e sandália, só a custo deixa vislumbrar a identidade profunda.” (Diário XV, 1999: 1723).

No ocaso de um longo e intenso percurso pelos caminhos e veredas da vida, tendo como missão e inclinação de espírito “escalar montanhas

abruptas ou rasgar horizontes infinitos”, “aproximar a alma do céu e calcar a sombra do corpo na terra” (Diário XIII, 1999: 1353), Torga ainda reúne forças para visitar um lugar que simboliza quase todos os valores que o escritor celebrou no seu apostolado de ideias e itinerário geográfico:

“Piódão, 7 de Abril de 1991 – Com o protesto do corpo doente pelos safanões tormentosos da longa caminhada, vim aqui despedir-me do Portugal primevo. Já o fiz de outras imagens da sua configuração adulta. Faltava-me esta do ovo embrionário.” (Diário XVI, 1999: 1710).

#### **4. Conclusão**

As fontes literárias de recorte realista são muito relevantes para a reconstituição histórica de lugares e paisagens. O Diário de Miguel Torga, sedimentado em relatos das suas vivências geográficas, é uma ferramenta de enorme alcance para reconstituir os traços estruturantes da organização e evolução do espaço nacional no período de 1930 até quase ao final do século XX, nomeadamente o mundo rural e as montanhas.

Torga foi um incorrigível calcorreador de Portugal e um admirador declarado das suas paisagens, em particular o Minho, Trás-os-Montes e a Beira. As deambulações corográficas do poeta e os registos lavrados no Diário revelam a sua veneração pela sociedade/mundo rural e pelos estribos arcaicos da identidade e da memória da nação portuguesa.

Os ambientes de montanha, para além da centralidade que ocupam no Diário, mereceram, de igual modo, amplo destaque em outras obras do autor como, por exemplo, *Contos da Montanha* (1941), *Novos Contos da Montanha* (1944) e *Vindima* (1945).

A Cordilheira Central, segundo as anotações do Diário, está confinada às serras de xisto, designadamente a Lousã e o Açor. Vila Nova, Coja e Piódão, correspondem ao maior número de referências geográficas, relacionadas com a área de residência principal (1934-1938), o exercício profissional, a caça, os passeios e as relações de amizade (nomeadamente com o médico Fernando Valle).

São, igualmente, os territórios serranos mais marcantes no plano das homenagens e das memórias póstumas em torno do poeta. Miranda do Corvo descerrou um busto esculpido em granito e bronze, com a imagem de Torga, no centro de Vila Nova (em meados de 1995) e atribuiu o seu nome à biblioteca municipal (2003). Arganil promoveu uma jornada de homenagem por ocasião do centenário do seu nascimento (12 de Agosto de 2007), com

uma conferência (relativa à sua figura e obra) em que foi reconhecido o contributo do médico e do escritor para o concelho, e o descerramento de um memorial ao poeta e de uma placa evocativa das palavras do escritor sobre o Piódão (registadas no Diário, a 7 de Abril de 1991), nos Penedos Altos (proximidade do Piódão).

Na amplitude de seis décadas de anotações de acontecimentos, Torga enfatiza principalmente o isolamento, o esquecimento, o declínio, o abandono e a degradação paisagística da montanha. As novas funções e utilizações relacionadas com os tempos livres não mereceram particular atenção do autor, neste contexto geográfico.

No final do seu périplo, Torga mantém a vinculação aos lugares e aos valores de sempre, admira as populações dos lugares mais remotos e isolados e vê nelas uma espécie de último reduto de um Portugal arcaico e genuíno (que teima em resistir ao avanço da modernidade, mas que está condenado a desaparecer).

Em síntese, o Diário é um património literário e uma memória atenta e crítica dos processos de mudança em Portugal nas últimas décadas. É uma referência incontornável para compreender a evolução das suas paisagens e descobrir a sua linguagem de estruturação.

## **Referências Bibliográficas**

ARAQUE JIMÉNEZ, E. e PLAZA GUTIÉRREZ, J. I. (2004) – *La imagen de la montaña. Principales manifestaciones de cambio y argumentos explicativos*. (in <http://www.age.es/montañasespañolas>; consulta a 20.11.2004).

BARRETO, A. (1996) – “Três décadas de mudança social”. In BARRETO, A. (org.): *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CARVALHO, P. (2005) – *Património cultural e dinâmicas de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 657 pp. Reeditado em 2009, com o título *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, pela Câmara Municipal da Lousã.

CARVALHO, P. (2008) – “Questionando as trajetórias e as perspectivas de desenvolvimento das áreas de montanha em Portugal – entre

marginalização e integração territorial”. In Valença, M. (Coord. e Org.): *Globalização e Marginalidade. Desenvolvimento, na teoria e na prática*. Natal, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil), pp. 935-946.

CARVALHO, P. (em publicação) – “Literatura, paisagem e geografia histórica. Revisitar Miguel Torga a pretexto dos ambientes de montanha”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), nº 26/27 (2007/2008).

CHOUPIÑA, F. (2005) – *O lugar do meio. Uma leitura geográfica da obra de Miguel Torga*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras. Coimbra, 331 pp.

CLAVAL, P. (2003) – “El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio”. *Boletín de Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 34 (2002), pp. 30-39.

CRAVIDÃO, F. (2005) – “Território e sociedade: passageiros de viagens literárias”. In Valença, M. e Costa, M. H. (orgs.): *Espaço, cultura e representação*. Natal, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pp. 29-50.

GAGO, D. (2006) – *Imagens do estrangeiro no Diário de Miguel Torga*. Dissertação de doutoramento em Literatura Românica Comparada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (edição em CD-ROM).

GASPAR, J. (2001) – “O Retorno da Paisagem à Geografia. Apontamentos Místicos”. *Finisterra*, XXXVI, 72, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/FLUL, pp. 83-89.

GIRÃO, A. de Amorim (1952) – “Geografia e Literatura”. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, 4/5, Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 105-107.

LEÃO, I. V. P. (2007) – *O essencial sobre Miguel Torga*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

LOURENÇO, Eduardo (1995) – “O Portugal de Torga”. *Colóquio/Letras*, nº 135/136, Lisboa.

MORENO, L. (1999) – “A Serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada”. In Cavaco, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 395-413.

ROCHA, C. (2000) – *Miguel Torga. Fotobiografia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

TORGA, M. (1938) – *A Criação do Mundo II (O Terceiro Dia)*. Coimbra, Edição do Autor, 199 pp.

TORGA, M. (1999) – *Diário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2ª edição integral (1º e 2º tomos; volumes I a VIII; IX a XVI), 1786 pp.

TORGA, M. (2007) – *Portugal*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 8ª edição, 99 pp.

**Do “fim do mundo” aos refúgios da pós-modernidade. O lugar do património no contexto da revitalização de territórios rurais marginalizados**

## **1. Revisitar o mundo rural português: a importância das novas políticas públicas territorializadas e do património**

Em Portugal, a evolução do mundo rural está fortemente relacionada com o regime político e a posição do país no contexto internacional que, por sua vez, configuram diversas orientações e instrumentos de desenvolvimento.

Reportando-nos ao período que sucede à Primeira República, podemos afirmar que a o ideal de ruralidade alimentou a ideologia e a prática social e política do Estado Novo. A trilogia Deus/Pátria/Família, encontrou terreno fértil no mundo rural, relativamente isolado, submisso, dominado por figuras emblemáticas (o padre, o regedor e o professor exemplificam esses ilustres que iluminavam a sociedade campesina) e afastado do conhecimento e das informações relevantes que mudavam o planeta. Se grande parte do mundo rural permaneceu arredada das preocupações de investimento público e privado, também é verdade que a mobilidade geográfica e profissional (relacionada em particular com o ciclo migratório com destino à Europa Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial), configurando uma resposta inevitável ao estrangulamento económico, social e político do país (e, em muitos casos, permitindo uma fuga silenciosa ao cenário de participação forçada nos teatros de operação da Guerra Colonial) minou de forma irreversível essa redoma de vidro imposta pelo poder central, abriu novos horizontes e despertou a sociedade de uma longa sonolência.

O saneamento das contas públicas e o relançamento da economia nacional, objectivos estratégicos dos primeiros anos da ditadura Salazarista, enquadram um conjunto de políticas e acções que tiveram efeitos directos nas áreas rurais, em particular nos espaços montanhosos. Iniciativas como a redução dos incultos, a reflorestação dos baldios e a construção de aproveitamentos hidro-eléctricos traduzem o condicionamento da utilização do território e restrições ao aproveitamento de recursos essenciais ao modo de viver rural. Numa época marcada pelo crescimento da população rural (durante algum tempo, o saldo fisiológico contrabalançou de modo positivo o défice do saldo migratório), a pressão relativamente aos recursos era muito elevada. A progressiva desagregação do mundo rural português é consequência directa das mudanças estruturais que varreram o país e a Europa.

Por outro lado, o modelo de desenvolvimento, por via do investimento público e privado e da criação de oportunidades de emprego, privilegiou as

áreas urbano-industriais. A estas áreas estava reservado o papel de motor do progresso e a difusão dos seus efeitos pelos espaços periféricos servia a prossecução de objectivos assistencialistas. Uma parte relevante do mundo rural não tinha condições para responder aos requisitos deste modelo e, por isso, estava condenada ao fracasso.

Ao mesmo tempo, os efeitos dos movimentos migratórios, internos e externos, induzem fragilidades demográficas e funcionais, como o despovoamento, o envelhecimento e as desigualdades de género (que por sua vez reflectem o carácter selectivo da drenagem de importantes efectivos populacionais), o abandono e o desinteresse crescente que envolve os recursos e os valores nucleares do antigo modelo produtivo (floresta e campos de cultivo) e, ainda, as estruturas edificadas, embora estas últimas representem um potencial capaz de converter-se em âncora de processos de requalificação territorial e revitalização económica e social de alguns lugares.

A transição para o regime democrático é contemporânea de importantes mudanças económicas, sociais e culturais. A redução do tempo de trabalho, o aumento do tempo livre e do rendimento disponível, o direito ao subsídio de férias, o crescimento do parque automóvel e da mobilidade individual, a melhoria ao nível da rede de infra-estruturas de transporte, a democratização do acesso ao ensino e à cultura, entre outros, são elementos estruturantes que configuram a sociedade pós-moderna.

Nesta corrente de fundo assinalamos o crescimento espectacular das actividades de turismo (e dos turistas), fenómeno que tem desencadeado, nos últimos anos, novas escolhas geográficas. Assim acontece com algumas áreas rurais que emergem neste contexto de valorização e fruição de recursos ambientais e patrimoniais singulares.

No alinhamento das tendências apresentadas, é necessário introduzir a política europeia para o mundo rural e a política regional que, na sequência da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, são referências obrigatórias em qualquer análise sobre a dinâmica de desenvolvimento dos territórios rurais portugueses. A ideologia que preconiza a intervenção do Estado no sentido de corrigir certas desigualdades de desenvolvimento, nomeadamente no que diz respeito às regiões rurais, transparece nos textos fundadores das Comunidades e nas políticas desenhadas e aplicadas desde o início dos anos 60 (do século XX). Se a génese da Política Agrícola Comum foi profundamente marcada por objectivos produtivistas e economicistas, também não deixa de ser verdade que os últimos anos, em especial desde o final da década de 80, marcaram



uma ruptura conceptual e operativa com o passado e abriram caminho a novas perspectivas de desenvolvimento do mundo rural.

Com efeito, na actual fase pós-productivista, destacam-se as orientações ambientalistas e territorialistas que apontam diferentes vias para o desenvolvimento dos territórios rurais, isto é, os territórios rurais deixaram de ser olhados e sentidos apenas na óptica das suas capacidades produtivas (CARVALHO e FERNANDES, 2001). Assim, as trajectórias recentes de desenvolvimento dos territórios reflectem novos usos do território, destacando-se, como já se referiu, as novas funcionalidades de carácter turístico. Estas configuram, no plano teórico, propostas alternativas que podem originar resultados positivos, se integradas em estratégias de desenvolvimento sustentado e orientadas para a dinamização territorial e a revitalização do tecido económico e social das áreas de intervenção (CARVALHO, 2006).

O património emerge, neste contexto, como recurso de grande significado que tem merecido amplo interesse e apoio público, servindo de âncora a diversas políticas, programas e intervenções, como acontece na atmosfera dos Quadros Comunitários de Apoio II (1994-1999) e III (2000-2006). Este último foi estruturado segundo objectivos de concentração temática e geográfica (redução do número de objectivos prioritários e dos programas de iniciativa comunitária) definidos na Agenda 2000. Neste domínio, é possível assinalar algumas iniciativas como, por exemplo, o Programa das Aldeias Históricas de Portugal, o Programa das Aldeias do Xisto (Centro), as Aldeias Vinhateiras do Douro, as Aldeias Ribeirinhas de Alqueva (Alentejo), sem esquecer outras intervenções importantes no seio de políticas sectoriais (e perseguindo objectivos mais amplos), designadamente o turismo e o desenvolvimento agrícola e rural. A respeito deste último caso, merece destaque o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural).

O interesse recente das políticas públicas em relação ao património rural tem igualmente fundamento na evolução conceptual do património e das metodologias de intervenção para a sua salvaguarda e valorização, assunto amplamente tributário de orientações e recomendações de diversas organizações internacionais, designadamente a UNESCO e o Conselho da Europa (CARVALHO, 2005). Por um lado, o conceito de património evoluiu no sentido de integrar bens de diversas tipologias, incluindo imóveis de natureza rural e vernacular, e bens imateriais da cultura, portanto afasta-se da perspectiva monumentalista e elitista. Por outro lado, as preocupações de protecção e valorização consideram de modo recorrente a importância do

contexto relacional do património, de tal maneira que se desvinculam da perspectiva tradicional (de carácter redutor) muito centrada nos bens individuais (e também nos contextos urbanos).

Se as acções centradas no património e na patrimonialização apresentam vários méritos – nomeadamente valorizar a escala local e os lugares como centro de análise e de investigação em ciências sociais – também é evidente o modo desarticulado como são desenhadas as políticas e como actuam as diversas instituições públicas (com responsabilidade directa na elaboração de políticas e na sua aplicação). Ao mesmo tempo, transparece outro problema de grande significado: não são realizadas (ou não são conhecidas) avaliações independentes destas iniciativas (etapa fundamental de qualquer processo moderno de planeamento e desenvolvimento), no que toca aos resultados e ao modo de mobilização dos actores. Estes elementos revelam-se essenciais para definir recomendações, orientações e eventualmente desenhar novos instrumentos de apoio aos territórios e às populações.

Ainda assim, a leitura dos processos e enredos de patrimonialização permite destacar alguns elementos de referência: a diversidade (ou amplitude) das escalas territoriais; a multidimensionalidade do património; o envolvimento de actores de geometria variável (tipologia, interesses e modos de participação); a turistificação dos lugares como um dos mecanismos mais recorrentes e assinalados na literatura a respeito dos processos de activação social do património.

Deste modo, fazemos a transição para o estudo de caso que pretende discutir e aprofundar este quadro teórico, assim como procura evidenciar e explicar as diferentes fases de construção de paisagens rurais de montanha, desde a génese e evolução dos lugares até ao processo de patrimonialização e sua ligação à residência secundária, ao turismo e às recentes políticas públicas de desenvolvimento.

## **2. As aldeias serranas da Lousã (Cordilheira Central): do “tempo eterno” à nova ruralidade**

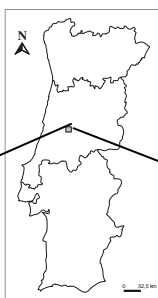
### **2.1 Da génese dos lugares ao espectro do despovoamento, abandono e marginalização**

As aldeias serranas da Lousã localizam-se no sector meridional do concelho da Lousã e no sector noroeste da Serra da Lousã (figura 1), por entre cotas que oscilam entre 540 metros (Casal Novo) e 730 metros (Franco).

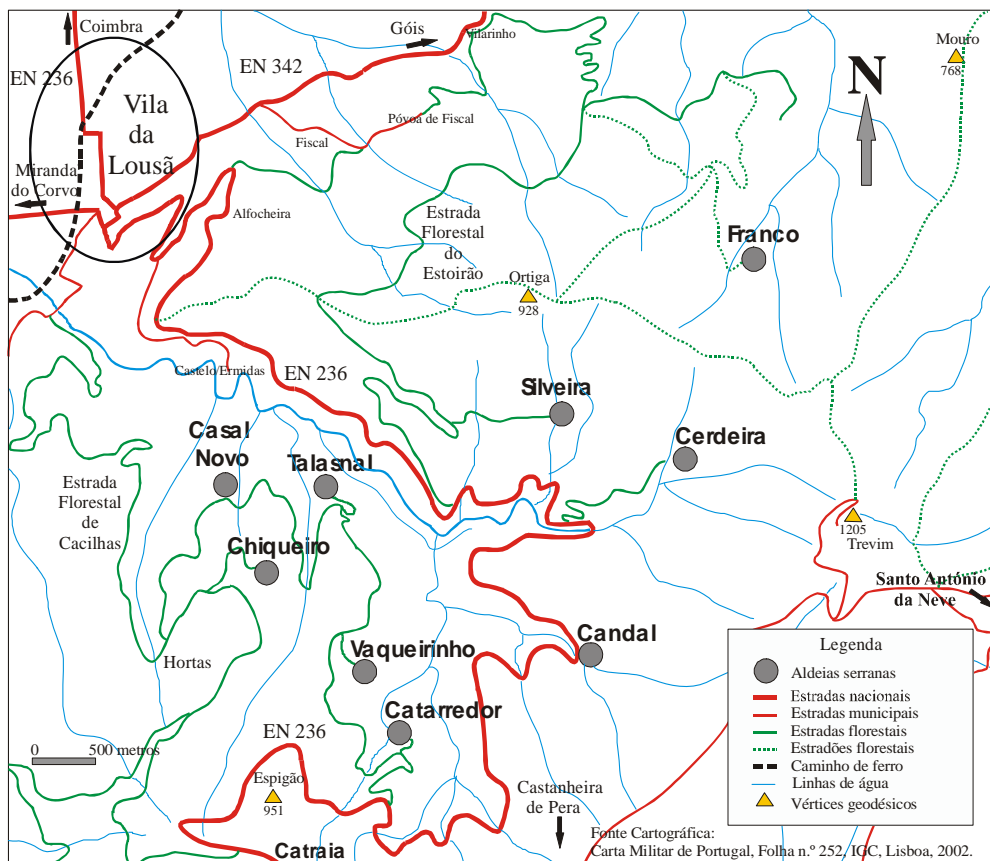
O contexto geográfico revela o predomínio da Cordilheira Central e dos seus relevos vigorosos, imponentes e de impressionante contraste paisagístico que rasgam o horizonte nas direcções nordeste e sudoeste. A Bacia da Lousã e o Rebordo Montanhoso do Maciço Antigo fazem a transição para a Depressão Marginal e a Orla Mesocenozóica, e conduzem à capital regional, a cidade de Coimbra, que dista cerca de 40 quilómetros (a noroeste) em relação aos lugares serranos mais próximos da vila da Lousã.

Os primeiros elementos seguros sobre o povoamento da Serra da Lousã no termo administrativo do município lousanense, aparecem no primeiro terço do século XVI, reportando-se a Vale de Nogueira e Bemposta (segundo o Cadastro da População de 1527), e na segunda metade de Quinhentos, quando conseguimos identificar as aldeias serranas da Silveira (1581), Casal Novo e Cerdeira (1586), Talasnal e Candal (1589), e Catarredor e Chiqueiro (1590), a partir dos registos paroquiais (CARVALHO, 1999; 2005). A exploração florestal e principalmente o pastoreio do gado e os movimentos transumantes<sup>1</sup> explicam como o homem começou a ocupar (de forma sazonal) a montanha.

O incremento do povoamento só deve ter ocorrido mais tarde, em ligação com a difusão do milho grosso – cujo cultivo era aqui possível «(...) principalmente ao longo dos vales» (CRAVIDÃO, 1989) –, do feijão e, posteriormente, da batata, que acabaram por substituir a castanha como alimento básico, quiçá de forma compulsiva, no final de Oitocentos, quando a “doença da tinta” deve ter deixado marcas profundas nos soutos serranos (CARVALHO, 1999).



<sup>1</sup> Da continuidade dessa prática dá conta, nos primeiros lustros da segunda metade de Oitocentos, Adrião Forjaz de SAMPAIO (1938 [1838]: 32; 38), ao notar a existência de rebanhos “(...) que de longe vêm pascer aí por muitos meses”, ou então, de forma ainda mais explícita, através da expressão “(...) estes pobres pastores vivem pela serra desde Maio até Agosto”.



Elaboração própria. Publicado em CARVALHO (2005)

Figura 1. Esboço de localização das aldeias serranas da Lousã (Cordilheira Central)

No final do século XVII, um conjunto mais vasto de documentos sobre a vila da Lousã e o seu termo, compilados por MEXIA (1936), fornece indicações seguras sobre a ocupação permanente das aldeias serranas. De entre os mais importantes encontra-se o Tombo dos bens e propriedades da Câmara e concelho desta villa da Louzan, lavrado em 1687, a mando de D. Pedro II. Nele constam os “casais” que existiam na Silveira, Catarredor, Candal, Vaqueirinho, Chiqueiro, Franco e Bemposta. “A propriedade dos casais repartia-se entre a Câmara, famílias de representação local e moradores nos lugares. (...) O casal correspondia a toda a área envolvente do lugar (excluindo as propriedades privadas e foreiras) e era composto por

matos de utilização comum e algumas árvores” (MONTEIRO, 1984: 55).

Quadro 1. Evolução da população nas aldeias serranas da Lousã (1885-2003)

Aldeias	Anos								
	1885	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2003
Candal	112	129	<b>201</b>	100	72	19	22	2	0
Casal Novo	65	58	<b>79</b>	43	32	0	0	0	5
Catarrredor	69	109	<b>120</b>	67	23	2	5	15	12
Cerdeira	70	75	<b>79</b>	51	18	0	8	0	5
Chiqueiro	23	11	<b>45</b>	26	12	4	4	3	3
Talasnal	74	129	<b>135</b>	90	59	2	2	2	4
Vaqueirinho	29	43	<b>46</b>	29	20	0	7	3	3
Silveiras	105	<b>108</b>	99	41	22	0	0	0	0
Total	547	662	<b>804</b>	447	258	27	48	25	32
Lousã (Concelho)	10868	12358	14367	13900	12161	13020	13447	<b>15753</b>	15753
Aldeias/Lousã (%)	5.03	5.35	5.6	3.22	2.12	0.21	0.36	0,16	0,20

Nota: O tom negrito corresponde ao máximo demográfico

Fontes: *Censo da População* (1911). Lisboa, INE

*Recenseamentos da População* (1940; 1960; 1970; 1981; 1991 e 2001). Lisboa, INE

*Mapa Estatístico do Distrito de Coimbra*, 1885

Apuramento demográfico nas aldeias serranas (31/01/2003)

Dois séculos mais tarde, com a institucionalização da Estatística, é possível seguir de forma segura a evolução demográfica das aldeias serranas e de todo o povoamento da montanha. Assim, o aumento natural da população – que ocorreu até 1940 (quadro 1) – não foi acompanhado pelo aumento dos rendimentos, o que obrigou a um progressivo movimento da população “(...) quer por terras portuguesas quer para o Brasil e Estados Unidos da América, movimento esse que foi aumentando sobretudo nos jovens, pelas notícias que a eles chegavam do êxito material obtido pelos seus conterrâneos. Ficando a serra despovoada de população jovem, perdeu-se a possibilidade de rejuvenescimento (...)” (CAMPOS, cit. por NUNES, 1988: 146). Quarenta anos depois, a maioria destas aldeias perdeu a totalidade da sua população residente.

Com efeito, das oito centenas de habitantes recenseados nas aldeias do coração da Serra, em 1940, cerca de metade abandonou a montanha até 1960 e quase todos os outros partiram nas décadas de 60 e 70. Em 1991 residiam nos povoados serranos apenas 48 habitantes – 22 dos quais na aldeia do Candal. Dez anos depois, segundo o Recenseamento Geral da População,

habitavam de forma permanente, nas aldeias serranas da Lousã, duas dezenas e meia de residentes, quase metade em relação a 1991 e o mesmo valor que corresponde ao registo do início dos anos 80, embora com algumas alterações qualitativas: a mais importante é a ausência de população residente no Candal, aquele que foi o último baluarte do povoamento, com forte vínculo à montanha. Importa, então, explicar este “mergulho” no abismo.

MONTEIRO (op. cit.) estudou de forma aprofundada a mobilidade da população serrana e equacionou os movimentos migratórios em duas fases principais. A “primeira vaga migratória” foi constituída por duas fases. A primeira fase verificou-se na segunda metade do século XIX, em que era comum a procura de um suplemento económico para satisfazer as necessidades monetárias, que eram cada vez maiores devido aos impostos. Como na “região” não havia grandes ofertas em termos de trabalho, os serranos deslocavam-se sazonalmente para o Alentejo e vizinhos campos espanhóis da Estremadura e da Andaluzia, na altura das ceifas, incorporando o movimento dos “ratinhos”. Na segunda fase, nos finais do século XIX, face ao agravamento das dificuldades locais, as saídas de população das aldeias tornaram-se mais numerosas, deixando de ser sazonais. O destino dos migrantes mudou. As deslocações passaram a ser para Lisboa (migrações internas) e para o estrangeiro (essencialmente o Brasil e os Estados Unidos da América).

Durante esta primeira vaga migratória, em que o volume de saídas para Lisboa, Brasil e depois para a América<sup>2</sup> deve ter sido elevado, apenas se registou uma diminuição de população nos lugares das Silveiras<sup>3</sup>, Bemposta (Serpins) e Franco (Vilarinho), em relação a 1911. Nos restantes lugares houve um aumento, de forma mais significativa no Candal (quadro 1). Esta interpretação sugere que as saídas eram, na sua maioria, provisórias (os

---

<sup>2</sup> A emigração da Lousã para o Brasil terá sido iniciada com o Comendador Montenegro, no terceiro quartel de Oitocentos. A fundação das colónias agrícolas Nova Lousã (1867) e Nova Colômbia (1872) estimulou a participação de mão-de-obra livre. Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas, no sul do Brasil e o Amazonas (Manaus), foram os principais campos de acção. Nos Estados Unidos da América destaca-se Danbury (Connecticut).

<sup>3</sup> Como notaram BABO e VILANOVA (1954: 52), na “(...) Silveira de Cima e a Silveira de Baixo, (...) as casas abandonadas são já tantas ou quase como as habitadas, devido à emigração em massa dos homens válidos, hoje bem patente àquele que as visita”.

homens regressavam ao fim de alguns anos) e que “as mulheres permaneciam na Serra e lá tinham os filhos. Mas o próprio processo emigratório, mesmo na primeira vaga em que os homens saíam para ficarem poucos anos fora, foi afinal excluindo definitivamente daqueles lugares alguns dos seus habitantes” (idem: 123). “E mesmo aqueles que regressavam com vontade de investir as suas poupanças não encontravam nestes lugares a mínima possibilidade de aplicar esse capital. A dificuldade em realizar investimentos nos lugares serranos está ligada à falta de terras, ao atraso tecnológico e ao isolamento em que se mantinham. Era difícil ser-se capitalista localmente” (idem: 87).

De facto, a situação económica e social das aldeias serranas era de profunda pobreza. Somente os que tinham propriedades e rendimentos na vila ou nos destinos migratórios estavam acima dessa linha de sobrevivência. Perante este cenário desolador apenas restava uma solução: (e)migrar mais e diferentemente. Com efeito, a partir dos anos 40 a saída dos habitantes dos lugares serranos da Lousã intensificou-se (quadro 1). Note-se que essa data corresponde ao momento de máximo demográfico, apurado nos registos censitários, para quase todos os lugares.

A diminuição drástica da população residente, de 1940 a 1981, deve-se, pois, fundamentalmente aos processos migratórios. A componente emigratória, muito intensa sobretudo no período de 1940-1960, manteve o Brasil e a América do Norte como destinos privilegiados – aliás, a nível nacional, entre 1950-1959, apenas 4,8% dos emigrantes saíram para a Europa (MEDEIROS, 1987).

Mas as aldeias serranas não acompanharam as novas tendências migratórias da população portuguesa: a viragem da emigração transoceânica para o ciclo continental, a partir dos finais da década de 50, em que o destino dos emigrantes são alguns países da Europa Ocidental, nomeadamente a França e a República Federal da Alemanha. Os serranos não foram seduzidos pela nova miragem e preferiram continuar a tentar a colocação no Brasil<sup>4</sup> e nos Estados Unidos, intensificando, também, a sua actividade dentro do país,

---

<sup>4</sup> No período pós-guerra, o Brasil continuou a reunir as preferências da população da Serra, sobretudo porque os EUA definiam quotas anuais de emigração e critérios de prioridade relacionados com o estatuto de cidadania, condicionando, assim, a entrada de estrangeiros no país. Nas cartas de chamada era necessário indicar e comprovar a profissão, e por isso os interessados faziam a inscrição como sócios da agremiação do respectivo ofício em Portugal.

nomeadamente em Lisboa<sup>5</sup> que era muitas vezes lugar de transição ou de “salto” para as Américas.

Entre 1970 e 1981, ou seja, em apenas uma década, verificamos que a redução demográfica foi bastante acentuada para ser explicada apenas pela emigração (que estava em declínio). Um novo elemento aparece com bastante importância nessa segunda vaga emigratória: os emigrantes tendem a ficar no exterior pelo menos durante a sua vida activa, a organizar uma vida estável e a chamar as suas mulheres (MONTEIRO, op. cit.). Depreende-se que poucos regressariam aos lugares de origem (talvez só quando a velhice ou a pretendida comodidade financeira fosse atingida). O agravamento da situação económica do Brasil também contribuiu para a redução drástica do poder de compra dos serranos aí emigrados: em 1951, novecentos cruzeiros valiam mil escudos; meia dúzia de anos depois, para obter mil escudos era necessário trazer 6000 cruzeiros! E a situação não melhorou, antes pelo contrário, a desvalorização da moeda brasileira continuou sempre em ritmo acelerado, e isso teve consequências negativas no plano do retorno da população e do volume de capital enviado para as aldeias – e sabemos que muitas famílias dependiam dessas remessas para sobreviver.

No início dos anos 60, um outro acontecimento “empurrou” mais algumas famílias para o vale: a falta de docentes e o encerramento temporário das escolas primárias da Serra<sup>6</sup>. Apesar do reinício das actividades lectivas, poucos anos depois ambas as escolas encerravam definitivamente, devido ao número insuficiente de alunos. A instalação de algumas famílias na área da vila foi também, em alguns casos, uma forma de aproximação em relação ao local de trabalho, para aqueles chefes de família

---

<sup>5</sup> Em Lisboa, os serranos residiam sobretudo no bairro de Alfama e trabalhavam na descarga portuária.

<sup>6</sup> A escola do Candal – criada oficialmente em 1911, embora durante muitos anos não tenha sido possível concretizar essa disposição regulamentar por falta de instalações –, tal como a do Talasnal, foram edificadas no início dos anos 30, em resultado da iniciativa e quotização dos emigrantes oriundos dos lugares interessados, e com o apoio da Câmara Municipal da Lousã. Antes, só no Candal havia aulas, para os rapazes, numa casa alugada, ministradas por um professor particular que se deslocava ao lugar. O estabelecimento de ensino do Candal era frequentado pelos meninos das Silveiras, Cerdeira e do próprio lugar. A escola do Talasnal recebia os alunos do Talasnal e das aldeias vizinhas do Casal Novo, Chiqueiro, Vaqueirinho e Catarredor.



que tinham ingressado como empregados braçais da Companhia Eléctrica das Beiras.

Nos anos setenta «Os lugares esvaziam-se então do resto de população, velha, que tinham». Com efeito, a população idosa «(...) acaba por morrer ou face à evidente impossibilidade de persistência juntam-se (ou são levados) para junto das famílias que estão fora e perto de quem precisam de viver para serem assistidos na velhice» (idem: 240).

As más condições de acessibilidade, a falta de assistência social aos idosos, as calamidades provocadas pelos grandes incêndios verificados na década de 1970 (especialmente em 1978) e o encerramento da carreira de transportes que passava no Candal (e fazia paragem nos ramais para a Cerdeira e o Catarredor) contribuíram também para que os últimos habitantes se desprendessem da montanha.

## **2.2 A crise e a derrocada da geoeconomia local**

Os lugares serranos da Lousã tinham uma actividade do tipo agro-silvo-pastoril de montanha. Contudo, as dificuldades impostas pelas condições naturais eram, como são actualmente, muito significativas. Os solos são extremamente frágeis e pobres. A forte inclinação das vertentes, para além de dificultar o trabalho agrícola (pelo maior dispêndio de tempo na execução das tarefas e de energia que acarreta), no Inverno, quando as precipitações são mais abundantes, facilita a erosão e o conseqüente arrastamento do solo, deixando o xisto quase desnudado. Face a estes condicionalismos e problemas, a única forma de valorizar e utilizar as vertentes era através da construção de socalcos. Para encher os tabuleiros sustentados por muros de pedra xistosa, os homens e as mulheres efectuavam o penoso trabalho de carregar o magro solo, em cestos, do fundo do vale para o cimo – em certos casos, anualmente. Só assim era possível manter a superfície agrícola necessária ao abastecimento regular dos residentes (e não seriam muitos os excedentes, mesmo naqueles anos um pouco mais generosos).

Repartidas entre seca e regadio, as terras eram enriquecidas com estrume natural (composto de carqueja, mato, tojo e algumas folhas, nomeadamente de castanheiro, misturadas nas lojas do gado, com os excrementos dos animais). Contudo, a aptidão agrícola dos solos e a disponibilidade de água para irrigação são diferenciadas nos lugares serranos: da escassez de solos e maior carestia de águas para regar, como acontece parcialmente no Casal Novo e Chiqueiro, e particularmente nas Silveiras – limitações que terão influenciado de forma decisiva o abandono “precoce” destas últimas aldeias, tal como o problema do isolamento –, aos

solos menos pobres, mais desenvolvidos, em plano mais extenso e com menor pendor das vertentes, bem como maior disponibilidade de água (regatos e nascentes), mesmo no estio, como acontece no Candal, onde a esmagadora maioria das terras são de regadio.

A distribuição das águas destinadas a rega e as estruturas a ela associadas revelam a capital importância desse elemento no ciclo agrícola e na própria sobrevivência da população. As aldeias serranas formam uma guarda-avançada no interior de uma “concha” drenada pelos fios de água que se desprendem das grandes linhas de cumeada da montanha (figura 1) – Pessegueiro (709 metros), Espigão (951 metros), Candal (1062 metros), Trevim (1205), Ortiga (928 metros) – e alimentam a ribeira de São João, valeiro profundo e entalhado que rasga o coração da serra no termo da Lousã. Franco de Cima, Franco de Baixo e Bemposta assinalam as cabeceiras da bacia hidrográfica da ribeira Maior, dominada pelo interflúvio Ortiga–Lomba do Mouro (768 metros).

A partilha das águas gerava frequentemente dificuldades e desentendimentos graves entre os proprietários/utilizadores. A situação vivida no Candal, no final dos anos 20 do século passado, era de tal ordem (coincidindo com uma fase de crescimento demográfico e um contexto económico agravado com a grande depressão internacional) que os proprietários de terras de rega reconheceram que as águas correntes não podiam permanecer mais tempo na indivisão, e por isso requereram a sua divisão, em proporção da superfície e necessidade dos prédios irrigados e tendo em atenção os antigos regos e açudes existentes. O essencial dos documentos originais foi publicado, em 1934, pela Tipografia Lousanense, sob o título “Auto de Divisão de Águas do Candal (Ano de 1929)”, opúsculo que é de grande relevância para o conhecimento detalhado do processo de utilização e repartição de águas na aldeia, para além de fornecer indicações importantes sobre a população residente e/ou proprietários envolvidos, bem como acerca da estrutura da propriedade.

Duas imagens que podemos situar em meados do século passado ilustram a organização da aldeia, numa época de grande intensidade de ocupação. A primeira, mais abrangente, incide no sector a norte do Candal balizado pela antiga escola (fotografia 1); foi publicada pelo professor Orlando RIBEIRO no “Livro-Guia da Viagem ao Portugal Central”, realizada no âmbito do Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (Lisboa, 1949). A segunda, gentilmente cedida pelo médico e etnólogo Dr. Manuel LOUZÃ HENRIQUES, é a primeira imagem colorida original que conhecemos das aldeias serranas, que retrata com

algum pormenor a ocupação dos campos em torno do casario do Candal (fotografia 2).



Fonte: Orlando RIBEIRO (1949)

Fotografia 1. Organização espacial do sector setentrional do Candal, atravessado pela estrada nova da Serra (E.N. nº 236), no final de 1940

No tocante à morfologia agrária, importa referir que as parcelas eram de pequena dimensão e de forma bastante irregular. Apesar do espírito de comunitarismo rural, por vezes aparecem algumas parcelas vedadas (com muros de pedra ou através de filas constituídas por videiras), para impedir a entrada do gado alheio e os seus efeitos desastrosos. Pelos mesmos motivos, no Talasnal os antigos caminhos da aldeia, subindo as ribeiras de São João e da Vergada, estão ladeados de muros de pedra solta, serpenteando os campos de cultivo – tal como acontece no Candal em direcção às cumeadas da montanha.

A estrutura da propriedade fundiária revela a extrema divisão das terras de cultivo e das parcelas de floresta (pinhal e castanheiros) e mato (ocupando o anel exterior aos terrenos de cultivo), que em sede de herança (por vezes ainda em vida do proprietário e, regra geral, realizada sem qualquer registo formal, isto é, sem escritura lavrada no serviço de notariado) eram divididas por todos os herdeiros em partes iguais.



Fonte: Dr. Manuel LOUZÃ HENRIQUES (2003)

Fotografia 2. Vista parcial da aldeia do Candal, em meados do século XX

As culturas utilizadas, e que melhor se adaptavam às características dos solos da montanha, eram o milho, o centeio (nas terras de seca), as hortaliças, o feijão, a batata e a abóbora. Tratava-se, portanto, de um sistema de cultura caracterizado pelo predomínio da policultura, assente na total e contínua ocupação do solo (configurando uma autêntica manta de retalhos) e na utilização de abundante mão-de-obra. As árvores de fruto eram raras, excepto as cerejeiras, as gínjeiras e os castanheiros, embora aparecessem em posição periférica às parcelas, como aliás se compreende pela exiguidade das mesmas e pela escassez de solos com aptidão agrícola.

A tecnologia utilizada era muito rudimentar (perante as características desta área, dificilmente seria possível utilizar uma tecnologia muito mais avançada), constituída por enxadas, ancinhos, roçadeiras e machados, que regra geral eram compradas nos estabelecimentos comerciais da Lousã. Quase todas as tarefas agrícolas eram realizadas por via da força humana. Como assinalaram OLIVEIRA, GALHANO e PEREIRA (1983: 33), a respeito dos processos mais elementares de preparação das terras, “na Serra da Lousã, onde os terrenos de cultivo têm um declive muito acentuado, toda a preparação da terra é mesmo feita com o engajo; as cavas começam sempre do lado de baixo para o de cima, devido ao extremo declive; e este facto, conjugado com a acção das chuvas do Inverno, provoca o descaimento

da terra, descarnando o lado de cima e obrigando todos os anos a transportá-la para esse lado, em cestas (...).”

Os cereais panificáveis produzidos na Serra eram transformados nos moinhos, construções exíguas (algumas eram o resultado do aproveitamento de fragas, guarneçadas com uma ou outra parede e atapetadas com lousas ou telhas de canudo, sobre ripado de castanho) dispersas pelas principais linhas de água que rasgam a montanha. Pensamos que parte dos moinhos eram meios de produção de natureza colectiva, ou pelo menos aparecem ligados a regime de compropriedade. O regime fluvial explica a existência de moinhos de Verão e de Inverno, utilizados em função do caudal de alimentação das levadas.

Com uma agricultura de mera subsistência, quase sem perspectivas de produção de excedentes para introduzir no mercado, não era possível obter rendimento visível, regular, nem acumular capital para realizar qualquer tipo de investimento (nomeadamente o necessário ao progresso da actividade agro-pastoril). E mesmo as condições de base local, para esse hipotético desenvolvimento, não estavam, em grande parte, reunidas. MONTEIRO (op. cit.) explica muito bem as dificuldades técnicas e as adversidades locais ao progresso material dos lugares, nomeadamente a ausência de bens materiais (como a disponibilidade de terras para animar o mercado de imóveis rústicos) ou de meios de produção (inovadores) que permitissem absorver algum capital reunido pela população serrana que participou nos movimentos migratórios.

Mas teriam os serranos perspectivas de melhorar as condições materiais de existência, em outra actividade local fora da agricultura?

Paralelamente à actividade agrícola, praticava-se a pastorícia, em especial ligada ao gado caprino.

No Candal, seja pelo número mais elevado de população residente, seja pela maior disponibilidade de espaços para pastagem, nos anos 30 do século passado, existiam cerca de duas mil cabeças de gado. Três décadas depois, o rebanho estava reduzido a menos de um milhar de animais, e nos anos 70, quando terminou o pastoreio colectivo, o número de animais rondava uma centena. Esta diminuição, que atingiu as outras aldeias, decorre sobretudo da redução substancial da área de pastagens livres, que, por sua vez, é consequência da submissão de parte significativa dos antigos baldios serranos ao regime florestal. O declínio do pastoreio foi (mais) um elemento decisivo para a desagregação da frágil economia serrana.

Para além da actividade agro-pastoril, havia a “exploração” de oliveiras e castanheiros.

Nas aldeias serranas da Lousã, como em tantas outras áreas montanhosas, a castanha foi durante muitos séculos o principal alimento das populações rurais<sup>7</sup>. A castanha pilada (seca nos “caniços”) era muito utilizada na alimentação dos habitantes, em particular quando os nevões de Inverno não permitiam sair de casa. Também era dada ao gado, sendo um alimento de reconhecido valor na engorda dos suínos, tal como as landes dos carvalhos recolhidas no Outono.

Ainda hoje a toponímia serrana reflecte a importância dos castanheiros: os souts do Bracejal, Loiral, Porto Estieiro, Cova do Barco e Cova Rasa, nas encostas da ribeira do Catarredor e do Candal, são disso exemplo. A Lomba do Souto Redondo, a Lomba do Souto de Alvelo (concelho de Pedrógão Grande) e o Souto Ramalho (Campelo, Figueiró dos Vinhos) assinalam outros locais, relativamente próximos, onde o castanheiro teve igualmente significativa expressão florística.

As oliveiras tinham também grande importância – embora a pobreza do solo não permitisse árvores de grandes dimensões –, e daí a existência de quatro lagares (movidos a energia hidráulica) para a transformação da azeitona: dois no Talasnal (na extremidade sudoeste da aldeia); um no Candal (junto à E.N. n.º 236) e um outro (o lagar da Ermida ou do Evaristo) localizado na proximidade da confluência da ribeira da Cerdeira, Catarredor e Candal, perto do início da levada que conduz a água para alimentar as turbinas da central hidroeléctrica da Ermida.

Como se trata de uma altitude limite para a vinha, esta estava presente de forma modesta (distribuição geográfica e produção) e resumida às vides americanas que subiram as encostas serranas da Lousã, introduzidas na sequência da terrível filoxera que na transição dos séculos XIX-XX deixou marcas de destruição e reduziu a quase nada parte importante do vinhedo de diversas regiões do País.

A recolha de lenha e a produção de carvão eram outras actividades de grande importância na Serra e destinavam-se ao consumo interno e, sobretudo, à venda, na vila da Lousã. A primeira actividade era efectuada

---

<sup>7</sup> A produção de castanha terá sido afectada pela chamada “doença da tinta” que desde finais do século XIX varreu o país. Segundo PAIVA (1990), a introdução e a difusão da cultura da batata e de outras culturas (nomeadamente o milho grosso e o feijão), assim como a expansão da fruticultura, contribuíram significativamente para o decréscimo da castanha como alimento básico, o que também levou a uma diminuição da área por ele ocupada, pois a população passou a considerar a planta não como produtora de um alimento, que até era armazenável, mas como fornecedora de madeira e até de lenha.

por jovens e crianças, e mais tarde, após a emigração, pelos mais pobres. A produção de carvão era uma actividade muito difícil<sup>8</sup>, morosa e exigente (do ponto de vista físico): era necessário arrancar aos penedos as raízes da torga e do mato; depois abrir um buraco enorme para enterrar as cepas, atear o fogo e controlar a combustão (tapando com terra) durante horas a fio. Vale de Nogueira era o lugar mais importante no âmbito desta actividade<sup>9</sup>. Cerdeira, Catarredor e Talasnal, no primeiro terço do século XX, tiveram ainda carvoeiros entre os seus habitantes. Mesmo na Serra, a actividade gerava alguma controvérsia, pelos danos causados, e perante um cenário de carestia de lenha e mato. Também por isso, o carvão era feito longe dos lugares e muitas vezes de noite.

A produção de carvão e a figura dos carvoeiros terão funcionado como uma espécie de espelho, através do qual as elites desse microcosmos rural (a vila) olhavam de forma depreciativa os habitantes das aldeias serranas, pelo menos até meados do século passado, quando a dependência da vila em relação à Serra, por via do consumo de carvão e lenha, diminuiu de forma substancial.

### **2.3 O casario de xisto: imagem singular e âncora da patrimonialização da paisagem cultural serrana**

“É curioso notar como se apresentam as habitações na serra, e como o sentido daquele provérbio que diz “o Verão é capa de órfãos” fica bem expresso na escolha do local para a construção das casas.

A habitação serrana, feita de pedra regional, que é xistosa, mostra-se, quer no interior, quer no exterior, negra como ela e de aspecto pesado e sombrio.

---

<sup>8</sup> Como assinala COELHO (1954: 24), a respeito da Serra de Montesinho, “Entre as pequenas indústrias locais, o primeiro lugar é ocupado pelo *fabrico de carvão* vegetal, na serra, com raízes queimadas.

Os carvoeiros chegam a viver no monte, mesmo como animais ou, se quisermos, como primitivos, pois a sua casa é uma simples caverna na rocha (...). Estes infelizes passam grandes privações na luta pela vida. Por vezes, bloqueados pela neve, sem poderem sair da caverna, servem-se daquela para fazer a comida”.

<sup>9</sup> Um documento dos derradeiros anos do século XIX, guardado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Lousã, regista mais de duas dezenas de carvoeiros em Vale de Nogueira.

O telhado, geralmente de duas águas, apresenta-se protegido por grandes lousas, que ao longe dão o aspecto dum estendal negro sob fundo avermelhado.

As janelas, pouco numerosas e de pequenas dimensões, atestam a abundância de luminosidade e de frio” (Espírito SANTO, 1954: 32).

Este extracto de texto, retirado de um artigo publicado no Boletim do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra (1954), sintetiza os traços principais da casa serrana.

Mário BRAGA, na obra “Serranos” (1979), chama a esta serra e às suas povoações “castelos de xisto”, erguidos e meio afundados num “mar de serras sobre serras” (SAMPAIO, 1938: 45). A expressão utilizada pelo escritor prende-se com o facto de as casas se apresentarem como um amontoado, edificadas umas junto às outras, quase sem deixarem entre elas um palmo de terra, ladeando estreitos e tortuosos caminhos. Pequenos logradouros de apoio às actividades agrícolas fazem a separação dos tabuleiros de cultivo que antecedem a área de floresta e mato do casal; depois alarga-se a vista para o domínio dos antigos baldios serranos.

“Na sua rudeza primitiva, nada as protege dos tufões que varrem os cabeços e chegam a desenraizar carvalhos possantes como castelos; nem das enxurradas que carregam pedregulhos do tamanho de catedrais; nem do raio que escalavra e fende a gigantesca penedia, de alto a baixo... Encarrapitadas no lombo da serra, antes dão ideia de se equilibrar que de se agarrar; e, às vezes, batidas pela ventania, dir-se-ia que oscilam, periclitam, quase se despenham e só por milagre – um milagre que atravessa Invernos e Invernos, e se prolonga por gerações e gerações” (LUSO, 1932: 134).

A simplicidade e a aparente fragilidade das construções, que João LUSO descreve nesta passagem da obra “Viajar”, explicam-se pela extrema pobreza dos seus habitantes. A utilização dos recursos materiais locais define os traços essenciais da casa serrana. A generosidade da montanha vai pouco para além do xisto, extraído em pequenas pedreiras abertas nas suas entranhas. O castanheiro, sobretudo o “portelão” (variedade que melhor resiste às condições climatéricas da montanha) oferecia madeira de excelente qualidade, aproveitada para traves e outras componentes estruturais das coberturas e sobrados, padieiras, portas e janelas. Era cortado no bosque e aplicado com o mínimo trabalho de transformação. Certos elementos, como os barrotes, eram aparados em duas faces, de forma manual ou mecânica (através de antigos mecanismos de serrar, impulsionados pela energia hidráulica), para receber tábuas (sobrados), ripas ou “falheiras” (telhado).



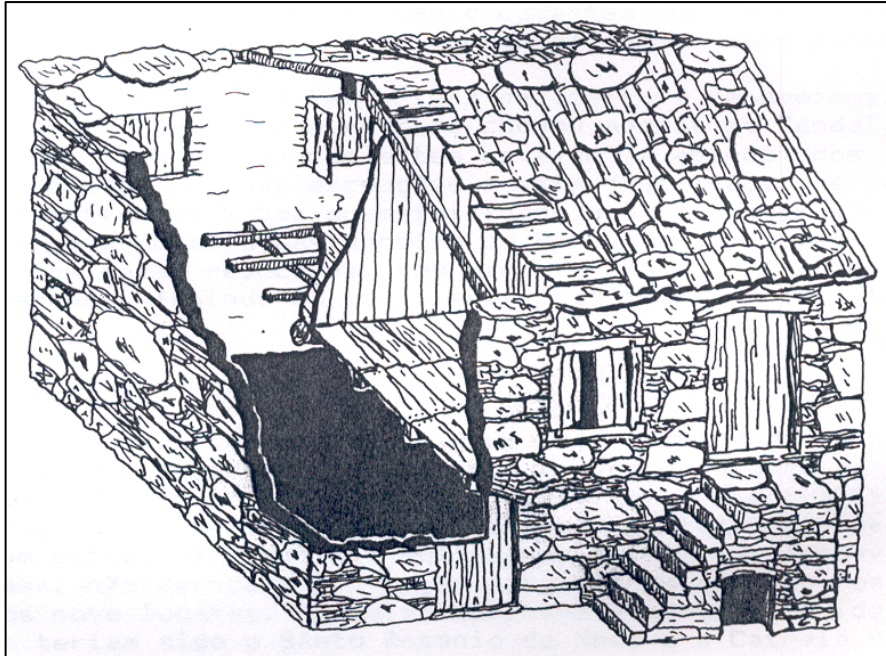
A telha de canudo<sup>10</sup> (também designada por telha serrana) domina a cobertura dos edifícios, numa fase em que praticamente desapareceram os telhados de lousa ou de colmo. Com as casas novas do primeiro terço de Novecentos, introduziu-se a telha marselha, mais eficaz no resguardo das coberturas, e com ela tornou-se desnecessário utilizar lousas para proteger os telhados dos ventos que na montanha sopram vigorosos em particular de Outubro até Março.

As casas serranas (figura 2) apresentam normalmente dois pisos, estrutura que acolhe as suas funções primárias: rés-do-chão, com uma ou duas lojas para o gado e arrumo de utensílios agrícolas, e primeiro andar, composto de uma sala ampla com lareira baixa, onde vivia toda a família. Mais tarde, nalguns lugares, aparecem divisões para a cozinha e o quarto de dormir, individualizadas através de tábuas de pinho dispostas de forma vertical. A presença de grandes blocos de xisto, nos quais os edifícios são ancorados e adoçados, reduz, sobremaneira, a área do piso inferior. O xisto é aparelhado em panos de parede e travado nas aberturas e na transição entre os alçados com pedras mais lineares e de maior dimensão.

O interior das habitações (tal como o exterior) conservava a pedra à vista, envolvida numa matriz argilosa. Nos currais, palheiros e arrecadações, regra geral, a pedra aparece solta, sobreposta, sem qualquer elemento de ligação. Nos primeiros lustros do século XX, com a aplicação dos capitais amealhados através da (e)migração, aparecem os rebocos interiores e exteriores, que inicialmente eram feitos à base de areia e cal. Posteriormente, com a utilização regular de cimento, a matriz ganha nova expressão. Nas divisórias interiores surgem os tabiques, estruturados com tábuas e fasquias de pinho que recebem a argamassa de cal e areia, e numa fase posterior (meados do século) é utilizado o tijolo.

---

<sup>10</sup> A telha era adquirida directamente aos pequenos fabricantes artesanais da área do Padrão (Lousã). Até meados do século passado os fornos (construídos em pedra, extraída do depósito que domina as alturas do Buçaqueiro, ligada com uma argamassa de argila) mantiveram actividade regular e explicam, como complemento (de rendimento) do trabalho agrícola das baixas aluviais, a permanência e a maior resistência da população local ao apelo intenso da emigração. Depois de secar nas eiras, a telha era acumulada em pilhas, guardada sob alpendradas improvisadas e finalmente transportada em carros de bois, até ao domicílio dos compradores, tal como a “areia suja” (não lavada) extraída no local, que era utilizada nas argamassas, fosse nas aldeias serranas ou em outros lugares dos concelhos vizinhos.



Fonte: C.M. da Lousã, 1986.

Figura 2. Casa serrana da Lousã: desenho esquemático

Os sobrados das habitações eram em madeira de pinho (raramente de castanho), serrada manualmente, e as coberturas assentavam sobre ripado de madeira, sem forro interior, por onde escoava o fumo das lareiras e dos fornos. As chaminés praticamente não existiam, salvo uma ou outra pequena estrutura triangular de telha utilizada para auxiliar a evacuação do fumo. Com as casas “brasileiras” e “americanas” introduziram-se chaminés bem destacadas da cobertura, e nas últimas décadas a reabilitação dos imóveis serranos foi acompanhada pela construção de chaminés, com desenhos e materiais mais ou menos espampanantes.

O beirado das casas era atapetado com lousas, uma bordadura linear e discreta, mas muito eficaz, para evitar a infiltração das águas pluviais nas paredes (causa primária da sua ruína). A moldura das janelas combina o castanho na verga, blocos de xisto nas ombreiras (e por vezes também na verga) e uma laje xistosa na soleira. Excepcionalmente encontram-se algumas cantarias de granito, arrancadas e lavradas na aba meridional da

montanha (Coentrais) – as mais antigas eram picadas e não apresentavam polimento. Nos anos 20 eram raras as janelas com vidros: “já algumas habitações têm vidraças que a gente, indo à Senhora da Piedade, vê ao longe luzir, lampejar ao sol” (LUSO, op. cit., 56). Usavam-se quase exclusivamente as portas de madeira, e os panos de janela eram de pequenas dimensões (figura 2), resguardando o interior dos ventos sibilantes do Inverno. Como o essencial da actividade dos serranos tinha como palco privilegiado o exterior e o período diurno, a casa também não carecia de muita luz (apesar da tonalidade escura do xisto, acentuada pela acumulação de resíduos derivados da combustão da madeira utilizada na alimentação das lareiras e fornalhas).

A iluminação era feita com lamparinas de azeite e candeeiros a petróleo. Inicialmente a luz eléctrica chegou apenas ao Candal (1974). Em outros lugares chegou quando estes estavam praticamente abandonados (no início da década de oitenta). Das aldeias com população residente, apenas a Cerdeira não tem energia eléctrica da rede pública, situação que será ultrapassada, pois estão em fase de conclusão as obras públicas de infraestruturação e requalificação, no âmbito de um plano de intervenção mais alargado que oportunamente será explicado.

Contudo, é preciso dizer que as inovações não tocaram as aldeias da mesma forma, e, mesmo assim, na maior parte das aldeias as estruturas edificadas só muito tardiamente conheceram transformações significativas em relação ao modelo tradicional. A aldeia de Candal, junto da estrada da Serra, foi a que mais alterações sofreu: “Agora que o transporte da areia, do cimento, da cal, etc., é relativamente fácil, vão aparecendo habitações à beira da estrada, que são, ali [Candal], verdadeiros «chalets» (...) e fogem ao mimetismo, que tão peculiar é às habitações «empoleiradas» no dorso das lombas serranas voltadas ao sol” (Espírito SANTO, op. cit., 37-38).

Como escreveu João LUSO (op. cit., 45), “Os serranos, em boa parte, mudaram, como aqueles remotos lugarejos, onde hoje se erguem lindas casas e começa positivamente a entrar a civilização. Os homens que voltam da América do Norte trazem não só as algibeiras abarrotadas de ouro mas também a cabeça cheia de ideias de progresso, de vida fácil, de conforto”. De facto essa conjuntura explica as alterações introduzidas: casas de maiores dimensões, rebocadas (no interior e no exterior); mais e maiores janelas e portas; nítida divisão de compartimentos (quartos, cozinha, sala de estar/jantar); andar suplementar (3º piso); mirante nas águas furtadas; portas sacadas; granito dos Coentrais para adornar janelas, portas e sacadas. E

também certas comodidades como “(...) as cadeiras de palhinha, as poltronas estofadas, os mapples e os gramofones” (idem).

A procura de conforto e de embelezamento das casas por parte de alguns serranos não deixa de espantar o próprio escritor: “afirmaram-me até, que no Casal Novo, um “americano” – encarnação recente de “brasileiro” – mandou instalar dentro de casa um fogão e plantar à porta duas roseiras». Outros episódios provocaram sensação entre a população local: «o primeiro colchão de arame que chegou à Silveira de Cima causou naturalmente uma perturbação quasi tragica . . .” (idem, ibidem).

Se as componentes geoeconómicas, vinculadas ao modelo agro-silvo-pastoril, são janelas de análise da dinâmica territorial das aldeias serranas e da construção da paisagem cultural serrana, as edificações, que estabelecem o diálogo com os antigos campos de cultivo, são peças estruturantes dessa paisagem e também aquelas que mais facilmente foram resgatadas e patrimonializadas. Não deixa de ser irónico que uma das expressões materiais da pobreza ligada a um modo de vida extinto, se tenha transformado, por via da reabilitação, num símbolo que projecta (a nível nacional) as aldeias e a Serra da Lousã desde meados dos anos 70.

Os “novos contos da montanha” começam a ser escritos desde essa época, motivo válido para se discutir o processo de patrimonialização da paisagem e a importância dos novos actores, designadamente a população urbana no âmbito da residência secundária, bem como os projectos públicos traçados para a requalificação das aldeias/paisagens serranas.

#### **2.4 Os novos construtores da paisagem cultural serrana**

Para explicar melhor este fenómeno, apresentamos, de forma muito sucinta, alguns dos mais significativos resultados da investigação realizada no segundo semestre de 2003.

A metodologia da investigação baseia-se em inquéritos por questionário aos proprietários de imóveis de ou para residência secundária. A amostra, com 118 inquéritos realizados, representa cerca de 90% do universo em análise (CARVALHO, 2005).

A leitura dos resultados decorre em função de grandes categorias analíticas.

Assim, no que diz respeito à caracterização dos proprietários e utilizadores, podemos referir que 97% dos inquiridos são de nacionalidade portuguesa.

Mais de três dezenas de municípios foram assinalados como local de residência principal dos inquiridos (figura 3), destacando-se Coimbra (35%),

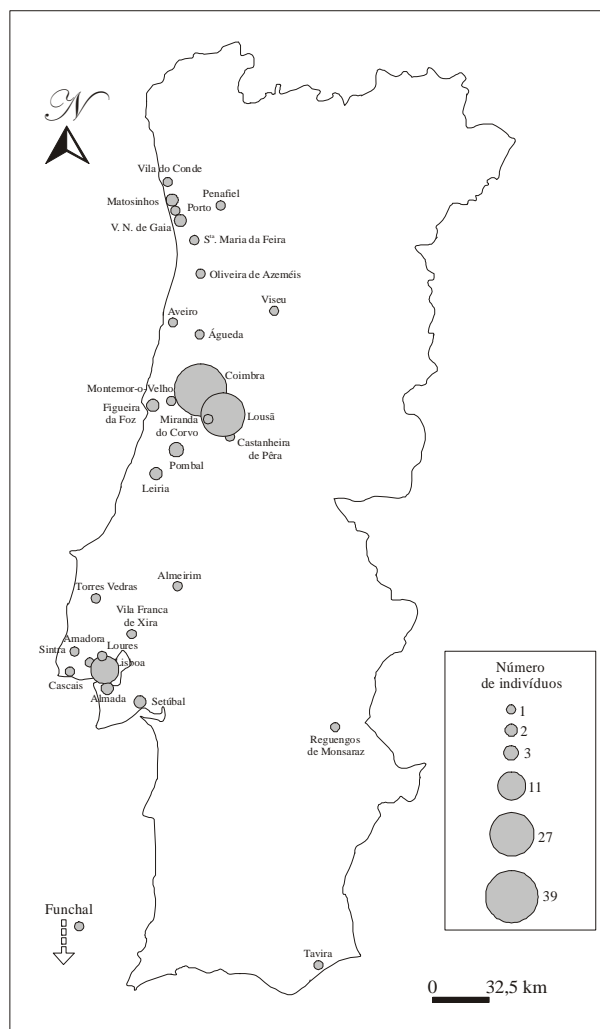
Lousã (25%) e Lisboa (quase 10%). Estes três municípios perfazem quase 70% do total apurado.

Comparando com os resultados apurados por CRAVIDÃO, em 1989, para os lugares de Casal Novo e Talasnal, registam-se importantes alterações no domicílio dos inquiridos, nomeadamente a redução de mais de 40 pontos percentuais no caso de Coimbra relativamente ao final dos anos 80, a maior expressão da Lousã (de 5 para 15%) e o alargamento geográfico da área de residência dos inquiridos.

Em relação à estrutura etária, os resultados, organizados em classes, permitem sublinhar a preponderância dos indivíduos com idade compreendida entre os 40 e os 49 anos (35%), e o peso elevado das classes etárias superiores (em especial no Candal).

No que diz respeito à composição social dos inquiridos, podemos referir que as habilitações académicas reflectem uma população muito diferente daquela que habitou os lugares serranos da Lousã: 60% das respostas envolvem indivíduos habilitados com curso superior. A estrutura sócio-profissional é mais um argumento que corrobora a tese de que se trata de um conjunto de indivíduos, na sua grande maioria, com um nível de rendimento económico elevado: quadros superiores e profissionais liberais (27%), docentes (19%) e empresários e trabalhadores por conta própria (14%).

A segunda categoria de análise – características e utilização dos imóveis serranos – permite concluir que a esmagadora maioria dos inquiridos (quase 90%) adquiriu a título oneroso os imóveis. A modalidade de herança tem algum significado no Candal – 23% das respostas. Os amigos (36%), a procura no local (24%) e os antigos proprietários/moradores, são os principais factores que mediarão a aquisição.



Fonte: Inquéritos (2003). Publicado em CARVALHO (2005)

Figura 3. Local de residência dos Inquiridos

Por outro lado, podemos dizer que o processo de aquisição de imóveis para residência secundária é praticamente contínuo, entre 1977 e 2003. A análise segundo períodos, permite destacar o reduzido número de aquisições no período anterior a 1980, apenas 7%, e que os períodos de aquisição mais importantes são 1980-1984 (26%), 1995-1999 (23%) e 1990-1994 (20%). No âmbito dos lugares serranos, o processo de aquisição tem origem no

Casal Novo e Talasnal, onde a década de 80 tem ainda grande expressão, e só mais tarde, nos anos 90, assume relevo no Candal.

O processo de recuperação dos imóveis revela que apenas 24% dos inquiridos recuperaram a sua casa no ano de aquisição; para a grande maioria (76%) foi necessário mais de quatro anos para realizar as obras. Este processo decorreu através de administração directa (40%), empreitada (25%) e com a participação dos proprietários (12%).

A recuperação, respondendo a novas funções, origina alterações significativas, sobretudo no interior dos imóveis: número e tipo de divisões, materiais de estrutura e acabamento, entre os mais importantes. No exterior, salientamos a introdução de portadas de madeira para resguardar janelas, massas de cimento a ligar o aparelho de xisto e varandas e telheiros (para criar espaços de convívio/lazer).

Por sua vez, a frequência de utilização da residência secundária, sendo um importante indicador do envolvimento do proprietário e da sua família com o lugar e os territórios serranos, revela que cerca de 60% dos inquiridos afirmam utilizar a habitação na Serra, ao longo de todo o ano, embora em especial aos fins-de-semana. A utilização apenas durante o Verão é assinalada por 26.5% dos inquiridos.

O número de dias por ano, em média, situa-se em 41.3 dias/ano, retratando o comportamento da variável em cada aldeia: 33.2 (Casal Novo), 34.3 (Talasnal) e 50.8 dias/ano (Candal). A explicação para o facto de no Candal se utilizarem as residências secundárias durante mais tempo decorre sobretudo do contributo de antigos moradores na aldeia. No Casal Novo e no Talasnal, verificamos uma menor utilização das residências secundárias, em relação a 1989: de 42 para 34 dias/ano.

De igual modo, foi nosso objectivo investigar a existência de outra residência secundária e relacionar a localização, o ano de aquisição e alguma indicação sobre a frequência de utilização, com a situação e a utilização das casas nas aldeias serranas. Os resultados do inquérito mostram que mais de 40% de proprietários de imóveis na Serra são igualmente titulares de outras residências secundárias, repartidas por três dezenas de municípios em Portugal, valores que cresceram face a 1989 (de 26 para 40%, em 2003).

O cruzamento das variáveis relativas ao ano de aquisição dos imóveis, permite afirmar que a aquisição de imóveis nas aldeias serranas é, em 75% dos casos, anterior ao processo de aquisição da “segunda” residência secundária



Fonte: Autor

Fotografia 3. Casa recuperada no Talasnal, com o apoio do “Programa das Aldeias do Xisto” (2006)



Fonte: Autor

Fotografia 4. Intervenção nos espaços públicos do Candal, no âmbito do “Programa das Aldeias do Xisto” (2005)

No que diz concerne ao(s) motivo(s) para a aquisição de casa na Serra, considerando todos os proprietários de imóveis, destacam-se as opções “descanso” (33%) e “ocupação dos tempos livres” (15%) – em conjunto



representam mais 16.7% do total. Daí as respostas sobre o modo como ocupam o tempo livre na Serra: “Convívio, passeios pedestres e leitura” (quase 30%); passeios a pé (20%); actividades de arranjo/manutenção da casa e do quintal (12%); participação dos proprietários nos trabalhos de recuperação da casa (13%).

O último campo de análise tem como objectivo recolher a opinião sobre os problemas, as potencialidades e as imagens mais marcantes dos lugares serranos.

Os principais problemas que afectam as aldeias serranas, com 36.1% do total apurado, envolvem “acessos; insegurança; incêndios; infra-estruturas”. Trata-se, pois, de um conjunto de problemas estruturais, que são assinalados também de forma individual: acessos (13%); insegurança (8.3%); infra-estruturas básicas (3.7%). O abandono e a degradação das aldeias são referidos igualmente por quase 15% dos inquiridos, como problemas relevantes das aldeias serranas da Lousã.

Relativamente às principais potencialidades das aldeias serranas, as respostas, remetem para os seguintes domínios: ecoturismo (28.9%); “ambiente saudável” (21.6%); turismo (15.5%); tempos livres (11.3%); paisagem e/ou património (8.2%). Assim, a componente turística recolhe quase metade das opiniões expressas.

Em resumo, as respostas dos inquiridos confirmam as novas funções da montanha, centradas no aproveitamento das suas características mais originais e valorizadas pela actual sociedade de consumo e de lazer. O património e a paisagem, o “ambiente saudável” (água, silêncio, verde...) são atributos de referência para os tempos livres e a residência secundária, como podem ser âncoras para pequenos projectos de alojamento e animação turística, desde que enquadrados e sem ultrapassar a “capacidade de carga” da paisagem. Trata-se, igualmente, de recursos vitais para as novas estratégias de educação e interpretação patrimonial, como aquelas que interessa estruturar, servindo os objectivos de identificar, investigar, dar a conhecer, aproximar (e envolver) esse património da (e com a) população.

As imagens relevantes (ou os símbolos marcantes das aldeias) apontam o casario de xisto (36%) e a paisagem cultural serrana (21%), afinal âncoras de uma memória reconstruída e de uma ruralidade recriada.

## **2.5 A requalificação dos lugares serranos segundo a AIBT do Pinhal Interior e o Programa das Aldeias do Xisto**

Quase a concluir esta reflexão é necessário referir o papel das novas políticas e instrumentos territorializados de desenvolvimento, desenhados na

vigência do actual Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), que reflectem o recente interesse público. Uma vez que não dispomos, ainda, de toda a informação sobre esta matéria, a nossa opção é enquadrar a intervenção e apresentar de forma preliminar alguns dos seus resultados mais significativos.

O Programa das Aldeias do Xisto (da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior), na sua configuração geográfica inicial, abrange 23 micro-territórios serranos do Centro de Portugal<sup>11</sup> e pretende, através de incentivos financeiros dirigidos à recuperação de fachadas e coberturas, requalificação de espaços públicos, instalação de mobiliário urbano e infra-estruturação com redes básicas, criar uma rede de sítios de interesse turístico.

A implementação deste Programa obedece a duas fases metodológicas diferenciadas:

– A primeira fase (ainda não concluída) foi orientada para a requalificação e infra-estruturação dos lugares (fotografias 3 e 4), com resultados muito diferenciados.

– A segunda fase vai ou está a ser orientada para as tarefas de divulgação, dinamização e animação turística. A criação de linhas de apoio às actividades económicas (como por exemplo, a restauração, o alojamento em unidades de turismo em espaço rural e a instalação de pequenas unidades de comercialização de produtos artesanais) é outro contributo importante.

Como escrevemos num artigo recente (em publicação), a informação disponível, reportada a Janeiro de 2006, permite referir que o Programa das Aldeias do Xisto envolve investimentos na ordem dos 10.63 milhões de euros, ou seja, quase 45% do investimento da referida Acção Integrada (CARVALHO, s/d).

Nos lugares serranos da Lousã, o montante de investimento aprovado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro reparte-se no intervalo de variação de 167.688 euros (Casal Novo) e 326.040 euros (Talasnal). Por sua vez, a distribuição do investimento, em função das categorias de intervenção e dos territórios, revela a preponderância do investimento em imóveis particulares: Candal (71.5%), Casal Novo (65.9%)

---

<sup>11</sup> Abrange os municípios de Arganil, Figueiró dos Vinhos, Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, e Pampilhosa da Serra, do Pinhal Interior Norte; Sertã, Oleiros e Vila de Rei, do Pinhal Interior Sul; Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, da Beira Interior Sul; Fundão, da Cova da Beira. No conjunto dos lugares envolvidos no programa, destacam-se a Serra da Lousã (e a sua bordadura) e o eixo médio do Rio Zézere.

e Talasnal (55.8%). As infra-estruturas básicas correspondem ao segundo (e último) campo de investimento no Candal (28.5%) e no Casal Novo (34.1%). No Talasnal são as intervenções nos espaços públicos e as infra-estruturas (44.2%) que correspondem ao segundo patamar do investimento. Importa referir que o montante de investimento público é ainda superior, pois existe investimento considerado não elegível, nomeadamente as infra-estruturas básicas, que são asseguradas pela autarquia local.

Em relação ao número de intervenções previstas em imóveis particulares, destacamos os seguintes valores: Candal (17), Casal Novo (14) e Talasnal (24). O relatório de acompanhamento da intervenção nas aldeias serranas, datado de Maio de 2005, da Câmara Municipal da Lousã, revela a intervenção em imóveis públicos no Candal (obras ainda não iniciadas) e no Talasnal (recuperação da antiga escola primária da aldeia, para servir de posto de apoio à rede de percursos das Aldeias do Xisto).

Reconhecemos a extrema importância do Programa, o empenho da grande maioria das instituições envolvidas nas suas diferentes tarefas e fases, e a oportunidade de realizar uma avaliação independente, abrangendo a totalidade dos lugares objecto de intervenção, que não pode deixar de inquirir os diversos actores que nos lugares ou com os lugares se cruzam. A prossecução deste objectivo é fundamental para compreender os efeitos do Programa, avaliar a articulação (ou a desarticulação) entre diversas políticas e programas que se cruzam nestes territórios, e definir linhas de uma política que se pretende continuada (desde logo, para o horizonte 2007-2013), evitando o problema que decorre da ausência de horizontes de sustentabilidade em certas iniciativas desta natureza.

Que esta luz de esperança se transforme em sinais de vida!

### **3. Conclusão**

Ao longo deste trabalho procurámos evidenciar a importância do património no contexto da revitalização de lugares rurais de baixa densidade. Tendo como cenário de fundo, no campo conceptual, Portugal e a União Europeia, a reflexão foi orientada no sentido de explicar as novas funcionalidades do mundo rural e a sua crescente vinculação à população urbana, aos tempos livres e aos valores ambientais e patrimoniais, assim como evidenciar o papel das novas políticas públicas de apoio ao desenvolvimento.

O estudo de caso, na Cordilheira Central Portuguesa, tem a particularidade de reflectir trajectórias de desenvolvimento originais e uma transição radical nos usos do território, revelando a população urbana e o património construído como os principais motores e recursos de transformação da montanha. A maior abrangência textual atribuída às componentes geohistóricas do território e da sociedade em análise, responde ao objectivo de enquadrar e ampliar o eventual interesse desta reflexão no âmbito da problemática etnográfica.

Com efeito, os lugares serranos da Lousã exemplificam a patrimonialização de estruturas edificadas abandonadas, processo espontâneo, lançado em meados dos anos 70, sem apoio público. Nos últimos anos, o Quadro Comunitário de Apoio III permitiu incluir, pela primeira vez, estes microterritórios em políticas e propostas concretas de intervenção. Assim, abriu caminho ao aprofundamento do processo de patrimonialização e ao mesmo tempo permitiu requalificar alguns lugares, dotando-os de melhores condições de habitabilidade e de conforto urbano, e apoiar iniciativas de revitalização económica e social.

A terminar, importa referir a necessidade de repensar algumas linhas orientadoras de intervenção no sentido de incluir nos processos de patrimonialização as vertentes imateriais do património. Os objectivos são recolher, partilhar, preservar e valorizar as dimensões qualitativas do património cultural. A prossecução destas metas envolverá diversas tarefas e instrumentos de educação patrimonial (informal) como por exemplo museus e centros de interpretação do território; recolha de memórias vivas, designadamente referências toponímicas dos lugares e da montanha, histórias, crenças e lendas contadas na pessoa dos últimos habitantes originais; edição de guias temáticos, roteiros de percursos (dos lugares à rede das aldeias do xisto), folhetos de divulgação e trabalhos de investigação destinados a públicos mais exigentes. Estas propostas de acção revestem-se de grande significado se reconhecermos a oportunidade e a urgência de mediar a aproximação cidadãos-património e valorizar o território (nas suas diversas dimensões) como experiência cultural. Deste modo, acrescentaremos algo de qualidade destinado a dignificar e a enriquecer o património e a memória dos lugares.

## **Referências Bibliográficas**

BABO, J. e VILANOVA, A. (1954) – “A paisagem humanizada da Lousã”. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, nºs 8 e 9, pp. 47-57.

BRAGA, M. (1979) – *Serranos*. Lisboa, Portugália Editora.

CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ (2005) – *Relatório de Acompanhamento: Intervenção nas Aldeias Serranas da Lousã*. Lousã.

CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ (1986) – *Recuperação das Aldeias Serranas – Sugestões*. Lousã, Gabinete do Plano Director.

CARVALHO, P. (1999) – *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*. Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã.

CARVALHO, P. (2005) – *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra.

CARVALHO, P. (2006) – “Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades”. *Comunicações do VI Coloquio Ibérico de Estudos Rurales*. Huelva, Universidade Internacional da Andaluzia/Associação Espanhola de Economia Agrária e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 467-499 (edição em cd-rom).

CARVALHO, P. (em publicação) – “O património construído e o turismo cultural nas novas políticas territorializadas de desenvolvimento rural”. In CRUZ, Fernando (org.): *Actas das Comunicações das II Jornadas Internacionais sobre Vestígios do Passado* (Miranda do Douro, 21 e 22 de Abril de 2006). Póvoa de Varzim.

CARVALHO, P. e FERNANDES, J. L. (2001) – “Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Inovação e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 241-271.

COELHO, M. E. (1954) – “Montesinho”. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra, nºs 8 e 9, pp. 17-30.

CRAVIDÃO, F. (1989) – *Residência secundária e espaço rural duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra, Faculdade de Letras, (Estudos, nº 10).

LUSO, J. (1932) – *Viajar*. Rio de Janeiro, Ed. Braz Lauria, pp. 87-91.

MEDEIROS, C. A. (1987) – *Introdução à Geografia de Portugal*. Col. Imprensa Universitária. Lisboa, Editorial Estampa, pp. 125-152.

MEXIA, F. C. M. (1936) – *A vila da Lousã e o seu termo. Colecção de documentos antigos*. Lousã, Tipografia Lousanense.

MONTEIRO, P. (1985) – *Terra que já foi terra. Análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*. Col. Tempos Modernos nº 2. Lisboa, Edições Salamandra.

NUNES, M. (1988) – *Nos Caminhos do Património*. Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.

OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. e PEREIRA, B. (1983) – *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa.

PAIVA, J. (1990) – *O Castanheiro em Portugal*. Cadernos Quercus, série A, nº 4. Coimbra, Quercus.

RIBEIRO, O. (1982) – *Le Portugal Central (Livret-guide de l'excursion C du XVI Congrès International de Géographie)*. Lisboa, pp. 121-146 (reimpressão da 1.ª edição de 1949).

SAMPAIO, A. P. F. (1938) – *Uma viagem à Serra da Lousã no mês de Julho de 1938*. Lousã, Biblioteca Pública da Câmara Municipal. (4ª edição).

SANTO, M. do E. (1954) – “A Lousã dos antigos”. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra, nºs 8 e 9, pp. 31-34.

## **Património(s), políticas públicas e promoção do desenvolvimento local em Portugal: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos**

### **1. Políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial: tendências e perspectivas**

A reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, é um marco referencial da importância crescente do ordenamento do território na esfera das (novas) preocupações do Estado. A necessidade de planejar uma nova ocupação e organização espacial foi sentida, com grande intensidade, sobretudo pelos países mais afectados por esse trágico conflito armado. O apoio norte-americano, formalizado através do Plano Marshall, configurou também um contributo significativo uma vez que envolveu, nas fases de estruturação e operacionalização, princípios nucleares de intervenção social e territorial planeada.

A promoção do desenvolvimento, a partir de políticas e instrumentos que visam atenuar as assimetrias espaciais e as desigualdades de acesso aos equipamentos, infra-estruturas e serviços públicos, assim com a regulação do uso do solo, duas acepções estruturantes do ordenamento territorial, foram definitivamente assumidas como função nuclear do Estado. No primeiro caso, os modelos adoptados, em geral apoiados em pressupostos urbano-industriais, centralizados, uniformizadores e tendo como escala de intervenção privilegiada as regiões, conduziram a resultados positivos na perspectiva do crescimento económico e da melhoria do nível de vida dos cidadãos. O epíteto “Trinta Gloriosos” é elucidativo da trajectória de crescimento de alguns países europeus no período que medeia o final da Segunda Grande Guerra e o início dos anos 70.

A dependência da Europa Ocidental de recursos e fontes energéticas exteriores (agudizada com as crises do petróleo da década de 70), a crescente concorrência internacional em diversos sectores produtivos, o incremento do movimento interno de contestação social, entre outros acontecimentos, questionaram os efeitos dos modelos difusionistas e conduziram ao desenho e aplicação de novas políticas de desenvolvimento. Estas, alicerçadas em orientações territorialistas, começam a valorizar a especificidade dos

territórios e das populações, a participação efectiva dos cidadãos nas diversas fases do processo de planeamento, a cooperação, as parcerias e a organização em rede.

No início dos anos 80 as preocupações em matéria de ordenamento do território começam a ganhar nova visibilidade e dimensão internacional. O primeiro sinal decorre da aprovação da “Carta Europeia do Ordenamento do Território” (1983), no âmbito do Conselho da Europa. Este importante documento orientador reconheceu as características fundamentais do ordenamento territorial, a saber: o carácter democrático (de forma a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos), integrado (deve assegurar a coordenação das diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global), funcional (deve ter em conta a existência de especificidades regionais, assim como a organização administrativa dos diferentes países) e prospectivo (deve analisar e considerar as tendências de desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais).

Nesta perspectiva, o ordenamento do território visa, simultaneamente, o desenvolvimento sócio-económico equilibrado das regiões, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais, a protecção do ambiente e a utilização racional do território. A prossecução destas finalidades é essencialmente uma questão política, que deve passar pela integração e coordenação entre as autoridades públicas envolvidas, e ainda com os numerosos organismos privados que contribuem, pelas suas acções, para (re)desenhar a organização do espaço.

Pouco tempo depois, o “Relatório Brundtland” (1987) retoma algumas das principais orientações do referido documento e introduz novas preocupações em matéria de desenvolvimento, designadamente, a solidariedade inter-geracional. Em alinhamento realizaram-se as Cimeiras do Rio de Janeiro (1992) e Joanesburgo (2002) que estão ligadas a importantes compromissos globais.

Nos anos 90, a temática do desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável do espaço europeu preocupou a União Europeia e esteve na origem da adopção da Estratégia Territorial Europeia (1999). O território aparece como centro de um projecto ou modelo de orientação estratégica do desenvolvimento territorial europeu para os próximos anos, segundo uma perspectiva de ordenamento e um esquema de desenvolvimento, embora sem carácter vinculativo. Esta nova orientação territorial da política da União Europeia, relacionada com o objectivo da coordenação intersectorial dos



efeitos territoriais das políticas sectoriais e a vinculação da política regional com o ordenamento e o desenvolvimento, será influenciada pelo avanço da integração económica e o correspondente aumento da cooperação entre os Estados-membros, pelo papel cada vez relevante das autoridades regionais e locais, e pelo alargamento da União Europeia e a evolução das relações com as novas fronteiras que se desenham (FALUDI, 2005). Os pilares deste projecto e esquema de desenvolvimento territorial europeu, que correspondem também a objectivos fundamentais da política comunitária, são a coesão económica e social, a competitividade mais equilibrada do território europeu e a salvaguarda dos recursos naturais e do património cultural. O desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e mais equilibrado, e o reforço da relação/colaboração entre os territórios rurais e urbanos; o incremento de estratégias integradas de transporte e comunicação; a gestão e o desenvolvimento sustentável do património natural e cultural representam os três eixos estruturantes (grandes directrizes orientadoras) da ETE.

Assim, na União Europeia, os últimos anos são marcados por novos contextos e prioridades das políticas de desenvolvimento. O território destaca-se como agente activo e dinâmico dos processos de desenvolvimento e como conceito vertebrador das políticas de desenvolvimento, da coesão dos territórios e dos processos de construção social, económica e política (PLAZA GUTIÉRREZ, 2003; CARVALHO, 2005).

## **2. O lugar do património nas estratégias de desenvolvimento local: leitura geográfica de um espectro de intervenção de banda larga**

No actual contexto de (re)descoberta dos territórios, o património, nas suas diferentes acepções, constituindo o fulcro de preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, destaca-se como recurso de elevado significado, capaz de configurar vias complementares ou alternativas de desenvolvimento.

A nível nacional e internacional, diversos documentos orientadores e normativos, demonstram a importância do património como recurso para o desenvolvimento dos territórios e das populações, designadamente, como motor de reconstrução de memórias e identidades, como âncora de requalificação e de renovação da imagem dos territórios, como suporte de iniciativas (formais e informais) de educação patrimonial e como agente

mobilizador da participação da sociedade civil em numerosos projectos e realizações (CARVALHO, 2007).

Esta vertente de utilidade social do património não pode ser dissociada da evolução conceptual e operativa deste conceito (marcado por um certo nomadismo científico), de tal maneira que as últimas três décadas definem três grandes tendências neste domínio: o crescimento e a diversidade do universo dos bens susceptíveis de patrimonializar, destacando-se as dimensões imateriais e os ambientes rurais e vernaculares; a maior ambição no que concerne à escala de intervenção, valorizando-se o contexto relacional e dialéctico dos bens a proteger e a valorizar; a preocupação de aproximar o património aos cidadãos e envolvê-los nas tarefas de salvaguarda, valorização e fruição dos bens colectivos (CARVALHO, 2005).

A literatura especializada tem sublinhado a crescente ligação do património aos novos usos do território, e relacionado a redescoberta dos territórios (e a recentralização da importância dos lugares) com a valorização social do património. Este recurso, emergindo também no contexto das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, prefigura novos caminhos de desenvolvimento e a construção de novas territorialidades.

A diversidade de situações e intervenções descritas na bibliografia nacional e internacional permite identificar tendências de investigação contemporânea nesta matéria, designadamente: a requalificação urbana e ambiental; o turismo cultural e ecológico (os lugares, as redes e os itinerários); os (velhos e novos) museus e os parques temáticos; os eventos culturais e o geomarketing dos territórios; os estatutos de protecção e a classificação dos lugares. Neste espectro de temáticas patrimoniais relevantes, propomos analisar uma trilogia de casos de estudo que percorre a amplitude definida no sub-título da nossa comunicação: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos.

## **2.1 Requalificação urbana e frentes ribeirinhas: o Programa Polis na cidade de Coimbra e o Parque Verde do Mondego**

Em Portugal tem sido implementado, nos últimos anos, um conjunto de políticas, apoiadas pela União Europeia, que visa requalificar as margens das linhas de água, em contexto urbano e rural, e aproximar a população, por via da utilização lúdica, destes elementos vertebradores da paisagem.

Os resultados animadores de intervenções pioneiras de requalificação urbana e ambiental em diversas cidades europeias (como, por exemplo, Londres, Amesterdão e Barcelona) e a necessidade de responder os desafios

da União Europeia lançados no âmbito da publicação do “Livro Verde sobre o Ambiente Urbano” (Comissão Europeia, 1990) e do “Relatório Cidades Europeias Sustentáveis” (Comissão Europeia, 1998), a par da importância crescente do planeamento estratégico, contribuíram, de forma decisiva, para estruturar e lançar em Portugal um programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades (Programa Polis).

O Programa Polis apresenta também antecedentes a nível nacional. Com efeito, foi no contexto do Plano de Desenvolvimento Regional de 1994-1999, que Portugal assumiu o objectivo de requalificar áreas urbanas degradadas e promover uma melhoria das condições ambientais dos aglomerados urbanos, no alinhamento da iniciativa URBAN, lançada pela União Europeia (em 1994). Por outro lado, importa recordar que o Estado Português, em 1994, lançou o PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM), com o intuito de valorizar os centros urbanos da rede complementar e as cidades médias.

Como já se referiu, a preocupação em melhorar as condições de vida e fruição da paisagem urbana, no contexto de uma evolução recente de ocupação do território, marcada na maioria dos casos por processos de crescimento urbano desordenado e insustentáveis (que se reflectiram em fenómenos de urbanização vertical e desqualificada, sobretudo nos subúrbios das grandes cidades), a par do abandono e da desqualificação das áreas históricas e dos elementos naturais inseridos nos tecidos urbanos, entre outros, demonstra a importância crescente da gestão sustentável das cidades.

O Programa Polis, com o suporte financeiro do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006) e com base em parcerias, especialmente entre as Câmaras Municipais e o Governo (Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente), visa a prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização das cidades e que promovam a sua multifuncionalidade;
- Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as áreas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel nas cidades.

A estrutura nacional do Polis foi arquitectada em função de componentes e linhas de intervenção. A componente 1 consiste em

operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental. Esta componente, estruturada em duas linhas de intervenção, apoiou diversas iniciativas a desenvolver em mais de duas dezenas e meia de cidades portuguesas. A componente 2 visa realizar intervenções em cidades com áreas classificadas como património mundial. A componente 3 pretende a valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento. A componente 4 caracteriza-se pela aplicação de medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades, por sua vez organizadas em cinco linhas de intervenção (a título de exemplo, podemos referir o apoio a acções de educação ambiental no espaço urbano). Os níveis de participação revelam um maior apoio dos fundos comunitários às componentes 1, 2 e 3 (de 50 a 75%) e o maior impulso das autarquias e do governo (de 25 a 50, e de 0 a 50%, respectivamente) na componente 4.

O financiamento global do Polis, segundo estimativas de 2000, é de 800 milhões de euros, sendo a principal fonte os fundos comunitários (cerca de 58%). Outras fontes provêm das autarquias (16%), da administração central (16%) e de empresas públicas e privadas (10%).

No caso da cidade de Coimbra (Centro Litoral de Portugal), o Programa Polis - Viver Coimbra visa melhorar a qualidade de vida na cidade através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental e, deste modo, pretende aumentar a atractividade e a competitividade da cidade, reforçando o seu papel no sistema urbano regional e nacional. A execução do Programa decorre sob coordenação de uma sociedade denominada CoimbraPolis, S.A., constituída para este efeito, com a participação do Município e do Estado.

A revitalização do centro urbano, centrando a cidade no rio, a promoção da aproximação das duas margens, a par do aproveitamento das condições naturais e paisagísticas oferecidas pelo Mondego, configuram, no essencial, as grandes metas do Programa Polis em Coimbra. A prossecução destes objectivos pretende reflectir-se “num modelo de parque verde urbano multifuncional, vocacionado para a animação, recreio e desporto com um enquadramento paisagístico de excepcional qualidade». Paralelamente pretende-se «a melhoria das acessibilidades ao centro, o reforço da ligação pedonal do património edificado, valorizando-o num conceito de modernidade e que garanta a sua atractividade” (CoimbraPolis, 2007).

A intervenção do Programa Polis na cidade de Coimbra abrange uma área de aproximadamente 80 hectares, compreendendo as margens do Mondego entre a Ponte de Santa Clara e a Ponte Rainha Santa. Dois Planos de Pormenor, um relativo ao eixo Portagem/Avenida João das Regras (Convento de São Francisco) e outro relativo ao Parque Verde do Mondego,

definem a concepção da forma de ocupação da área de intervenção. O primeiro, mais ambicioso, apresenta soluções para a (difícil) relação peão/automóvel, através do desnivelamento da Avenida Inês de Castro e a construção de uma variante à Avenida João das Regras, visando o prolongamento do eixo que se estende da Praça 8 de Maio até à Igreja de São Francisco, assim como pretende requalificar algumas artérias (nomeadamente dotando-as de passeios, travessias pedonais e arborização, entre outras características urbanas). O segundo, com um parque urbano, visa privilegiar as vertentes de animação e vivência, propondo equipamentos ligados às actividades ao livre, de lazer e desportivas, de restauração, cafetaria e animação nocturna. De igual modo, prevê a criação de condições de acessibilidade ao referido parque e espaços de estacionamento.

Numa perspectiva geográfica é possível identificar grandes linhas (ou eixos) da intervenção do Programa Polis em Coimbra, designadamente:

– A valorização do património histórico e arquitectónico, com a adaptação do edifício do Convento de São Francisco para Centro de Congressos e a intervenção no Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha (a cargo do IPPAR). Este monumento religioso fundado no início do século XIV por Isabel de Aragão (rainha Santa Isabel, padroeira de Coimbra), foi abandonado definitivamente em 1677, quando ficou parcialmente imerso pelas águas do Mondego. As inundações, em consequência do assoreamento do Mondego, são uma constante desde o fim da sua construção e conduziram ao soterramento do interior do Mosteiro. Em 1995 o IPPAR iniciou uma campanha arqueológica, que tem permitido obter importantes informações sobre as características arquitectónicas do edifício, as práticas e as vivências da comunidade religiosa que aí residiu. A remoção das diferentes camadas de areias e lodos no interior da igreja, e a manutenção a seco da área envolvente do Mosteiro através de uma solução definitiva constituída por uma cortina periférica de impermeabilização e contenção hidráulica, permitiu ainda a elaboração de um projecto de valorização, que inclui a construção de uma unidade museológica e a implementação de um circuito de visita ao sítio arqueológico. A devolução deste sítio arqueológico à cidade de Coimbra, dotando-o de condições de acesso ao público, é aprofundada ou complementada através de uma intervenção de valorização da sua envolvente. Por outro lado, a proximidade do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, o Portugal dos Pequenitos (o primeiro parque temático criado em Portugal) e a Quinta das Lágrimas são outros elementos patrimoniais valiosos a considerar.

– A requalificação urbana e ambiental das margens do Mondego. Esta linha de acção é acompanhada de medidas de incentivo ao atravessamento pedonal, nomeadamente a construção de uma ponte pedonal (e ciclável) sensivelmente a meia distância entre as referidas pontes rodoviárias (onde serão também criadas ou melhoradas as condições de utilização pedonal). Pretende-se, deste modo, criar uma nova centralidade e integrar o rio na cidade, assim como aproximar as duas margens.

– A construção do Parque Verde do Mondego. Esta estrutura verde multifuncional nas margens do Mondego, com cerca de 40 Ha, decorre de uma intervenção faseada. As duas primeiras fases incidiram na margem esquerda do Mondego e conduziram às intervenções na Praça da Canção e área adjacente onde foram instalados equipamentos e infra-estruturas de lazer. A terceira fase, incidiu na margem direita do Mondego, concretamente na Quinta do Junqueiro e Ínsua dos Bentos. A intervenção permitiu a criação de uma área de 5.3 Ha de espaços verdes (incluindo a plantação de quase cinco centenas de árvores), 2.500 metros de percursos pedonais, assim como 1.500 metros de ciclovia (CoimbraPolis, 2007). A ocupação da nova frente ribeirinha por equipamentos de restauração e bares, a construção de dois parques de estacionamento, a criação de uma fonte de pedra e a escadaria que faz a ligação ao Parque Dr. Manuel Braga são outras facetas marcantes desta intervenção. Assim nasceu a “área das docas”, substituindo um antigo parque de estacionamento e um espaço verde desordenado e degradado. Outra componente já visível deste novo Parque é a instalação do Pavilhão Centro de Portugal (antigo pavilhão de Portugal na Expo 2000, em Hannover, projectado pelos arquitectos Souto Moura e Siza Vieira). A quarta fase, na margem esquerda, centra-se nas Quintas da Várzea e das Lajes, entre a área a afectar a um Parque Temático (de Ciência, Cultura e Lazer), o Mondego e a Ponte Rainha Santa. Neste contexto importa referir a construção das piscinas municipais descobertas e equipamentos de apoio. A quinta fase, também na margem esquerda, tem como preocupação central a área entre a Quinta do Junqueiro e a Ponte Rainha Santa, onde se prevê a instalação de edifícios para equipamentos de animação do parque e estacionamento, junto à Avenida Cónego Urbano Duarte (CoimbraPolis, 2007).

– A intervenção no Jardim da Cidade (Parque Dr. Manuel Braga), espaço contíguo ao Parque Verde do Mondego, é outra linha de intervenção, amplamente justificada. No âmbito do projecto de requalificação deste espaço verde de Coimbra, destacamos a transição para a “área das docas”, a recuperação da Antiga Estação Elevatória de Água e a utilização desta

estrutura para a instalação de um museu dedicado à água e de um centro de interpretação ambiental.

– A melhoria das acessibilidades na área central com a construção (prevista mas ainda não concretizada) de um sistema de elevação mecânica entre a Alta e a Baixa da cidade (concretamente entre a Rua da Alegria e a Paceta Luís de Camões), ao contrário do que já acontece com o Elevador do Mercado, pretende ajudar a vencer as dificuldades altimétricas entre estas duas áreas históricas da cidade.

– O incentivo ao lazer e ao turismo, decorrente das intervenções assinaladas. De igual modo, está prevista a criação de um circuito turístico de ligação entre as margens através da utilização de antigos eléctricos, e a possibilidade do seu alargamento ao Pólo II da Universidade que constituirá também um caminho alternativo na ligação das duas margens.

Com o intuito de conhecer o perfil dos utilizadores da área de intervenção do Polis em Coimbra, nomeadamente a “área das docas” (do Parque Verde do Mondego), e de saber a sua relação com os equipamentos/infra-estruturas deste espaço verde, lançámos um inquérito por questionário, na Baixa de Coimbra, no final de 2006, que envolveu uma amostra de quatro dezenas de indivíduos maiores de 18 anos (seleccionados de forma aleatória).

Quanto aos resultados, podemos afirmar que 80% dos inquiridos têm menos de 40 anos, destacando-se o grupo etário até aos 25 anos (quase metade da amostra).

As características sócio-profissionais são uma das dimensões que revela maior heterogeneidade da parte dos inquiridos. Com efeito, 48% da população que respondeu ao inquérito exerce uma actividade remunerada, repartida em diversas áreas: comércio; serviços de apoio às actividades económicas; serviços de natureza social; indústria; construção civil; transportes e comunicações. Os estudantes (maioritariamente do ensino superior) representam 40% da amostra. Reformados, desempregados e uma doméstica, perfazendo 12%, completam o leque das respostas dos inquiridos.

Por outro lado, as respostas permitem afirmar que 73% dos inquiridos residem no município de Coimbra, em especial nas freguesias de Santo António dos Olivais (28%) e São Martinho do Bispo (21%). Os restantes inquiridos domiciliados em Coimbra repartem-se pelas freguesias de Taveiro, Ribeira de Frades, Almedina, Sé Nova, São Bartolomeu e Santa Clara. Braga, Ourém, Figueira da Foz, Leiria, Porto de Mós, Abrantes e Castelo Branco são outros municípios assinalados como área de residência dos inquiridos.

Relativamente ao segundo grupo de questões, mais de 90% dos inquiridos, exactamente 92.5%, afirmam conhecer e frequentar o Parque Verde do Mondego. Estes consideram positiva a localização e os acessos, enquanto que, de modo negativo, assinalam alguns problemas de segurança e os serviços prestados pelos estabelecimentos (restauração). Importa explicar que o sentimento de insegurança transmitido pelos inquiridos está relacionando com a falta de protecção do Parque no contacto com o rio e o risco de queda para as águas do Mondego, sobretudo para as crianças. As respostas permitiram evidenciar, ainda, outras lacunas, designadamente: falta de animação/dinamização; inexistência de parques infantis (apesar da existência de espaços relvados e ciclovias); falta de policiamento (em particular no período nocturno) e iluminação insuficiente; serviços de restauração e comércio muito caros; risco de inundação, uma vez que o Parque está situado no leito de cheia do Mondego (tendo, já, galgado as margens e provocado a destruição de algumas estruturas próximas); diversas estruturas pouco funcionais; vandalismo. Alguns inquiridos manifestaram também sinais de discordância face a a certas opções arquitectónicas e de construção (PINHEIRO e SANTOS, 2006).

Em síntese, as opiniões críticas dos inquiridos configuram sugestões relevantes para a melhoria das condições de utilização e fruição do Parque Verde do Mondego.

## **2.2 Água, inovação e lazer: a Praia Fluvial das Rocas (Castanheira de Pêra)**

Neste contexto de utilização das linhas de água como suporte de actividades de lazer/turísticas, assiste-se a uma procura cada vez maior de áreas rurais e de planos de água de qualidade superior. As praias fluviais, por sua vez, emergem como áreas privilegiadas de intervenção pública de um amplo espectro de instrumentos de promoção do desenvolvimento regional e local, como o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (direccionado para o desenvolvimento rural) e os programas operacionais regionais, entre outros. No mesmo sentido, o Instituto da Água lançou um Programa Nacional de Valorização de Praias Fluviais, com o objectivo de dotar áreas do interior do país (como Ponte da Barca, Cabeceiras de Basto, Vila Nova de Cerveira, Boticas, Monção, Ponte de Lima, Góis, Águeda, Sertã, Abrantes e Mértola) de novos espaços associados a actividades recreativas e lúdicas, de proporcionar às populações locais seguros para banhos e valorizar, ao mesmo tempo, as águas ribeirinhas em termos ambientais e paisagísticos.



Apesar de todos os cuidados e informação existente sobre as regras de segurança nas praias fluviais, foi revelado, em Julho de 2006, pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que o número de praias consideradas seguras consta de apenas 21 aprovações (CRUZ, 2006), ou seja, menos de um quarto das áreas balneares existentes em todo o país é que reunia todas as condições de segurança, vigilância e qualidade de água, conforme o estipulado na legislação sobre esta matéria.

Castanheira de Pêra, município serrano do distrito de Leiria (localizado no coração da Serra da Lousã) foi, até aos anos 70, um dos mais importantes centros nacionais de produção da indústria têxtil de lanifícios. O declínio industrial, em resultado dos baixos níveis de produtividade e da falta de investimento em inovação e tecnologia, agrava-se a partir da segunda metade dos anos 80, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e, nos anos seguintes, com a abertura crescente dos mercados e a concorrência de países (nomeadamente asiáticos) com custos de produção mais reduzidos. Apesar das tentativas de diversificação da actividade económica local e de atracção de novos investimentos, esta situação reflectiu-se de forma drástica no aumento do desemprego, no decréscimo significativo da população residente no município (CARVALHO, 2005) e conduziu a uma situação de crise estrutural profunda (PIRES, 1985; SYRETT, 1995) que, ainda hoje, é evidente.

No âmbito da descentralização e territorialização das políticas públicas de promoção do desenvolvimento para 2000-2006, surgiu a Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior (eixo II do Programa Operacional da Região Centro). A AIBT do Pinhal Interior (medida II.6, apoiada pelo FEDER) enquadra diversas linhas de acção, como o reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico; o apoio à animação turística; a promoção turística do território; as acessibilidades locais e transversais; as infra-estruturas e os equipamentos de promoção das potencialidades. É esta última linha que suporta o projecto de “requalificação de um conjunto de aldeias serranas que sustente uma rede de sítios de interesse turístico” (CCRC, 2001: 38), e outros projectos, de modo a constituir uma “rede de percursos activos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arquitectura tradicional, arqueologia), numa perspectiva integrada que promova a globalidade da região, a requalificação ou o estabelecimento de novas praias fluviais, e o estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados, dispersos pelo território e preservados in situ” (CCRC, op. cit.).

A atmosfera de novas políticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento configurou uma oportunidade estratégica para a criação, em Castanheira de Pêra, de um complexo de lazer/turístico centrado na utilização da ribeira de Pêra, linha de água (proveniente do Planalto da Neve) que atravessa a bordadura oriental da vila. O represamento da ribeira de Pêra permitiria a criação de um lençol permanente de água com a possibilidade de estruturar vários espaços lúdicos no interior da albufeira, nomeadamente a instalação de uma piscina de ondas. Criar uma praia fluvial com ondas a cerca de 80 km do litoral, numa área de montanha, era algo único no país.

Contudo, a transição da ideia para a concretização do projecto, associado ao turismo como criador de novas oportunidades a nível económico e social, exigiu soluções adequadas nomeadamente ao nível da gestão do empreendimento. A ausência de investidores particulares, que o espectro de crise e declínio do município pode explicar, levou a Autarquia a assumir a responsabilidade do empreendimento. Assim surgiu a Prazilândia (Turismo e Ambiente, E.M.) como entidade gestora da Praia das Rocas. Esta empresa municipal, com início de actividade a 17 de Junho de 2003, tem como objectivo principal a promoção turística do concelho de Castanheira de Pêra, a realização de um plano de animação a definir pela Câmara, o desenvolvimento de todas as acções conducentes à valorização do seu património histórico e natural, bem como acções de educação ambiental, gestão e exploração de espaços, equipamentos e património imobiliário de domínio público ou privado da autarquia, destinado a fins educativos, culturais, turísticos e de lazer (CRUZ, op. cit.).

O empreendimento turístico da Praia das Rocas ocupa uma área de aproximadamente 10 Ha e engloba diversas valências, como uma marina (onde estão atracados alguns barcos para alojamento), uma piscina circular (fotografia 1), um sector de bungalows, serviços de restauração/cafetaria, uma albufeira a montante das piscinas e, a maior atracção, uma piscina de ondas (artificiais). Os utilizadores são avisados (por meio de um sinal sonoro) do início do processo de formação das ondas, accionado de forma controlada durante todo o dia (de maneira a que cada sessão de ondas tenha cerca de 10 minutos).

Os dois primeiros anos de funcionamento deste parque permitem afirmar que a Praia das Rocas configura um caso de sucesso, com grande potencial de atracção turística. Em 2005 (ano de inauguração) atingiu um total de 108.000 visitantes e, apesar de ter visto este número reduzido, em 2006 recebeu cerca de 90.000 utilizadores. Este quantitativo denota,

contudo, possibilidade de expansão relacionada com a crescente preocupação em criar infra estruturas de alojamento que mantenham os visitantes por mais que 24 horas (tornando-se assim turistas, de acordo com a definição da Organização Mundial do Turismo), assim como é reconhecido que o incremento do número de visitantes e turistas tem impulsionado a criação de novas estruturas de animação diurna e nocturna com a finalidade de satisfazer as exigências dos visitantes, que se deslocam a Castanheira de Pêra essencialmente pela existência da Praia das Rocas.



Fonte: Autor

Fotografia 1. Vista parcial da Praia das Rocas (2006)

Como refere CRUZ (op. cit.), em apenas três anos a capacidade de alojamento de Castanheira de Pêra cresceu de forma muito significativa. Antes da abertura da Praia das Rocas (em Junho de 2005), existia apenas uma residencial com onze quartos. O próprio empreendimento criou condições de alojamento, instalando seis bungalows, quatro veleiros e uma lancha onde é possível pernoitar. Actualmente está em construção uma residencial com catorze quartos e aguarda aprovação um projecto para a instalação de um hotel com quinze quartos, no interior da vila.

Contudo, tal como acontece em todos os locais com praia em Portugal e que não oferecem outro tipo de atracção turística (cultural, por exemplo) relevante, Castanheira de Pera é muito marcada pela sazonalidade. Para

atenuar este problema, com externalidades negativas e comprometedor da capacidade de carga da paisagem, a entidade gestora da Praia das Rocas está preocupada com este problema e pretende aumentar e diversificar a oferta. Neste sentido, há contactos com escolas de surf para que se treinem ali durante o Inverno, pois as ondas podem ser utilizadas para esse fim. Por outro lado, registam-se algumas actividades, como é o caso do “Primeiro Downroad” que teve lugar nos dias 23 e 24 de Setembro de 2006. Está também idealizado um parque aquático, com o nome Prazilândia, na encosta da margem direita da ribeira de Pêra, em frente à Praia das Rocas, que por sua vez fará ligação com o jardim botânico que pertenceu à casa do médico Bissaya Barreto (natural de Castanheira de Pêra). Ainda com o intuito de atrair mais visitantes e turistas a Castanheira de Pêra, e em consequência, saber da existência da Praia das Rocas e utilizar o seu restaurante e bar, está em plano a criação de um auditório para realização de conferências em várias áreas de investigação ou outro tipo de eventos relacionados. Este factor contribuirá para dinamizar esta área e diversificar a sua utilização ao longo do ano.

A intervenção na Praia das Rocas faz parte de uma estratégia mais vasta idealizada para melhorar a qualidade de vida da população e dos visitantes. No capítulo do planeamento urbano, a autarquia investiu bastante na aquisição de terrenos, de modo a decidir as principais orientações do crescimento urbano, evitando especulações a nível urbanístico e influências (em geral) desajustadas por imposição da iniciativa privada (CRUZ, op. cit.). Do mesmo modo, se espera que a área envolvente da Praia das Rocas não seja desqualificada por via de ocupação e utilização desajustada do solo. O “Fórum Activo”, uma realidade desde Agosto de 2004, com um parque infantil, um palco para espectáculos e um bar/restaurante, para além da grande atracção, a Raposa Musgueira (designação não oficial adoptada pela população local), é outro exemplo de espaço de lazer atractivo.

Por último, importa analisar alguns elementos estatísticos relativos aos visitantes da Praia das Rocas, recolhidos pela Prazilândia, em 2006.

A população que procura mais a Praia das Rocas são os adultos (68%), aos fins de semana, feriados e durante a semana, assim como as crianças (29%). Este factor explica-se facilmente, já que os pais normalmente levam os filhos nos seus tempos livres para usufruir da praia, aproveitando também a companhia e diversão. Os seniores são um grupo reduzido nestas estatísticas (apenas 3%). O mês de Agosto corresponde ao período anual de maior procura.

Outra das variáveis analisadas pela empresa que gere a Praia das Rocas é a proveniência dos visitantes. Lisboa (22%) e Coimbra (21%) destacam-se como os principais lugares de origem dos utilizadores. Em plano intermédio encontra-se o Porto (14%), Leiria (11%), Pombal (11%) e Marinha Grande (9%). Desto modo, é o distrito de Leiria que aparece mais representado no universo de utilizadores da Praia das Rocas. Com bastente menos expressão, encontra-se Ansião (2%), Castanheira de Pêra (2%) e Figueira da Foz (2%). A posição de Castanheira de Pêra no mapa viário do país, não sendo muito favorável, também não é comprometedora sobretudo para quem utiliza a A1 e o IC8, ou o IC1 e o IC3, que corresponderão aos eixos preferenciais de articulação da Praia das Rocas com o país, respectivamente. De igual modo, é relevante assinalar a criação de acessos directos à Praia e as boas informações/indicações sobre a sua localização.

Por outro lado, os inquéritos entregues aos utilizadores permitiram registar as impressões acerca da Praia das Rocas, nomeadamente a qualidade dos serviços prestados (atendimento/recepção, limpeza, segurança e vigilância), da água e das actividades oferecidas. Os resultados do inquérito revelam que os parâmetros avaliados são classificados como “bons” (e “muito bons”), correspondendo às expectativas da esmagadora maioria dos inquiridos.

### **2.3 Património construído e novos territórios/produtos do lazer turístico alternativo: o Programa das Aldeias do Xisto (Pinhal Interior)**

A convergência das grandes orientações internacionais em matéria de valorização do património construído e sua utilização para a promoção do desenvolvimento local em meio rural, a par da influência das principais tendências do turismo nacional e internacional, estiveram presentes na estruturação e aplicação de diversos programas de patrimonialização em Portugal.

A desvitalização económica, social e demográfica que afecta uma parte importante do mundo rural português, embora com diferente intensidade, justifica a intervenção do Estado no sentido de atenuar os efeitos desses processos longos e induzir ou estimular novas dinâmicas de desenvolvimento, como acontece em especial desde meados dos anos 90, em articulação directa com a política regional europeia. Medidas de diferenciação positiva, gestão descentralizada, valorização de escalas supra-municipais, construção de redes e estratégias de cooperação, configuram importantes sinais de mudança e características inovadoras dos novos instrumentos de gestão territorial. As acções integradas de base territorial, do

QCA III, exemplificam esta visão estratégica e global de um determinado território.

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX), no âmbito da AIBT do Pinhal Interior (2000-2006), é um exemplo muito interessante desta nova forma de estruturar e implementar a acção pública (políticas e instrumentos) em matéria de desenvolvimento territorial. Não sendo uma iniciativa pioneira, uma vez que existem programas precedentes (como é o caso do Programa das Aldeias Históricas de Portugal, com mais de 40 milhões de euros de investimento, desde 1995, repartido por doze lugares), apresenta, contudo, uma metodologia de trabalho inovadora, ao nível da selecção dos lugares, assente em fases de candidatura, recepção e avaliação de documentos de trabalho (Planos de Aldeia) que funcionaram como alicerce basilar do Programa. A aplicação destes princípios orientadores resultou na selecção de 23 lugares, distribuídos por treze concelhos de quatro sub-regiões (Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira) do Centro de Portugal. Os micro-territórios seleccionados, localizados maioritariamente na Serra da Lousã e no Médio Zêzere, têm em comum problemas de despovoamento, marginalização e abandono, apesar de as trajectórias recentes mostrarem dinâmicas locais diferenciadas. A maioria destes lugares partilha uma história secular alicerçada na agro-silvo-pastorícia, e uma herança de paisagem cultural reveladora de relações harmoniosas entre o homem e o suporte físico. Contudo, subsistem diferenças importantes: população residente, níveis de rendimento, equipamentos e infra-estruturas, actividades económicas instaladas, estruturas edificadas (número de imóveis, estado de conservação, características arquitectónicas e tipologia de ocupação).

A informação financeira sobre o Programa, reportada ao início de 2006, mostra que o investimento aprovado é superior a 10.5 milhões de euros, segundo quatro componentes principais: infra-estruturas básicas (30 acções), espaços públicos (47 acções), imóveis públicos (34 intervenções) e imóveis particulares (424 intervenções) (CARVALHO, 2006), tendo em vista requalificar o território, melhorar as condições de vida da população, estimular a sua auto-estima e integrar os lugares serranos nos novos destinos do turismo alternativo (cultural e ambiental).

A recuperação e a valorização do património são o pretexto para a prossecução destes objectivos. O Sistema de Incentivos Específicos do Pinhal Interior (SIEPI), destinado a apoiar iniciativas de investimento empresarial nas áreas da restauração, alojamento e animação turística, e a realização de acções de formação profissional em áreas estratégicas para as

aldeias, como a construção civil e a animação turística e cultural, é outro contributo muito importante.

A execução do PAX decorre em duas etapas diferenciadas: a primeira, em fase de conclusão, tem sido orientada para a requalificação urbanística e a infra-estruturação dos lugares com redes básicas; a segunda está a ser orientada para a promoção, dinamização e animação dos lugares. Neste último âmbito, merece referência, além do referido SIEPI, a elaboração de um “Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto”, que aponta como prioridades as seguintes linhas de acção:

- Criar um novo destino e um novo produto turístico no Centro de Portugal, destinado a captar um segmento de mercado (relativamente jovem e com elevado poder aquisitivo) que prima pela exigência (qualidade do serviço, oferta de animação, informação e acompanhamento), associado ao turismo cultural e de natureza, capaz de permitir a criação de uma nova (ou renovada) base económica local ancorada ao património cultural e natural.

- Conceber uma marca (imagem) de qualidade que identifique e promova o território. Este propósito, concretizado através da criação da marca “Aldeias do Xisto”, deve ser aprofundado por via de uma campanha de marketing territorial adequada às finalidades turísticas em causa.

- Colocação de placares informativos da aldeia e da rede em cada aldeia.

- Colocação de sinalética direccional na rede viária (municipal).

- Continuação da revista “Aldeias do Xisto”. Na sequência da primeira série, editada pela gestão da AIBT do Pinhal Interior (CCDRC), com cinco números publicados (de distribuição gratuita), a revista entrou numa nova fase editorial, adquirindo uma nova imagem e estrutura, que demonstra um estilo de vida e reflecte o objectivo de convidar e seduzir a população, em especial o público mais jovem e com elevado poder de compra, a visitar e fruir as Aldeias do Xisto (como destino turístico emergente).

- Estabelecimento de uma rede de lojas (Lojas das Aldeias do Xisto) em regime de franchising. A primeira loja abriu em Lisboa, entre a Sé e o Castelo de São Jorge, portanto muito bem localizada em relação aos fluxos turísticos da cidade. Existem outras propostas para lojas em Coimbra e Cascais, além de alguns lugares que fazem parte do PAX (lojas “institucionais”). O objectivo é comercializar produtos das Aldeias do Xisto, recomendados com um selo que pretende reconhecer a qualidade dos mesmos (uma vez que o processo de certificação é muito moroso e complexo).

– Criação de uma associação de desenvolvimento turístico, uma espécie de órgão colegial com entidades públicas e privadas, capaz de gerir a marca “Aldeias do Xisto”, entre outras tarefas.

– Elaboração e implementação de um Plano de Animação Turística das Aldeias do Xisto.

– Promoção turística das Aldeias do Xisto e dos produtos turísticos associados.

– Construção de uma rede de lugares (Rede das Aldeias do Xisto), a partir dos sítios intervencionados no quadro do PAX, isto é, através de um conjunto diversificado de iniciativas pretende-se transformar um programa numa rede funcional.

Trata-se, portanto, de um projecto de desenvolvimento, associado ao turismo cultural e de natureza, que pretende criar e afirmar um produto turístico e uma marca de qualidade, destinada ao segmento de mercado dos “novos turistas”, através da construção de uma rede integrada de sítios (requalificados e dotados de novas ou renovadas funcionalidades) e de parcerias activas envolvendo entidades públicas e privadas (CARVALHO, 2007).

Uma vez que a avaliação das políticas e instrumentos de desenvolvimento é uma fase decisiva do processo de planeamento, entendemos pertinente auscultar a opinião da população no sentido de analisar os efeitos do PAX, principalmente os que decorrem da instalação/melhoria das infra-estruturas básicas e da requalificação urbana.

A base metodológica desta tarefa assenta na realização de inquéritos por questionário aos proprietários de alojamentos em diversos lugares do PAX. Neste momento é possível avançar os resultados preliminares da aplicação dos inquéritos em duas áreas-amostra: Gondramaz (Miranda do Corvo) e Fajão (Pampilhosa da Serra).

As intervenções realizadas em Gondramaz dotaram este lugar serrano de uma nova rede de esgotos, água e luz, um parque de estacionamento, assim como permitiram a requalificação de espaços públicos, imóveis públicos (dois) e imóveis particulares (dezassete). O montante global de investimento aprovado (em 01/2006) aproximava-se de 500 mil euros.

O número de inquéritos realizados, perfazendo uma dezena e meia (quatro envolvendo a população residente e onze preenchidos pela população que tem na aldeia uma residência secundária), corresponde a cerca de 45% dos proprietários de imóveis para habitação (alojamentos familiares).

No que concerne à área de residência dos inquiridos, destaca-se o município de Miranda do Corvo (53,3%). Os concelhos de Coimbra, Porto



de Mós, Amadora, Matosinhos e Póvoa de Varzim completam o quadro das respostas. Através do inquérito foi possível apurar que a aquisição de casas na aldeia, para residência secundária, assume significado desde os anos 90 (70% das aquisições ocorreram na última década do século XX). No quadro geográfico da Serra da Lousã, este fenómeno é mais antigo e significativo nas aldeias serranas do município da Lousã, nomeadamente Casal Novo e Talasnal, onde o processo de aquisição e recuperação dos imóveis começou na segunda metade dos anos 70 (CRAVIDÃO, 1989; CARVALHO, 2005).

A nossa amostra representa uma população envelhecida (53.3% tem idade igual ou superior a 60 anos e apenas um proprietário apresenta menos de 40 anos), com uma composição sócio-profissional bastante heterogénea (empresários, profissões liberais, reformados, empregados por conta de outrem), embora as diferenças internas de cada um dos agrupamentos de proprietários (população residente e população sazonal) sejam menos evidentes.

A grande maioria dos inquiridos menciona que teve conhecimento e participou na elaboração do Plano de Aldeia (instrumento preparatório e orientador da acção do PAX). De igual modo, reconhece o acompanhamento técnico das intervenções, manifesta a intenção de passar mais tempo na aldeia e declara que apresentou projectos ao PAX no âmbito da intervenção em imóveis particulares. Contudo não vai realizar obras no interior dos imóveis, onde são reconhecidas e sentidas as maiores carências.

Com base nos inquéritos sabemos que os aspectos mais positivos da intervenção são a uniformização das fachadas dos imóveis (que inclui a remoção ou substituição de elementos dissonantes e a valorização da pedra e da madeira como materiais de referência da morfo-tipologia arquitectónica tradicional), a renovação e a ampliação das redes de infra-estruturas básicas, a maior capacidade de atracção e divulgação do Gondramaz e a melhoria geral das condições de vida na aldeia. Por outro lado, foram identificados os aspectos mais negativos relacionados com a intervenção no âmbito do PAX, que são: o lavadouro (devido às suas reduzidas dimensões); o aumento do número de visitantes e turistas, e a falta de zeladores na aldeia (na perspectiva de alguns proprietários de residência secundária); o atraso na conclusão das intervenções (que causa incómodos, sobretudo aos residentes na aldeia); o custo financeiro das obras e a respectiva burocracia (processo de licenciamento).

Quanto a sugestões para novas acções, os inquiridos assinalam a retirada dos suportes e elementos aéreos da energia eléctrica, iluminação pública e recepção do sinal televisivo (que deveriam estar de forma

subterrânea), o reforço do abastecimento de água no Verão, o corte da vegetação exótica no contacto e proximidade da aldeia, o melhor escoamento das águas pluviais, a recuperação e a limpeza de antigos caminhos de articulação com a montanha e a bacia de Miranda do Corvo-Lousã, e a criação de serviços de cafetaria/restauração na aldeia (que, em breve, será uma realidade com o apoio do referido SIEPI).

Por sua vez, Fajão, antigo município situado na Serra do Açor, apresentava em 2001, 82 habitantes. Destes, cerca de meia centena residiam na área de intervenção do PAX (que abrange o núcleo mais antigo de Fajão). Trata-se de uma população bastante envelhecida (quase metade tem mais de 70 anos), constituída maioritariamente por famílias nucleares sem filhos, com baixos níveis de escolaridade (71% são analfabetos ou frequentaram apenas o 1º ciclo do ensino básico) e elevada percentagem de reformados e desempregados (47 e 31%, respectivamente).

De acordo com o Plano de Aldeia (2002) elaborado pelo Gabinete Técnico Local de Fajão, 75% dos edifícios destinam-se a habitação, 35% dos edifícios encontram-se em estado de degradação ou em ruína e apenas 34% estão ocupados de forma permanente (os restantes estão ocupados de forma temporária e desocupados, perfazendo 39 e 27% do total, respectivamente).

O montante de investimento aprovado no âmbito do PAX, em Janeiro de 2006, ultrapassava 900 mil euros, repartidos por 24 imóveis particulares, 2 imóveis públicos, espaços públicos e redes de infra-estruturas básicas.

Os inquéritos realizados (uma dezena), representando 20% da população residente na área de intervenção do PAX, mostram que a maioria dos inquiridos teve conhecimento e participou (através de sugestões) na elaboração do Plano de Aldeia de Fajão, assim como reconhece o acompanhamento técnico das intervenções, a qualidade do Plano de Aldeia e os resultados das intervenções (considerados de bom nível).

De igual modo, o inquérito foi um instrumento fundamental para saber a opinião da população sobre os aspectos mais positivos e negativos das intervenções apoiadas pelo PAX. No primeiro caso, os inquiridos enfatizam a conservação e a valorização do património construído, o reforço da imagem arquitectónica, a melhoria substancial das infra-estruturas básicas, a requalificação de espaços públicos, os novos equipamentos culturais (como o edifício Fajão Cultura) e de lazer (a piscina e o espaço verde envolvente) bem como a atracção de visitantes. Problemas relacionados com intervenções (designadamente coberturas e fachadas de imóveis particulares e a pavimentação do Adro da Igreja), a interdição da circulação automóvel no núcleo antigo (excepto cargas e descargas) e a falta de apoio para

recuperar o interior dos imóveis são os principais aspectos negativos identificados pela população inquirida.

### **3. Conclusão**

A União Europeia e Portugal atravessam uma fase de redefinição da ocupação do território e assumem como prioritária uma nova perspectiva de desenvolvimento territorial. A salvaguarda e a valorização do património configuram uma oportunidade para intervir com uma visão estratégica dos problemas que essa redefinição e orientação comportam.

As recentes políticas públicas de desenvolvimento e os instrumentos relativos à intervenção espacial reflectem a centralidade do território (conceito vertebrador) e das novas formas de gestão territorial, de tal forma que assistimos, igualmente, a uma redescoberta dos territórios e a uma recentralização da importância dos lugares por via da valorização social de recursos como o património. Este, emergindo também no contexto das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, prefigura novos caminhos de desenvolvimento e a construção de novas territorialidades.

No alinhamento das grandes tendências de investigação recente nesta matéria, procurámos analisar os resultados de três intervenções, em contextos rurais e urbanos, seleccionadas no amplo espectro da patrimonialização em Portugal.

A leitura das intervenções (e dos documentos de suporte), apoiada na realização de inquéritos por questionário, permitiu identificar os seus efeitos de maior visibilidade assim como evidenciou sugestões muito pertinentes que merecem ser integradas na estruturação de novas políticas e instrumentos de desenvolvimento ancorados ao património, no período de programação 2007-2013. Aliás, esta preocupação demonstra outra flagrante evidência: a necessidade de implementar e valorizar, de forma recorrente e sistemática, os processos de acompanhamento e avaliação, através de serviços externos independentes (em relação às entidades que gerem os programas), e segundo metodologias adequadas. Desta forma, estaremos a contribuir para a maior eficácia e eficiência da gestão territorial, a divulgação pública dos resultados, a (in)formação dos cidadãos e a melhor planificação das novas intervenções.

## Referências Bibliográficas

ALVERGNE, C. et TAULELLE, F. (2002) – *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*. Paris, PUF.

ASHWORTH, G. and LARKHAM, P.J. (eds.) (1994) – *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge.

ASHWORTH, G. and GRAHAM, B. (2005) – *Senses of Place: Senses of Time* (Col. Heritage, Culture and Identity). Aldershot, Ashgate.

BALLART HERNÁNDEZ, J. et al. (2001) – *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona, Ariel.

BRUNET ESTARELLAS, P. et al. (2005) – “Agenda 21: subsidiariedad y cooperación a favor del desarrollo territorial sostenible”. *Boletín de la A.G.E.* (Asociación de Geógrafos Españoles), nº 39, pp. 423-446.

CARVALHO, P. (2005) – *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC, Coimbra, 657 pp.

CARVALHO, P. (2006) – “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”. In SANTOS, G. et al. (eds.): *Actas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades. Leiria*, Instituto Politécnico de Leiria, 21 pp (edição em cd-rom).

CARVALHO, P. (2008) – “Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), nº 24/25 (2005/2006), pp. 209-226.

CCRC (2001) – *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra, 97 pp.

CE (1990) – *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*. Luxemburgo, SPOCE, pp. 1-12; 31-35; 54-57.

CE (1998) – *Cidades Europeias Sustentáveis*. Luxemburgo, SPOCE, pp. 7-15; 208-224.

CLAVAL, P. (2003) – “El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio”. *Boletín de la A.G.E.* (Asociación de Geógrafos Españoles), nº 34, pp. 30-39.

COIMBRAPOLIS (2007) – *Programa Polis em Coimbra* (acessível em <http://www.poliscoimbra.pt>; consultado em 20.05.2007)

CORREIA, J. (2007) – *Património e desenvolvimento local em áreas de montanha*. Coimbra (inédito).

COWEN, M. P. and SHENTON, R. W. (1996) – *Doctrines of Development*. London.

CRAVIDÃO, F. (1989) – *Residência secundária e espaço rural duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra, Faculdade de Letras, (Coleção Estudos, nº 10), 90 pp.

CRUZ, S. (2006) – *Património, turismo e desenvolvimento: a Praia das Rocas*. Coimbra (inédito).

FALUDI, A. (2005) – “La política de cohesión territorial de la Unión Europea”. *Boletín de la A.G.E.* (Asociación de Geógrafos Españoles), nº 39, pp. 11-30.

FERRÃO, J. (2001) – “Território, última fronteira de cidadania?”. *Cadernos de Geografia*. Coimbra.

HAESBAERT, R. (2004) – *O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

HOWARD, P. (2003) – *Heritage: management, interpretation, identity*. Continuum, London.

KOTLER, P. et al (1993) – *Marketing places*. Free Press, New York.

KEARNS, G. and PHILO, C. (1993) – *Selling places*. Pergamon Press, Oxford.

PINHEIRO, S e SANTOS, R. (2007) – *O Programa Polis em Coimbra*. Coimbra, (inédito).

PIRES, I. (1986) – “Génesis e evolução de um centro produtor têxtil. A indústria de lanifícios em Castanheira de Pêra”. *Finisterra*, 21(42), Lisboa, CEG, pp. 271-309.

PLAZA GUTIÉRREZ, J. I. et al. (2003) – “Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa”. *Ería* (Revista Cuatrimestral de Geografía), nº 61, Oviedo, pp. 227-249.

SYRETT, S. (1995) – *Local Development. Restructuring, locality and economic initiative in Portugal*. Aldershot, Ashgate, 372 pp.

VASCONCELOS, L. (2003) – “O território em contextos expandidos de participação – o desenvolvimento sustentável local”. In CAETANO, L. (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, CEG, pp. 277-290.

**O turismo nas estratégias de desenvolvimento do mundo rural  
português: complemento ou alternativa?**

## **1. Introdução**

As políticas e as iniciativas da União Europeia para os espaços rurais conheceram, nos últimos anos, uma viragem muito acentuada que é, ao mesmo tempo, uma resposta voluntária aos efeitos do processo persistente e irreversível de desvitalização, abandono e degradação de uma parte significativa das paisagens rurais.

Após quase três décadas marcadas por orientações e acções de matriz produtivista, emergiram as perspectivas ambientalistas e territorialistas. Estas reconhecendo as fragilidades e as propriedades difusas das paisagens rurais, sedimentam a construção de um novo paradigma: a multifuncionalidade rural, e abrem caminho a novos usos do território que, por sua vez, são cada vez mais indissociáveis da população urbana.

As actividades de turismo e lazer destacam-se nesta atmosfera de diversificação funcional e de transição acelerada dos valores produtivos (ou de uso) para os valores de fruição.

Centrando a nossa análise na problemática do turismo em espaço rural, a partir do território português, reconhecemos que as diversas expressões deste fenómeno têm merecido amplo interesse e apoio da parte do Estado e da União Europeia. Os resultados dessas políticas e instrumentos de diversa natureza e amplitude territorial constituem uma temática de grande interesse no âmbito da investigação sobre a problemática do desenvolvimento sócio-cultural, embora se reconheçam as dificuldades relacionadas com a dispersão das iniciativas e dos actores, a falta de articulação no âmbito da programação e execução, e a reduzida visibilidade dos processos de avaliação e divulgação pública dos resultados.

Deste modo, a nossa proposta de reflexão será estruturada segundo dois eixos de análise: o primeiro, pretende contextualizar no plano conceptual a temática do turismo em espaço rural, explicitando a sua importância no âmbito do desenvolvimento regional e local. O segundo, visa articular este quadro teórico com a realidade portuguesa, a partir da leitura de diversos elementos estatísticos e documentais sobre o fenómeno em análise.

## **2. Pós-productivismo agrícola e desenvolvimento rural**

A partir da análise centrada no contexto e na escala europeia, podemos afirmar que o espaço rural sofreu ao longo da sua história recente um

processo mais ou menos profundo (consoante os casos particulares) de descaracterização e de enfraquecimento. Uma noção de desenvolvimento polarizada pelos espaços urbanos e industriais e a sobrevalorização de actividades dos sectores transformador e de serviços, face às actividades agrícolas tradicionais, resultaram numa forte atracção quer pelas cidades, quer pelas funções associadas a estas (CARVALHO, 2005).

No quadro evolutivo da Política Agrícola Comum (PAC), defende-se, nos últimos anos, um novo modelo para a agricultura europeia, procurando manter a população agrícola e travar o desaparecimento das explorações. Embora muitas não sejam necessárias como unidades produtoras de alimentos – principalmente as pequenas explorações –, a sua manutenção é conveniente devido a outras funções que cumprem para o conjunto da sociedade, nomeadamente a conservação do património natural e cultural e do tecido social nas áreas rurais (LÓPEZ IGLESIAS, 2003). Deste modo, sem abandonar a função tradicional de produzir alimentos e outras matérias-primas, a agricultura deve cumprir também outras funções cada vez mais relevantes para a sociedade, nomeadamente a função ambiental (contribuindo para a conservação da paisagem e do suporte físico) e social-territorial (contribuir para a diversidade das áreas rurais e para o desenvolvimento territorial equilibrado).

A reorientação do apoio europeu, após o domínio da fase produtivista, reflecte de forma crescente as perspectivas territoriais e ambientais, que por sua vez enfatizam a dimensão multifuncional da agricultura e do “mundo rural”, reconhecem a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e assumem como prioritários os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria. Os grandes objectivos são conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais e paisagísticas, preservar e valorizar a paisagem e a diversidade do património cultural, e ao mesmo tempo encontrar novas funções/usos para os territórios rurais compatíveis com esses princípios.

Portanto, a política europeia de desenvolvimento para os espaços rurais reflecte orientações e objectivos diferenciados, na amplitude do apoio agrícola (tendo presente as preocupações de competitividade e eficiência produtiva, e a necessidade de manter uma política diferenciada nas suas iniciativas e destinatários) aos ganhos demográficos qualitativos e aos processos de diversificação da sua base social e económica (CARVALHO, s/d).



Neste contexto, algumas das actividades relacionadas com o tempo livre prefiguram-se como solução desde que integradas num modelo de desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2005).

### **3. Lazeres turísticos e territórios rurais**

O lazer e os seus diversos modos de utilização, associados aos territórios rurais, destacam-se como novos temas que chamam a atenção dos estudiosos, dos planeadores e dos promotores do desenvolvimento. Traduzem novos padrões de comportamento e consumo das sociedades pós-modernas (LOPÉZ PALOMEQUE, 2001; PRATS, 2001).

BUTLER, HALL e JENKINS (1998: 5) reconhecem que nos últimos anos as fronteiras entre os diferentes elementos do lazer tornaram-se pouco expressivas (esbateram-se), em particular as diferenças entre recreação e turismo, uma vez que “(...) changes in the economic and social fabric of society have meant that once traditional timing, setting and patterns of work and leisure activities have often become indistinguishable”.

No caso do turismo, desenham-se novas tendências, a partir da diversificação e segmentação dos interesses dos turistas. Contrariando a lógica da oferta massificada e formatada em “banda larga”, emergem novos produtos/tipologias em resposta ao facto de os consumidores serem cada vez mais especializados, exigentes, esclarecidos e predispostos a participar nas actividades turísticas (McGETTIGAN, 2005). Alinhadas com as perspectivas recentes em matéria de desenvolvimento sustentável, as preocupações actuais do turismo valorizam a gestão dos recursos turísticos (designadamente recursos naturais e culturais), na perspectiva de alcançar resultados económicos, sociais e ambientais duradouros. O desafio da sustentabilidade da actividade turística, configurando um encontro entre as necessidades do turista, os locais de acolhimento e os interesses das populações locais, é nos nossos dias mais exigente no sentido de envolver a participação dos cidadãos (motivados por diferentes e potenciais conflitos de interesses) e a inclusão dos territórios no desenho, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas e instrumentos relacionados com a intervenção espacial (CARVALHO, 2006).

Estas modalidades alternativas têm recebido o mais alto interesse por parte das entidades políticas (nacionais, regionais e locais), que em certos casos legislaram sobre o seu desenvolvimento e controlo, e são objecto de importantes investimentos (por exemplo os projectos apoiados pelos

programas LEADER), com o propósito de “orientar a diversificação produtiva dos meios rurais tradicionais, através da implementação de uma actividade turística que pode basear-se na qualidade natural (é o caso da promoção de espaços naturais protegidos), nos valores culturais do seu património (natural, cultural, paisagístico), ou na sua potencialidade como uso recreativo e desportivo” (CARVALHO, 2005: 160).

Os territórios rurais emergem neste quadro de segmentação e especialização dos mercados turísticos e na atmosfera de diversificação funcional e de transição acelerada dos valores produtivos (ou de uso) para os valores de fruição.

#### **4. Turismo em Espaço Rural (TER): contexto social e políticas públicas**

Como refere JOAQUIM (1999: 305), o “turismo em espaço rural (TER) recobre um conjunto diversificado de actividades turísticas, apresentando profundos contrastes no interior dos países europeus, o que se relaciona, por um lado, com os diferentes conceitos de rural e, por outro lado, com as várias formas que o TER pode assumir”.

O conceito de TER resulta de diversas perspectivas e contributos, de tal modo que não existe uma aceção única de TER. Porém, é possível identificar dimensões comuns (transversais) em várias definições. Assim, a ênfase recai, em regra, nos seguintes domínios: utilização de recursos naturais e culturais que são próprios dos territórios e das paisagens; preocupação de conservar e valorizar diversos patrimónios; reduzida dimensão da unidade de exploração e dos equipamentos/infra-estruturas associados; participação dos turistas nas actividades e nos costumes locais; tratamento personalizado dos utentes. De resto, trata-se de actividades e serviços realizados mediante remuneração em áreas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem (CARVALHO, 2005).

Alguns elementos estatísticos recentes, como é o caso do estudo relativo às “Férias dos Portugueses” (editado pela Direcção Geral do Turismo, em 2005), corroboram a ideia de que a geografia dos destinos turísticos em Portugal continua dominada pelos “produtos clássicos”, em especial o sol e a praia, embora afirmando-se novos destinos nos últimos anos. De facto, a praia foi escolhida como ambiente de férias por 72% dos portugueses que gozaram férias fora da residência habitual em 2004. Em plano secundário, com tendência de crescimento, aparece o campo (13%), a cidade (8%), a montanha (3,5%), as termas (2%) e as barragens e lagos (1.5%). Ao mesmo

tempo, a forte sazonalidade (50.6% dos portugueses que gozaram férias fora da residência habitual escolheram o mês de Agosto) e a concentração espacial (onde se destaca o Algarve como destino preferido de 35.3% dos portugueses que gozaram férias no 1º período) deixam antever grandes dificuldades para os territórios receptores destes fluxos turísticos. Por outro lado, o turismo em espaço rural, segundo CAVACO (2003), era responsável por apenas 1.9% da procura interna e 1% da procura externa.

Conforme advogam diversos autores, o turismo em espaço rural é uma actividade muito selectiva e apenas alguns territórios apresentam potencial para serem, progressivamente, incorporados na categoria de espaços de turismo. Prefigura um dos caminhos para o desenvolvimento, que deve ser integrado numa estratégia territorial sustentável.

A construção da oferta de turismo em espaço rural é tributária de um conjunto de alterações sociais e também de importantes apoios e incentivos financeiros públicos no âmbito de novas orientações políticas (como já se referiu).

Em relação às primeiras, RIBEIRO (2003, cit. por CARVALHO, 2005: 167-168) assinala factores como os “níveis crescentes de instrução da população, o aumento dos tempos livres e as novas tendências de gestão e usufruto dos mesmos – férias repartidas –, a melhoria das infra-estruturas de acesso e das comunicações, e refere um movimento de revalorização do mundo rural, na génese da tentativa de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, estandardização, impessoalidade, saturação, dos modos e contextos de vida urbanos”. O rural remete, pois, para os domínios do simbólico e do desejado, convida a sentir o silêncio, os odores e as cores naturais e originais, é uma espécie de última reserva de valores e recursos que se perderam ou se pretendem reencontrar, nomeadamente o ar puro e a água cristalina, biodiversidade, paisagens naturais e culturais de grande beleza e estética apelativa, e ao mesmo tempo os rurais representam os principais responsáveis pela sua manutenção e conservação. Contudo, algumas destas representações (alimentadas por diversos suportes de informação) podem não corresponder às realidades que podemos aí encontrar.





FIGUEIREDO (1999 e 2003) reflecte sobre a importância do ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais, a partir do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita. Esta autora reconhece que o “meio rural” adquiriu um valor simbólico nas sociedades contemporâneas, valor que é essencialmente constituído por representações diferenciadas do ambiente e da cultura rural, e constata a existência de dois ambientes rurais

que correspondem às posições dos dois universos inquiridos (residentes e visitantes): o espaço de recreio e lazer e o espaço de vida, sendo que no primeiro as regras são consideradas fundamentais, enquanto que no segundo as regras são encaradas como constrangimentos. Cruzam-se, pois, duas visões do mesmo ambiente rural: a dos visitantes, mais estética, versus a dos residentes, mais utilitária. A primeira é mais distanciada, idealizada e desejada, porque mais efémera e menos vivida. A segunda corresponde a uma percepção mais prática, menos idealizada, porque corresponde aos espaços de vida e de actividade (CARVALHO, 2005). O espaço rural assume, assim, um valor de reserva ambiental e cultural para os urbanos. É menos um meio físico e social produtor de alimentos, e cada vez mais um guardião das paisagens, memórias e tradições (PORTELA, 2003).

HOPKINS (1998) estuda a imagem territorial e a sua importância para a promoção e o consumo do turismo rural, em Ontário (Canadá), a partir da análise de diversos suportes de divulgação publicitária dos espaços rurais. Este trabalho revela a importância de temas como o ambiente, o património, a agricultura e recreação, e os ícones, símbolos e mitos a eles associados (quadro 1).

Por sua vez, RODRIGO (2003), no âmbito da reflexão sobre a questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas do norte e sul da União Europeia, demonstra que «no centro e norte da Europa, o debate social em torno da questão ambiental nos territórios rurais emergiu mais cedo (anos 60), e centrou-se na discussão pública em torno da degradação de patrimónios naturais (habitats e recursos biológicos) e estéticos rurais, que era identificada com o progressivo abandono de práticas agrícolas tradicionais e a sua substituição por técnicas intensivas», embora com diferenças entre alguns países. Por exemplo, no Reino Unido e na Holanda o “meio rural” é, essencialmente, paisagem, natureza e beleza, isto é, valorizam-se os espaços rurais na sua componente cultural e estética. Em França, ao invés da tradição naturalista, o espaço rural é identificado como um espaço de produção. “Os cidadãos e políticos, no geral, concordam que os agricultores são os únicos verdadeiros rurais” (PORTELA, op. cit., 17). Por sua vez, nas sociedades do sul, ilustradas com os casos de Portugal, Espanha e Grécia, a ausência de uma cultura de valorização da natureza ajuda a explicar a fraca sensibilidade social em relação à questão ambiental.

Quadro 1. Temas, ícones, símbolos e mitos associados aos espaços rurais canadianos

Tema	Ícone (denotação)	Logo exemplo (símbolo)	Mitos (conotação/ideologia)
1. Ambiente Natural (54,0%)	Animais selvagens Árvores Água Sol Flores e vegetação Montanha Campo Lua/estrelas		Infância Amizade Inocência Tranquilidade Natureza domesticada
2. Património (20,0%)	Edifícios históricos Artefactos antigos Máquinas antigas		Família Generosidade Hospitalidade Segurança
3. Agricultura (16,0%)	Colheitas Animais Maquinaria agrícola Edifícios		Vida no campo Felicidade Equilíbrio homem/natureza
4. Recreação (10,0%)	Equip. desportivo Barco Automóvel Piqueniques		Romance Socialização Verão Tempo imortal Vida selvagem

Fonte: Adaptado de HOPKINS ( 1998: 152).

No que concerne ao segundo tópico de análise acima anunciado, para o caso português, as actividades de turismo rural beneficiam, desde meados dos anos 70, de importantes apoios financeiros e do interesse político

nacional<sup>12</sup>, que em sucessivos quadros legislativos estruturaram o seu enquadramento e consagram ao TER destaque entre as opções de desenvolvimento rural.

O papel exercido pela administração central, mais em particular pela Direcção Geral do Turismo (DGT), foi decisivo na construção da oferta de TER. A primeira experiência em Portugal (1978) decorreu apenas em quatro áreas piloto – Minho (Ponte de Lima), Beira Alta (Vouzela) e Alentejo (Vila Viçosa e Castelo de Vide) –, através de apoio financeiro a um grupo de proprietários de edifícios de reconhecido valor arquitectónico e histórico, tendo em vista recuperá-los e disponibilizá-los para alojamento turístico. O chamado turismo de habitação foi, então, a base da genealogia do TER em Portugal. “O sucesso desta experiência, principalmente em Ponte de Lima, conduziu ao alargamento progressivo a outras regiões do país e, finalmente, a todo o território nacional” (JOAQUIM, op. cit., 306), e também ao alargamento da oferta de alojamento através da definição de novas modalidades.

«Em 1984, o Turismo de Habitação (DL n.º 251/84, de 25 de Julho) é consagrado legalmente na dupla vertente de “edifício apalaçado ou moradia unifamiliar com valor arquitectónico e recheio de qualidade” ou, quando se trata de “edificação localizada em meio rural, de natureza rústica ou de características regionais evidentes e com mobiliário e decoração adequados”» (idem, ibidem).

Dois anos depois, regista-se uma viragem decisiva na história da construção de TER, pois data de 1986 a sua institucionalização «no âmbito da publicação do Plano Nacional de Turismo (PNT). O espaço rural é, assim, pela primeira vez, expressamente consagrado como espaço de turismo, de um turismo que não sendo novo, se materializa como um produto distinto, em (quase) tudo, dos que dominam o mercado» (RIBEIRO, op. cit., 204-205). O novo enquadramento legislativo (Decreto-Lei n.º 256/86, de 27 de Agosto) estabelece uma oferta de turismo rural alargada e diferenciada em relação ao turismo de habitação<sup>13</sup>, sendo que o objectivo central é explorar

---

<sup>12</sup> Este interesse reflecte a tendência desenhada em outros países da Europa, em especial aqueles que mais cedo apostaram no TER – como é o caso da França.

<sup>13</sup> Foram distinguidas três modalidades de TER: «**turismo de habitação**, com aproveitamento de casas antigas, solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico, dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade; **turismo rural**, em casas rústicas, com características locais e situando-se em aglomerados populacionais ou não longe deles; **agroturismo**, em casas de

quartos existentes em casas antigas de reconhecido valor arquitectónico e com recheio de qualidade, ou em casas rústicas localizadas em meio rural, e que sirvam simultaneamente de residência aos respectivos proprietários (CARVALHO, 2005).

Entretanto com o quadro legislativo firmado no Decreto-Lei n.º 169/97, de 4 de Junho, o TER<sup>14</sup> passa a ser conceptualizado como o «conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais (ligação tradicional e significativa à agricultura ou ao ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural), segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural».

O alargamento explícito do conceito de TER aos domínios da animação resulta da necessidade de criar e desenvolver ofertas complementares ao

---

habitação ou seus complementos integrados numa exploração agrícola activa» (CAVACO, 1999-a: 295), caracterizando-se por algum modo de participação dos turistas nos trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementares.

“A elas juntou-se, já em 1989, a figura do **hotel rural**: pequenas unidades situadas em zonas do interior e fora das sedes de município, com carácter familiar, 10 a 30 quartos, terraços e espaços verdes, em edifícios com valor arquitectónico e características regionais e locais” (*idem, ibidem*).

<sup>14</sup> A referida legislação alarga o âmbito do alojamento de TER a duas novas modalidades, o **turismo de aldeia** e as **casas de campo**, e prevê também como empreendimentos turísticos no espaço rural, os **hotéis rurais** e os **parques de campismo rurais**, com menos exigências em termos de edificação, decoração e mobiliário.

O **turismo de aldeia** configura o serviço de hospedagem prestado num empreendimento composto por um conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, legítimos possuidores ou detentores.

As **casas de campo** incluem as casas particulares e as casas de abrigo que prestam hospedagem, habitadas ou não pelos seus proprietários. Para as primeiras precisa-se que, pela sua traça, materiais de construção e demais características, devem integrar-se na arquitectura e ambiente rústico próprio do local onde se situam.

Depois, em 2002 (Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de Março) procedeu-se, entre outros, ao agrupamento sob a mesma designação de empreendimentos turísticos no espaço rural, de todas as modalidades até aqui referenciadas (RIBEIRO, *op. cit.*).

alojamento (que em 1997 rondava as cinco centenas de unidades em todo o país). Visa «induzir e promover a dilatação da permanência média dos turistas, que mostrava (e continua, aliás, a mostrar) uma grande resistência a deslocar dos dois/três dias» (RIBEIRO, *op. cit.*, 206), ou pelas palavras de CAVACO (1999-a, 299), «rendibilizar o investimento, o trabalho e a perda de independência, face a taxas médias de ocupação baixas (afluência reduzida no Outono-Inverno e estadas médias curtas)». Mas procura atingir também outros objectivos, como se depreende do facto das actividades de animação ou diversão dos turistas, que se destinam à ocupação dos tempos livres dos mesmos, contribuir «para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões, designadamente o seu património natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais».

O mais recente quadro legislativo sobre o TER<sup>15</sup> (Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de Março) procede, entre outros, ao agrupamento sob a mesma designação de empreendimentos turísticos no espaço rural, de todas as modalidades até aqui referenciadas (RIBEIRO, *op. cit.*).

### **2.3 A evolução e os efeitos do TER em Portugal**

Diversos trabalhos de investigação permitem concluir que a oferta de turismo em espaço rural conheceu nas últimas duas décadas um crescimento muito significativo por todo o país e muito em especial na região Norte (CARVALHO, 2005).

Segundo CAVACO (*op. cit.*, 295), em “1985 existiam 121 unidades com a capacidade de 939 camas e em 1989 contavam-se 197 unidades e 1567 camas (+62.8% e +69%, respectivamente; 0.5% da capacidade de

---

<sup>15</sup> Após a redação e a publicação do artigo que suporta esta reflexão (2007), foi aprovada mais uma alteração ao enquadramento normativo do TER em Portugal, através do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março. A principal mudança ocorre ao nível do turismo de habitação que (a partir de então) tanto pode ocorrer em espaços rurais, como em espaços urbanos, desde que os imóveis apresentem as características consideradas relevantes para esta categoria.

Assim, os empreendimentos de turismo no espaço rural englobam as seguintes categorias: casas de campo (que podem assumir a designação de turismo de aldeia, quando “cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas sejam exploradas de uma forma integrada por uma única entidade”), agro-turismo e hotéis rurais.



alojamento global). Nelas foram estimadas, paralelamente, 47.339 e 59.650 dormidas (+25%), nos dois anos referidos”.

No período de 1990 a 2000, o número de estabelecimentos passou de 216 para 668, respectivamente, sendo que em 1996 era de 493 (quadro 2), o que reflecte bem a aposta dos sucessivos governos neste sector, aproveitando o apoio financeiro disponibilizado pela União Europeia, através dos fundos estruturais, e a dinâmica dos operadores particulares. A este propósito, CAVACO (1999-b: 292), refere uma média anual de 500 processos de candidatura durante o período de 1994 a 1999.

O número de camas acompanhou de perto esta tendência: 1713, em 1990; 4711, em 1996, e 6293, em 2000, embora com ligeira subida, isto é, um aumento mais rápido, em relação ao primeiro indicador: de 7.9 camas/estabelecimento em 1990, para 9.4 camas/estabelecimento em 2000. As pequenas nuances entre as modalidades resultam dos requisitos (número máximo e mínimo de quartos) definidos pela Lei.

Quadro 2. Evolução da oferta de alojamento de turismo em espaço rural (Portugal, 1990-2000)

Modalidades	1990		1996		2000	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
	Estabelec.	Camas	Estabelec.	Camas	Estabelec.	Camas
Turismo de Habitação	112	920	181	1850	229	2375
Turismo Rural	86	633	214	1756	280	2347
Agroturismo	18	160	98	1105	119	1350
Casas de Campo	-	-	-	-	40	221
Total	216	1713	493	4711	668	6293

Fonte: RIBEIRO (2003: 213).

Quanto à distribuição dos estabelecimentos de TER por modalidades (quadro 2) destaca-se desde 1996 o Turismo Rural (43.4 e 41.9%, em 1996 e 2000, respectivamente). O Turismo de Habitação, modalidade que representava cerca de 52% em 1990, viu diminuir o seu peso relativo, ainda assim assume um lugar importante, com 36.7% (1996) e 34.3% (2000) do total. De forma conjunta, estas duas modalidades representavam, em 2000, 76.2% de estabelecimentos de TER, sendo que os restantes 23.8% correspondem às modalidades de Agroturismo (17.8%) e Casas de Campo

(6%) – estas últimas são as que mais cresceram em termos relativos no período em análise.

Do trabalho de RIBEIRO et al. (2002) retemos a informação sobre a procura de TER no período que medeia entre 1992 e 1998, para o total do país e por regiões turísticas. Assim, sobressai o crescimento genérico da procura, com especial destaque para as Montanhas (que registam um acréscimo de dormidas de 154.7%) e para a Costa Verde (que acolheu um adicional de dormidas de 134.6%). Por sua vez, os números da Costa de Prata são os que denotam uma evolução mais consistente, ou seja, sem oscilações cíclicas. Por outro lado, notamos que o número de dormidas quase duplicou entre os dois períodos extremos em análise: de 86412, em 1992, para 162420, em 1998.

Quadro 3. Número de estabelecimentos e capacidade de alojamento de turismo em espaço rural, em 2001, por regiões (Portugal)

Regiões	Turismo de Habitação		Turismo Rural		Agro-Turismo		Casas de Campo		Total	
	Nº Estab.	Nº Camas	Nº Estab.	Nº Camas	Nº Estab.	Nº Camas	Nº Estab.	Nº Camas	Nº Estab.	Nº Camas
Norte	101	1027	135	1100	40	431	7	39	283	2597
Centro	43	455	48	373	27	339	14	63	132	1230
Lisboa e V. do Tejo	41	481	39	348	14	146	1	6	95	981
Alentejo	13	123	34	303	35	385	8	93	90	904
Algarve	3	34	12	118	3	47	1	8	19	207
Madeira	14	116	8	56	1	10	8	82	31	264
Açores	13	135	8	81	2	28	12	49	35	293
Total	228	2371	284	2379	122	1386	51	3410	685	6476

Fonte: RIBEIRO (2003: 213).

Naquilo que diz respeito à repartição geográfica do TER por NUTS II (quadro 3), a região Norte é a que concentra maior número de estabelecimentos e camas, 41.3 e 40% respectivamente, cerca de duas vezes superior em relação ao Centro, a segunda região mais importante do país neste capítulo. As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo apresentavam valores percentuais praticamente iguais, 13.9 e 13.1%, respectivamente, do total de estabelecimentos de TER computados em 2001, e um pouco mais (cerca de 1%) em termos de número de camas. A nível das

diferentes modalidades, podemos dizer que a região Norte assume posição destacada em relação ao Turismo de Habitação (44.3%) e Turismo Rural (47.5%), e o Centro é a região onde encontramos mais Casas de Campo (27.5%), embora com menos peso no que concerne ao número de camas (18.5%). O Alentejo destaca-se no âmbito da modalidade de Agro-turismo (28.7% do número de estabelecimentos e 27,8% do número de camas – valor mais elevado das regiões portuguesas) e ainda em relação ao número de camas da modalidade de Casas de Campo (27.3%), que é o mais importante a nível nacional.

A leitura da evolução do TER a nível de NUTS III, para o período de 1990 a 1999, segundo dados da DGT recolhidos e publicados por ALBERGARIA e PIRES (2002), permite concluir que foi essencialmente em concelhos do interior do país que surgiram mais casas de TER, nomeadamente naqueles que fazem parte das sub-regiões do Minho-Lima e Tâmega – cada uma registou uma variação positiva de 48 estabelecimentos de TER. É oportuna a ideia de CAVACO (1999-a: 297): “Destacam-se os concelhos do Lima, designadamente o de Ponte de Lima, que funcionou como foco difusor, repartição que além de traduzir uma dinâmica mais recuada no tempo e mais forte, reflecte a força da proximidade do Parque Nacional Peneda-Gêses (...)”. Ainda importante é o crescimento de unidades de TER em Dão-Lafões (+32), Douro (+30), Madeira (+28), Alto Alentejo (+26) e Alentejo Central (+26).

Esta trajetória de forte crescimento nos anos 90 deve-se, fundamentalmente, ao aproveitamento dos apoios financeiros para o sector e às condições de acesso muito vantajosas – com largas margens de fundo perdido e/ou juros bonificados – que têm sido oferecidas aos titulares de casas para recuperar e adaptar configuráveis ao “espírito” do TER. A contrapartida, por parte dos beneficiários, é manter, por um período mínimo, o edifício afecto ao acolhimento de turistas.

A informação estatística mais recente sobre esta matéria, nomeadamente o relatório “O Turismo no Espaço Rural” que apresenta uma síntese dos principais resultados de um inquérito realizado, em 2005, pela Direcção Geral do Turismo, às unidades do TER, permite evidenciar as tendências que marcam a primeira metade desta década. A leitura da oferta do TER, no período 2000-2005 (quadros 2 e 4), indica um aumento muito significativo do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento, que passou de 668 para 1053 (+57.6%), e de 6293 para 10792 (+71.5%), respectivamente. Portanto a oferta do TER cresceu de 11.5 a 14.3% ao ano, conforme a referência seja o número de estabelecimentos ou o número de

camas. De outro modo, o crescimento absoluto destas duas variáveis em apenas cinco anos (2000-2005) esteve próximo do comportamento das mesmas no período 1990-2000.

A decomposição da análise, a partir do número de estabelecimentos de TER, segundo as suas diversas modalidades (quadro 4), revela as seguintes particularidades: o turismo rural mantém-se como a modalidade mais significativa, embora com ligeira diminuição em relação a 2000 (de 41.9%, para 39.5%); o turismo de habitação é menos representativo em 2005 (23.6%) do que era em 2000 (34.3%), tal como acontece com o Agroturismo (de 17.8% em 2000, para 14% em 2005); pelo contrário, a modalidade Casas de Campo registou a maior variação no número de estabelecimentos (de 6 para 22.2% das unidades inscritas no TER); por último, a referência ao Turismo de Aldeia que, como modalidade recente, tem ainda pouca expressão (0.8%). O indicador número de camas aponta no mesmo sentido, com oscilações de pormenor como acontece com as Casas de Campo (apenas 11.7% do total) e o Turismo de Habitação (que supera em quase 5% o peso desta modalidade na componente número de unidades de TER). Deste modo, no final de 2005 foram contabilizados 1053 estabelecimentos de TER, que apresentavam uma capacidade de alojamento de 5497 quartos e 10792 camas.

Quadro 4. Número de estabelecimentos e capacidade de alojamento de turismo em espaço rural, em 2004 e 2005, por modalidades (Portugal)

Modalidades	Nº de Estabelecimentos			Nº de Camas		
	2005	2004	Variação (%) 2005/2004	2005	2004	Variação (%) 2005/2004
Turismo de Habitação	248	247	0,4	2838	2775	2,3
Turismo Rural	416	406	2,5	4099	3884	5,5
Agroturismo	147	146	0,7	1846	1827	1
Casas de Campo	234	162	44,4	1744	1148	51,9
Turismo de Aldeia	8	4	100	265	181	46,4
Total	1053	965	9,1	10792	9815	10

Fonte: DGT ( 2006: 3).

Por outro lado, a análise por regiões, em 2005 (quadro 5), revela que o Norte continua a ser a região com maior capacidade de alojamento<sup>16</sup> (43.8%

<sup>16</sup> Após a publicação deste trabalho, os dados disponíveis permitem afirmar que no ano de 2007, estavam em funcionamento em Portugal 1023 unidades de turismo no espaço rural, com um total de 11327 camas (as modalidades de turismo rural e

dos estabelecimentos e 43.1% das camas, seguida da região Centro, com 23.2% das unidades de alojamento e 23.8% das camas. Como reconhece a DGT, a “distribuição regional da oferta de unidades TER mostra a sua incidência nas regiões com menor peso na oferta turística, o que poderá traduzir-se em pólos potenciadores da diversificação da nossa oferta turística” (DGT, 2006: 5).

Quadro 5. Número de estabelecimentos e capacidade de alojamento de turismo em espaço rural, em 2004 e 2005, por NUTS II (Portugal)

Regiões	Nº de Estabelecimentos			Nº de Camas		
	2005	2004	Variação (%) 2005/2004	2005	2004	Variação (%) 2005/2004
Norte	461	429	7,5	4647	4231	9,8
Centro	244	240	1,7	2570	2525	1,8
Lisboa	28	31	-9,7	297	333	-10,8
Alentejo	166	145	14,5	1880	1649	14
Algarve	31	30	3,3	333	320	4,1
Açores	74	47	57,4	583	362	61
Madeira	49	43	14	482	395	22
Total	1053	965	9,1	10792	9815	10

Fonte: DGT (2006: 4).

Noutro sentido, importa dizer que o turismo no espaço rural “beneficia ainda directamente de outros sistemas de incentivos orientados para as PME e as micro-em-presas ou de carácter global e rural e iniciativa comunitária” (CAVACO, op. cit., 303). A propósito deste último domínio, é pertinente o exemplo do programa LEADER, uma vez que o alojamento turístico foi um

turismo de habitação concentravam quase 60% das camas disponíveis) e 664500 dormidas. Os residentes em Portugal foram responsáveis por 55% e os residentes no estrangeiro asseguraram 45% das dormidas estimadas para o país – a Alemanha com uma quota de 25% do total das dormidas, liderou o ranking dos mercados estrangeiros. Em relação a 2006, foram contabilizadas mais 461 camas (4,2%), mais 11 unidades (1,1%) de TER e mais 165000 dormidas (33%).

Em 2008, de acordo com o Turismo de Portugal, foram contabilizadas 1047 unidades de turismo de habitação e turismo no espaço rural, com um total de 11692 camas (o que corresponde a um acréscimo de 3,2% em relação a 2007). O número de dormidas (523500) decresceu 21,2% face a 2007 (a que corresponde uma diminuição efectiva de 145000). A procura é mais intensa no Alentejo, Norte e Centro (com 75% das dormidas, ou seja, mais 3% em relação a 2007) e os residentes em Portugal foram responsáveis por 56% das dormidas estimadas.

sector privilegiado em especial no LEADER I, ao passo que o LEADER II diversificou o leque de iniciativas apoiadas no espaço rural, embora sem ter deixado de apoiar iniciativas de alojamento turístico, animação turística e serviços de apoio. Com efeito, ALBERGARIA e PIRES (op. cit., 442) referem que o TER absorveu 42% do financiamento total mobilizado no âmbito do LEADER I em toda a União Europeia, e foi a actividade predominante na apresentação de projectos em 33% das “zonas” LEADER. MORENO (2002: 201), em relação à estrutura dos investimentos LEADER em Portugal, conclui que “a mais notável alteração da primeira à segunda fase do LEADER ocorreu com a medida/acção TER, que passou de cerca de 50% (57%, em termos de execução efectiva) para apenas 26.5%”.

A componente de recuperação e valorização do património construído, em especial níveis patrimoniais de grande valor histórico e arquitectónico para o país, é um dos eixos mais visíveis do TER, o que tem levado alguns autores a reconhecer que esse efeito é mais evidente do que os induzidos no campo empresarial. A investigação realizada por JOAQUIM (op. cit., 308), no período de 1989 a 1999, permitiu concluir que “apenas 20% dos promotores se dedicam em exclusividade ao TER”.

“Assim sendo, é também plausível argumentar-se que, numa perspectiva meramente economicista, os benefícios privados do TER ultrapassam os que dele decorrem em termos sociais” (RIBEIRO, op. cit., 208). A recuperação e conservação do património pessoal e familiar – que tem prevalecido, ao longo destes anos, sobre a dimensão empresarial – representam a motivação dominante no envolvimento com o TER. Por outro lado, o referido apoio financeiro reflecte-se também na atitude passiva de muitos proprietários aderentes que não têm objectivos empresariais bem definidos, apenas procuraram tirar partido dos programas e aguardam o final do compromisso a que estão vinculados. A taxa de ocupação das unidades de TER – mesmo sabendo das dificuldades de recolha de elementos estatísticos e portanto as muitas e sérias reservas com que deve ser tomada –, que em 2000 não atingiu 15%, é um sinal deste estado de inércia cultivado por um grupo de proprietários (CARVALHO, 2005). Os dados nacionais mais recentes revelam que em 2005 a taxa média de ocupação-cama foi de 13.6% (DGT, 2006).

Ainda segundo a DGT (2006), a estimativa das dormidas para o total do País (em 2005) atingiu os 453.5 milhares dos quais cerca de 53% corresponderam a dormidas nacionais. Os principais mercados emissores de dormidas, a Alemanha e o Reino Unido, foram responsáveis por cerca de 47% das dormidas de estrangeiros. «Em termos regionais, estes dois

mercados apresentaram preferências distintas, enquanto os turistas oriundos da Alemanha preferiram o Alentejo, os do Reino Unido procuraram mais a região Norte. Uma análise aos dois principais mercados emissores revela que enquanto os turistas da Alemanha preferiram as Casas de Campo, a maior parte dos do Reino Unido procuraram o Turismo de Habitação» (DGT, 2006: 8). Contudo, em 2005, o Turismo Rural foi a modalidade com o maior número de dormidas.

Em relação ao perfil dos proprietários sabemos, de acordo com estudos recentes (CAVACO, 1999-a; JOAQUIM, 1999; ALBERGARIA e PIRES, 2002; RIBEIRO, 2003), que são indivíduos (e famílias) quase sempre pertencentes a estratos sociais elevados, dispendo, na maioria dos casos de várias fontes e de montantes de rendimento suficientemente elevados para não dependerem ou sequer necessitarem das receitas que a actividade turística pode gerar. Predominam os níveis elevados de formação académica e de qualificação profissional, e em certos casos trata-se de recém reformados (55-60 anos). Os agricultores têm fraca representatividade neste sector.

Portanto, como admite RIBEIRO (op. cit.), uma das fragilidades do TER na perspectiva do seu modesto contributo para a recuperação e redinamização das economias locais, estará relacionada com o perfil dos beneficiários. Opinião semelhante manifesta JOAQUIM (op. cit., 305; 311): “o turismo em espaço rural (...) decisivamente não tem cumprido o seu papel, nomeadamente ao nível da necessidade de encontrar novas vocações para o espaço rural. Esta situação deve-se sobretudo à sua natureza familiar e a um processo de desenvolvimento extremamente elitizado”. Ainda segundo esta autora, “a criação de novas figuras de TER, nomeadamente o turismo em casa de campo, configura um ferramenta que abre perspectivas a um importante desenvolvimento do turismo rural e paradoxalmente ao cumprimento do DL 256/86”, pois tratando-se de um turismo menos “elitizado” e de “não-coabitação” pode vir “a permitir um maior enraizamento local da actividade turística e contribuir para a sustentabilidade económica das regiões envolvidas”.

Contudo, não restam dúvidas de que «o espaço rural é codificado pelos patrimónios culturais e naturais e protagonizado por estratos sociais intelectualizados com algum poder económico. Tratar-se-á de um duplo consumo simbólico, por parte dos protagonistas e dos visitantes, onde a “profissionalização” do típico” se constitui como reinvenção do rural, estruturadora de novos produtos turísticos» (JOAQUIM, op. cit., 310).

### **3. Conclusão**

As novas orientações e políticas da União Europeia para o mundo rural configuram importantes plataformas de incentivo às novas funções e utilizações dos espaços rurais. Neste contexto, o turismo representa um eixo de grande visibilidade nas tentativas de diversificação da economia rural e de revitalização das suas estruturas demográficas, sociais e territoriais.

O turismo em espaço rural, correspondendo a diversas actividades turísticas, apresenta como características principais a utilização de recursos endógenos (naturais e culturais), a preocupação de conservar e valorizar património(s), a pequena dimensão da unidade de exploração, a atitude participativa e o tratamento personalizado dos turistas.

A construção da oferta de TER emerge de forma paralela em relação a importantes mudanças sociais, como o nível crescente de instrução, o aumento do tempo livre (e novas tendências de gestão dos mesmos), a melhoria das infra-estruturas de acesso e das comunicações, o movimento de valorização do mundo rural (reserva ambiental e patrimonial). Por outro lado, tem recebido importantes apoios e incentivos financeiros públicos, no âmbito de novas orientações políticas.

No caso de Portugal, o TER conheceu nos últimos anos um importante impulso em termos de alargamento da oferta de alojamento (indissociável da emergência de novas modalidades). A actual capacidade de alojamento, apesar de exceder as 1000 unidades e de estar próxima das 11000 camas, representa ainda uma pequena parte da oferta global de alojamento turístico do país.

Não obstante as inequívocas tendências de afirmação que revela, o TER apresenta resultados limitados em relação ao objectivo de aumentar o rendimento dos agricultores e a qualidade de vida das populações locais. Enquanto plataforma de transição do agrícola para o rural configura desafios que não passam pela esmagadora maioria da sociedade rural. Ao invés, na óptica de desenvolvimento turístico, o TER afirmou-se pela sua alta qualidade (e preço) e atingiu resultados muito animadores enquanto estratégia de diversificação dos produtos turísticos (RIBEIRO, 2003).

### **Referências Bibliográficas**



ALBERGARIA, H. e PIRES, S. (2002) – “O turismo e o desenvolvimento dos espaços rurais de fraca densidade”. *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Actas do VII Encontro Nacional da APDR*. Coimbra, APDR, vol. I, pp. 441-459.

BALANABIAN, O. (1999) – “Le tourisme vert : défi ou utopie? ”. In CAVACO, C. (coord) : *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, EPPRU n.º 50, CEG/UL, pp. 255-261.

CARVALHO, P. (2005) – *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC. Coimbra, 657 pp.

CARVALHO, P. (2006) – “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”. In SANTOS, G.; VIEIRA, R. e MENDES, M. (eds.): *Actas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades* (29 e 30 de Novembro). Leiria, Projecto de Investigação Identidades & Diversidades do Instituto Politécnico de Leiria, 21 pp.

CARVALHO, P. (s/d) – *Novas orientações da União Europeia para o desenvolvimento rural. Notas a propósito do FEADER* (inédito).

CAVACO, C. (1999-a) – “Turismo rural e turismo de habitação em Portugal. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 293-304.

CAVACO, C. (1999-b) – “O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 281-292.

CAVACO, C. (2003) – “Ambiente e usos do território: reflexões incómodas”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 189-198.

BUTLER, R.; HALL, C. M. and JENKINS, J. (1998) – “Continuity and Change in Rural Tourism. Introduction”. In BUTLER, R. et al.: *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons, pp. 3-16.

DGT (2005) – *Férias dos Portugueses 2004*. Lisboa, Direcção Geral do Turismo (in <http://www.dgt.pt/estudos>; consulta em 25 de Março de 2005).

DGT (2006) – *O Turismo no Espaço Rural 2005*. Lisboa, Direcção Geral do Turismo, 18 pp. (in <http://www.center.pt/estudos>; consulta em 20 de Novembro de 2006).

FIGUEIREDO, E. (1999) – “Ambiente rural: a utopia dos urbanos?”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 263-279.

FIGUEIREDO, E. (2003) – “Entre o vivido e o desejado: o papel do ambiente na nova dicotomia rural/ urbano”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 149-166.

HALL, D.; ROBERTS, L. and MITCHELL, M. (2003) – “Tourism and the Countryside: Dynamic Relationships”. In HALL, D.; ROBERTS, L. and MITCHELL, M. (eds.): *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate, pp. 3-15.

HOPKINS, J. (1998) – “Commodifying the countryside: marketing myths of rurality”. In BUTLER, R. et al.(eds): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons.

JOAQUIM, G. (1999) – “Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 305-312.

LAURENS, L. (1999) – “Agriculture et environnement en France. Du patrimoine naturel au developpement durable”. In BOWLER, I. et al. (eds): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems. IGU Commission on “The Sustainability of Rural System*. Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa, série estudos nº 2, pp. 81-88.

LÓPEZ IGLÉSIAS, E. (2004) – “El proceso de ajuste estructural en la agricultura española durante la década de los 90: implicaciones para el modelo de agricultura”. *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*. SPER/ESAB/AEEA, Bragança, 20 pp. (edição em cd-rom).

LÓPEZ PALOMEQUE, F. (2001) – “Espacios y destinos turísticos”. In GIL OCINA, A. e GÓMEZ MENDOZA, J. (coords.): *Geografía de España*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 545-571.

McGETTIGAN, F. (2005) – “Uma Análise do Turismo Cultural e a sua relação do Lugares de Peregrinação”. In ITP (ed.): *Novos Consumos. Novos Produtos. Encontro Técnico 2003. Livro de Actas*. Lisboa, Instituto de Turismo de Portugal (ITP), pp. 127-146.

MONTEIRO, M. L. e CARVALHO, F. (2006) – “O Turismo no Espaço Rural e a intervenção da Direcção Regional de Economia do Centro”. In *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 6. Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 55-62.

MORENO, L. (2002) – *Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminantes*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 498 pp.

PORTELA, J. (2003) – “Portugal-Chão: que futuro futurível?”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 3- 33.

PRATS, J. (2001) – “El proceso de elaboración del plan de ordenación del turismo en el parque natural de la zona volcánica de la garrotas, según la carta europea de turismo sostenible en los espacios protegidos”. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 31, pp. 205-213.

RODRIGO, I. (2003) – “A questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas da União Europeia”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 167-187.

RODRÍGUEZ MARTINEZ, F. (2001) – “Las montañas: poblamiento y sistemas agrarios”. In GIL OCINA, A. E GÓMEZ MENDOZA, J. (coords.): *Geografía de España*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 371-391.

RIBEIRO, J. Cadima et al. (2002) – “O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal”. *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Actas do VII Encontro Nacional da APDR*. Coimbra, APDR, vol. I, pp. 329-341.

RIBEIRO, M. (2003) – “Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 199-215.

SHARPLEY, R. (2003) – “Rural Tourism and Sustainability – A Critique”. In HALL, D.; ROBERTS, L. and MITCHELL, M. (eds.): *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate, pp. 38-53.

**Turismo e Imagem Turística**  
**Abordagem geográfica a partir da Lousã (Cordilheira Central)**

## **1. Turistificação e patrimonialização: fenómenos da modernidade**

“As relações entre Património e Turismo merecem sem dúvida uma reflexão contínua e cada vez mais aprofundada”.

José Manuel PEREIRA DE OLIVEIRA, 1992: 87.

Apesar de as práticas turísticas remontarem a tempos recuados, apenas nas últimas décadas se verifica uma verdadeira organização e sistematização do turismo, de tal forma que o turismo moderno, na perspectiva das facetas que hoje se reconhecem, tem pouco mais de cinco décadas. Em particular é a segunda metade do século passado que marca o enraizamento e uma fase de grande crescimento e diversificação da actividade turística no plano internacional.

Com efeito, desde o início dos anos 50 até aos nossos dias, o número de turistas internacionais cresceu de forma espectacular: 25 milhões (1950), 170 milhões (1970); 500 milhões (1990), 698 milhões (2000) e 842 milhões (2006). As previsões da Organização Mundial do Turismo apontam para cerca de 1000 milhões em 2010, e 1500 milhões em 2025. Neste contexto de globalização e massificação da actividade turística, Portugal recebeu em 2003 quase 12 milhões de turistas, valor que corresponde a 1.7% do total e ao 16º lugar no ranking mundial (CRAVIDÃO, 2006). No entanto, o nosso país, segundo a perspectiva do “Plano Estratégico Nacional do Turismo” (2007), “(...) perdeu quota de mercado a nível internacional e está muito dependente de quatro mercados emissores e do desempenho de três regiões – Algarve, Lisboa e Madeira –, sendo ainda afectado por uma elevada sazonalidade e limitações nas ligações aéreas”.

No período em análise, o turismo assumiu, de modo crescente, a importância de uma das principais e mais promissoras actividades económicas a nível mundial. Em Portugal, como reconhece o referido “Plano Estratégico Nacional do Turismo” (publicado no Diário da República, 1ª série, nº 67, de 4 de Abril de 2007), o turismo é um dos principais sectores da economia nacional, “tendo o seu peso na economia vindo a crescer nos últimos anos (11% do PIB em 2004)”, empregando cerca de 11% da população activa.

Esta trajectória ascendente, justificada pela conjugação de diversos factores de progresso e bem-estar material e imaterial, suscitou o interesse crescente dos lugares no sentido de captar fluxos turísticos e conduziu a

importantes preocupações designadamente no que ao planeamento do turismo diz respeito.

Contudo os sinais mais evidentes e a percepção moderna da importância do turismo como fileira económica emergente remonta às últimas décadas do século XIX e alvor do século XX, quando o lançamento da viação moderna, designadamente o caminho de ferro, aproximou e abriu os territórios, estimulou as deslocações internas e permitiu pensar a integração de muitos lugares no quadro do lazer turístico.

Partilhamos a ideia de MIOSSEC (1970), citada por CRAVIDÃO e CUNHA (1991: 202) de que “O espaço turístico é antes de tudo uma imagem”. “Imagem complexa, sonhada, adormecida, algumas vezes realizada e que reflecte livros, filmes, pinturas, roteiros, odores, sons, sensações, enfim as experiências e o imaginário de cada indivíduo. Imagens diferentes que se sobrepõem ou não, mas que têm um papel fundamental na escolha deste ou daquele lugar” (Ibidem).

“Nesta linha de pensamento destaca-se o desafio de construir imagens atractivas e diferenciadas num contexto de crescente competição entre lugares. O objectivo é criar novos hábitos de procura e preferências dos turistas, bem como multiplicar os destinos (alternativos aos convencionais) e as formas de turismo. Por outras palavras, a ambição está centrada na tentativa de diversificar a oferta turística e dos respectivos interesses turísticos, procurando criar uma imagem turística de qualidade que identifique e promova os territórios no panorama turístico nacional e internacional” (CARVALHO, 2007: 2).

Como reconhece CAVACO (2005: 415), a década de 30 é um marco muito importante na promoção turística de Portugal “com base no património histórico-cultural, na paisagem, no clima e na cultura popular”.

A estratégia do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo envolveu dois objectivos principais: por um lado, captar turistas de elevado poder económico, nomeadamente estrangeiros, relacionados com os grandes hotéis modernos, clubes, casinos, teatros e outros importantes equipamentos de lazer; por outro lado, valorizar o turismo interno, uma vez que este representava uma procura mais regular, estável e difusa pelo território (CAVACO, op. cit.).

A acção dos municípios no âmbito da construção dos espaços turísticos internos (e alternativos como o campo e a montanha) foi de grande relevância, designadamente a iniciativa das Comissões Municipais de Turismo e de destacadas figuras da cultura na promoção cultural e turística de Portugal (CARVALHO, op. cit.).

Este movimento pioneiro, centrado nos recursos eco-culturais, conhecerá um amplo desenvolvimento e renovação nos últimos anos, no âmbito da emergência de uma nova fase do turismo. A flexibilização e a segmentação da actividade turística influenciaram muitos lugares a valorizar os seus recursos ecológicos e culturais com o intuito de aumentar o seu perfil competitivo.

O património, conceito multidimensional e de crescente amplitude e plasticidade temática (no amplo espectro das dimensões tangíveis e intangíveis), destaca-se como recurso diferenciador dos territórios e pode ser utilizado para obter vantagem no quadro da competição entre os lugares, por via de estratégias inovadoras que tendem a envolver agentes/operadores públicos e privados (cada vez mais em regime de parceria e segundo uma lógica de rede), no desenho de novos produtos de turismo (como, por exemplo, nas vertentes ecológica e cultural) destinados a captar segmentos específicos da procura turística (CARVALHO, op. cit.).

Ao mesmo tempo, a evolução recente do comportamento dos turistas indica também o crescimento das preocupações patrimonialistas e a valorização de experiências únicas e do contexto dialéctico da paisagem, segundo uma perspectiva de maior participação, envolvimento e exigência no que concerne aos lugares e aos patrimónios.

O quadro evolutivo que acabámos de traçar merece de seguida uma análise mais aprofundada e detalhada a partir do exemplo da Lousã e da Serra homónima. Esta subunidade morfo-estrutural, no limite ocidental da Cordilheira Central portuguesa, funciona como linha divisória das bacias hidrográficas do Mondego e Zêzere. Do ponto de vista administrativo, a Serra da Lousã reparte-se pelos municípios de Penela, Miranda do Corvo, Lousã e Góis, no distrito de Coimbra, e Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande, no distrito de Leiria. O levantamento vigoroso da Serra da Lousã e o contraste com as terras baixas da bacia sedimentar de Miranda do Corvo-Lousã-Góis-Arganil, assim como a transição brusca dos quadros urbanos para o domínio de uma certa ruralidade, faz da montanha um símbolo marcante da paisagem. Pedindo de empréstimo uma ideia original de TORGA (1950), a respeito da paisagem duriense captada em São Leonardo de Galafura, podemos referir que os pontos culminantes da Serra da Lousã (Trevim e Santo António da Neve, a 1205 e 1193 metros de altitude, respectivamente) configuram os mastros de um navio de penedos telúricos a navegar na extremidade ocidental das cumeadas que separam o Mondego e o Zêzere.

## **2. Construção e projecção de imagens e espaços turísticos: o exemplo da Lousã**

“A Serra que domina a paisagem e que tem sido a principal e grande característica da Lousã, será ainda no futuro o seu principal cartaz de Turismo e talvez um grande factor de progresso e de renome”.

Álvaro VIANA de LEMOS, 1951: 157.

A inclusão e afirmação dos territórios no fenómeno turístico supõem um processo de construção e difusão da imagem que, em princípio, acompanha a dotação de infra-estruturas e equipamentos turísticos. Como já se referiu, o propósito da presente reflexão, que retoma e amplia uma temática da investigação realizada no âmbito do nosso doutoramento (em Geografia), é analisar a participação da Lousã no fenómeno turístico a partir da interpretação de diversos suportes e acções diversas para construir e projectar uma imagem de destino turístico. Assim, por via de descrições corográficas, livros de viagens, textos literários, relatos, pinturas, fotografias e materiais específicos de promoção, entre outros, destinados a difundir o conhecimento de um espaço geográfico concreto, procuramos compreender o modo como se construiu e divulgou a Lousã turística.

A prossecução deste objectivo tem subjacente a ideia de que a Serra é o principal eixo de vertebração turística da Lousã.

### **2.1 Os primeiros excursionistas**

A Serra da Lousã como paisagem de fruição é um fenómeno relativamente moderno, que podemos reportar aos meados do século XIX. A descoberta da montanha deve muito ao excursionismo e aos seus cultores (homens de letras, artes e ciências). Os depoimentos e as impressões que legaram correspondem para algumas áreas do país, sobretudo do interior, como é a Serra da Lousã, aos primeiros textos publicados. Contudo, não induziu aí qualquer processo de apropriação da paisagem, ao contrário do que aconteceu na segunda metade de Oitocentos, em outras regiões, após a redescoberta dos valores terapêuticos das águas termais e das águas salgadas, quando o termalismo e o turismo balnear, impulsionados pelas classes de elite e apoiados no lançamento do caminho-de-ferro, conheceram importante fase de afirmação (CAVACO, op. cit.; CRAVIDÃO, 1989).

A Serra da Lousã no decurso do século XIX foi palco para as primeiras viagens turísticas, culturais e científicas, e através dos registos desses



viajantes de antanho foi possível fixar para a posteridade os traços fundamentais da sua organização espacial, tal como permitiu lançar os alicerces da construção de uma certa imagem de montanha, a partir da sugestão dos textos literários e científicos. De igual modo exerceu grande influência no imaginário de todos aqueles que não a conhecendo deambularam pelos seus recantos guiados pela magia das palavras e das imagens publicadas. Antes, conhecemos alguns relatos como, por exemplo, BALBI (1822) e CORNIDE (1800), citados por CARVALHO (2005), embora sem grande expressão literária e científica, pois o espírito das viagens tardou a afirmar-se em Portugal, e a Serra não tinha motivos de especial interesse, nem era ponto de passagem em qualquer itinerário importante.

A montanha é, pela sua imponência, a imagem mais marcante da paisagem e foi o fascínio pelo desconhecido que alimentou a curiosidade dos primeiros viajantes.

No mês de Julho do longínquo ano de 1838, o Professor Adrião Pereira Forjaz de Sampaio e um grupo de personalidades de Coimbra, a convite do proprietário do Engenho do Papel do Penedo (Lousã), realizaram uma digressão à Lousã. Esta efeméride, considerada como a primeira viagem de índole turística e cultural à Serra da Lousã, teve uma enorme relevância na construção e divulgação de uma certa imagem de beleza e grandiosidade da Serra da Lousã.

As impressões colhidas durante a viagem e a estada na Lousã foram narradas de forma pormenorizada e em bom estilo literário pelo jovem Lente da Universidade de Coimbra, em opúsculo, sob o título “Uma Viagem à Serra da Lousã no mês de Julho de 1938”. Forjaz de Sampaio justifica a iniciativa, com a necessidade de conhecer o território e as gentes que o animam, como se depreende da expressão: “Cruzar o terreno em todas as direcções; largar as estradas reais e trepar pelo carreiro íngreme e tortuoso do pastor; subir dos vales aos cumes mais erguidos das montanhas; examinar e estudar os monumentos, que topamos; embriagar a nossa alma com todas delícias, que o aspeito da natureza liberaliza neste país abençoado, eis o nosso maior prazer. Voltamos com mais ideias no espírito e ardor no coração” (SAMPAIO, 1938: 30).

Os apontamentos que tomou, religiosamente conservados, serviram de base ao lançamento do referido registo, organizado em cinco capítulos: 1. Da serra e dos campos da Lousã; 2. O altar do Trevim; 3. A fábrica do papel; 4. O Castelo; 5. O Penhasco das Ermidas, que correspondem aos motivos de maior interesse da visita (CARVALHO, op. cit.).

Desde logo, é o contraste paisagístico entre a bacia e a montanha que prende a atenção do autor: “Compõe-se toda esta formosa serra de montes levantados sobre montes, e cortados de infinitas gargantas e valeiros. Diferentes rios de aí trazem a origem, os quais nas suas faldas vão regando veigas aprazíveis e campos fertilíssimos. Grandes povoações, e um sem número de aldeias e casais povoam as abas das montanhas; e ainda mesmo pelo centro se divisam muitas searas de trigo e lugarejos habitados de lavradores e pastores, que ali vivem quase à lei da natureza”.

“Nas pausas, que éramos forçados a fazer de quando em quando, deleitava-se-nos a vista e o pensamento, olhando os formosos campos da Lousã, (...) salpicados de muitos e diferentes lugarejos, que juntos aos edifícios da vila, grandes muros, e pilares de propriedades nobres avivam a beleza do painel.

São as fazendas umas das outras separadas, as secas por uma linha de oliveiras, e as de regas por loureiros, choupos, e figueiras coroados e enlaçados de videiras. É como um jardim continuado, que em muitos lugares sobe um pouco pelas abas da montanha. Cruzam-se por aí muitas estradas, que oferecem passeios agradáveis” (SAMPAIO, op. cit., 38).

O Trevim, um dos grandes mirantes do Centro de Portugal, foi paragem obrigatória do seu roteiro de viagem. Deixemo-nos envolver pelas palavras de SAMPAIO (op. cit., 23) fixadas na contemplação da paisagem:

“Levantado de todos os lados, e como figurando um altar da natureza (...), a 2500 pés (...) acima do nível do mar, e não tendo por toda aquela redondeza alguns competidores, apenas nos confins do horizonte o excediam a serra da Gata, ao Nascente, na Espanha, e ao Nordeste o Malhão, na Estrela. (...)

Espessa névoa nos tolhia a vista dos belos campos do Ribatejo, e planícies do Alentejo, que por esta extremidade haveríamos de avistar”.

Também os poços para guardar a neve, no planalto sobranceiro ao Trevim, junto da Capela de Santo António, foram assinalados pelo autor.

Três outros elementos completam a descrição: o engenho do papel, o castelo e as ermidas, na ribeira de São João (limiar da montanha).

“Se a amenidade dos campos e a altura das serras ostentam junto da Lousã as suas graças naturais, o economista folga de ver estas formosas searas e aqueles numerosos rebanhos a par de uma fábrica em sensível progresso. Se o filósofo pode ofertar ao Eterno no altar do Trevim o incenso das mais nobres ideias e pensamentos, o romancista e o poeta encontram aqui um vale tão original e curioso, tão rico da natureza, e de arte de outras

eras, que nos parece, que por ele trocariam de bom grado os campos, a fábrica e o Trevim” (SAMPAIO, op. cit.).

O enquadramento cenográfico da fábrica (o engenho do papel) encantou Forjaz de Sampaio: “As árvores, os penhascos, as águas do rio e da levada, as ladeiras empinadas e altíssimas da serra, o céu toldando este recinto, eis os únicos objectos que se divisam e que lançam na alma uma doce melancolia». Na contemplação da paisagem de sonho que o absorveu totalmente, Forjaz de Sampaio escolheu a levada como o seu passeio favorito: «Uma elegante latada sobre formosos pilares cobre o dique ao sair do edifício, quase até meia distância da casa das massas. Sucedem-lhe choupos abraçados com videiras e outras árvores, que sobem a assombrar o passeio. Mais ao diante, da banda da serra, trocam-se as rochas por um pequeno souto, cujos compridos ramos e largas folhas vêm dependurar-se sobre as claras águas da levada” (SAMPAIO, op. cit.).

A Serra da Lousã, tal como foi descrita por Adrião Forjaz de Sampaio, corresponde ao primeiro relato circunstanciado a partir de uma observação atenta e cuidada; o seu estilo literário, eloquente e entusiástico, é também um convite para que outros, guiados pela sugestão da escrita, viessem à descoberta das suas paisagens (CARVALHO, op. cit.). De certa forma, assim aconteceu oito anos depois (em 1846), com José Isidoro Viana a realizar uma digressão à Lousã, para visitar familiares da Casa e Engenho do Penedo. Durante dois meses, o jovem de 21 anos, deambulou pela Lousã e arredores, e dessas excursões deu conta no manuscrito, publicado em 1960 por Eugénio de Lemos. Contudo, naquilo que diz respeito à Serra da Lousã, as ideias expostas acompanham de perto o texto de Adrião Forjaz de Sampaio, sem mais nada acrescentar.

Depois, na segunda metade de oitocentos, sucedem-se outras notícias, assinadas por figuras relevantes do panorama científico, que deambularam pela Serra da Lousã, sobretudo fazendo escala no roteiro de outras caminhadas: Alexandre HERCULANO (1853), J. RIVOLI e Bernardino de BARROS GOMES (1873), Júlio HENRIQUES (1887). O interesse dos viajantes continua a ser o coração da montanha, sobretudo o Trevim e o Planalto da Neve, e a Lousã aparece como ponto de apoio na travessia do sector setentrional da montanha. Os textos dão conta da degradação paisagística da Serra, relacionada com o processo de desarborização e os intensos efeitos erosivos (CARVALHO, op. cit.).

De igual modo importa sublinhar a importância dos artigos escritos por jornalistas, como, por exemplo, BRITO ARANHA (1871). As gravuras que

acompanham alguns textos configuram as primeiras representações de símbolos patrimoniais e paisagens da Lousã.

Em todo este processo a elite local teve um papel muito relevante, designadamente no que concerne ao acolhimento dos viajantes. Os proprietários do Engenho do Penedo (família Lemos), o académico Vicente Ferrer Neto de Paiva (lente da Faculdade de Direito de Coimbra; reitor da mesma Universidade; conselheiro de Estado) e o comendador João Elisário de Carvalho Montenegro (filantropo; iniciador da emigração lousanense para o Brasil), entre outros, souberam acolher nomes destacados da sociedade portuguesa de então, com quem partilhavam interesses e relações de amizade. Contudo, a ideia moderna do turismo e a propaganda turística apenas assumem expressão na Lousã no alvore do século XX.

## **2.2 A génese do turismo e o guia de viagem como suporte de divulgação e fruição da paisagem**

O folheto “O Viajante na Lousã”, publicado por ocasião da inauguração do caminho-de-ferro de Coimbra à Lousã (no dia 16 de Dezembro de 1906), assume em definitivo o objectivo de divulgar as paisagens e informar os viandantes sobre os motivos de interesse da Lousã. O autor do primeiro suporte de informação e divulgação turística da Lousã é Álvaro Viana de Lemos (1881-1972). Este lousanense erudito, que desde muito cedo percebeu a importância do turismo como actividade económica emergente e a necessidade de auxiliar o viajante nas suas excursões pelo país, iniciava assim uma colaboração dedicada e profícua de largas décadas com a Lousã, como explicamos (de modo detalhado) no decurso do presente artigo.

O “Viajante na Lousã” reflecte a ambição de incluir a Lousã no mapa turístico de Portugal, no momento em que a vila foi “chamada à convivência do mundo, achando-se ligada pela mais cómoda e fácil comunicação com todos os centros da actividade humana” (LEMOS, 1906: 4). Com efeito, “A sua excepcional situação e belezas naturais dão-lhe porém, desde hoje, direito de ambicionar um lugar entre os pontos obrigatórios da visita ao excursionista estrangeiro.

Assim como o estrangeiro que passa por Lisboa não deixa de ir a Sintra ou Cascais, assim o que passar por Coimbra não deixará um dia de visitar o Buçaco e a Lousã” (LEMOS, op. cit., 4).

Este fascículo, estruturado em sete pontos, retoma os tópicos delineados por Forjaz de Sampaio, enfatiza a “Serra” e acrescenta dois campos novos: “A Lousã antiga” e “Passeios e pontos de vista”. Nos “Aspectos gerais” descreve-se a paisagem captada do comboio, vindo de Coimbra, ao entrar na

bacia da Lousã. Destaca-se “(...) em toda a sua extensão o casario branco da vila emoldurada, na frente, por uma viçosa e bem cuidada lavoura, e detrás pelo verde-negro dos pinheiros, pelos cinzentos olivedos e pelos contrafortes da gigantesca serra da Lousã.

A rua principal da vila, embora estreita e irregular (...) apresenta alguns edifícios notáveis, como várias casas brasonadas, bons tipos de casa portuguesa, o pequeno hospital, a capela da misericórdia e o Palácio Salazar.

A vila em si nada mais tem que ver: os arredores por... os passeios, tendo como ponto central a vila, é que são tudo” (LEMOS, op. cit. : 5).

“Faltando-lhe unicamente os aspectos marítimos, poucas terras se poderão ufanar de poder proporcionar às exigências do moderno touriste (em tão curtas distâncias) satisfação nos mais variados apetites do admirador da natureza.

Boas estradas para trem, automóvel ou bicicleta, variadíssimos caminhos e terrenos próprios para passeios a cavalo ou a pé, terrenos acidentados, apropriadíssimos para comodamente exercitar o alpinismo, esplêndidos pontos de vista, puríssimo ar, altitudes, ótima água brotando da rocha, uma população hospitaleira e laboriosa; tudo enfim concorre para um excursionista de bom gosto poder em 3 ou 4 dias vir aqui retemperar-se e desentorpecer-se d’essa spleen que nasce no artificialismo dos grandes centros” (LEMOS, op. cit., 6).

Mas a Serra “É o que certamente mais deslumbra quem pela primeira vez (...) visita a Lousã. Não existe no nosso país outra altitude (1.200 m acima do nível do mar) que como esta diste unicamente só 3 ou 4 horas de viagem dum povoação importante, servida por tão boas vias de comunicação como a Lousã. (...)

A estrada em construção para a Castanheira de Pêra e Pedrógão, dará logo que dobre a linha de cumeada, uma esplêndida, cómoda e rápida comunicação da vila ao Trevim. (...)

Ainda próximo do Trevim, em Santo António da Neve, existem os antigos poços onde se recolhia o gelo que era transportado para Lisboa, nos tempos em que a indústria o não sabia ainda produzir, não obstante os meios de transporte serem difficílimos” (LEMOS, op. cit., 11-12).

No remate do livrinho, Álvaro Viana de Lemos apresenta as sugestões de “passeios apazíveis, variados, satisfazendo a todos os gostos, ao artista, ao fotógrafo, e ao amador do sport, etc.”, que incluem a serra, o Trevim, e as povoações serranas, “tanto percorrendo grandes distâncias como observando os costumes característicos dos habitantes da Serra e o seu viver simples e primitivo, as suas choupanas, etc...” (LEMOS, op. cit., 15).

Sete anos mais tarde, encontrando-se esgotada a 1ª edição de o “Viajante na Lousã”, foi impressa uma 2.ª edição (“Roteiro Ilustrado do Viajante na Lousã”), aumentada com ilustrações, plantas e cartas cujos direitos de propriedade o autor cedeu à Comissão promotora da construção de uma casa para a Escola de Cova do Lobo (Lousã).

### **2.3 Os primórdios da acção pública municipal e o reconhecimento da vocação turística do concelho (e sua vinculação à montanha)**

Será preciso esperar quase duas décadas para encontrar novos suportes de divulgação turística da Lousã, desta vez no quadro da instituição da Comissão Municipal de Turismo (CARVALHO, 2005). A acção do Dr. José Maria Cardoso (1885-1959), presidente do município da Lousã entre 1926 e 1929, foi, também, a esse nível muito relevante. Entusiasta e grande apaixonado pela Serra da Lousã, regionalista convicto, personalidade de craveira intelectual, devem-se aos seus cuidados e influências a conclusão da Estrada da Serra (Lousã - Castanheira de Pêra), a abertura do ramal para o Trevim e Santo António da Neve, o embelezamento de vários recantos turísticos, a criação da Comissão de Turismo e a classificação da Lousã como “Estância de Repouso e Turismo” (1929).

A montanha, até então sinónimo de atraso, de lugares e territórios recônditos, inacessíveis e repulsivos, começa a ser interpretada como um recurso, um trunfo para afirmar a Lousã no universo emergente do turismo (CARVALHO, op. cit.). As obras de conclusão da Estrada da Serra e o embelezamento daquilo a que hoje chamamos estrada panorâmica – com mirantes (varanda de Gevim e miradouro de Nossa Senhora da Piedade, na Lousã; e mirante do Cabeço do Pião, em Castanheira de Pêra) e pequenas áreas de lazer –, a abertura de caminhos, estradas florestais e ramais de ligação aos lugares serranos, bem como a arborização pelos Serviços Florestais, tornaram mais acessível e aliciante a descoberta da montanha e o contacto com aqueles que nela viviam. Daí a inclusão desses trechos nos suportes de informação e divulgação turística no esteio da consolidação de uma imagem de grandiosidade que não podia excluir (e esconder) as aldeias e os serranos.

De facto, a Lousã procurou apropriar a Serra e empenhou-se profundamente em incorporá-la na imagem que pretendia construir, de estância de repouso e turismo.

A propósito da primeira ideia, apresentamos alguns extractos de texto muito significativos:

– “É esta a filha dilecta da Serra, que a olha protectoramente dos seus 1200 metros de altitude, com orgulho e carinho” (ALMEIDA, 1940-a).

– “A Lousã, recolhida nas faldas da Serra é, e não cremos que a cegueira filial nos iluda, uma das mais lindas vilas do centro do país. Tudo nela está disposto com tal encanto, com tal harmonia, que difícil, senão impossível, se tornaria qualquer amputação, qualquer troca de ornamentos, sem prejudicar o soberbo quadro que o viajante observa, quer venha da Serra para a Vila, quer se dirija desta para aquela” (ALMEIDA, 1940-b).

– “Por todos os lados a serra, original e diferente das outras serras portuguesas, porque é verdejante e em grande parte habitada e cultivada, vendo-se no alto as povoações, e prolongando-se sempre em graciosas linhas arredondadas sem uma aresta ou fragedo áspero que recorde a vizinha Serra da Estrela” (segundo o registo de um autor desconhecido, em meados do século XX).

Este processo de apropriação da montanha, e de uma certa valorização das paisagens de maior interesse, incluídas no termo da Lousã, transparece no espectro de folhetos e cartazes de divulgação e propaganda turística, sob impulso da Comissão Municipal de Turismo e o apoio da Câmara Municipal, desde o final dos anos 20. O número de exemplares que chegaram aos nossos dias, apesar de limitado, é de grande importância para a leitura da imagem do território, em função dos símbolos e dos conteúdos divulgados nesses suportes de informação. Azulejos, bilhetes-postais ilustrados, selos publicitários, cartazes, desdobráveis, fotografias e selos publicitários são alguns dos materiais mais utilizados para a propaganda turística da Lousã e da sua Serra. O próprio selo da referida Comissão, da autoria de Álvaro Viana de Lemos, assumiu a Serra como temática de inspiração, com o Trevim, o Castelo de Arouce e a Senhora da Piedade, ícones que não mais deixaram os suportes de informação e divulgação turística da Lousã (CARVALHO, op. cit.).

A leitura dos títulos principais dos suportes de propaganda turística, permite recuperar o essencial da mensagem que se pretendeu projectar para o exterior:

– “Lousã, Beira Litoral – a 28 quilómetros de Coimbra, Zona de Turismo, Centro de excursões, Puríssimos ares, Encantadores passeios, Óptimas águas” (1938).

– “Vinde visitar a Lousã, vila interessante pela grande beleza e originalidade das suas paisagens” (1939)

– “Na mais luminosa quadra do ano, Visitai a Lousã, Centro de Turismo, Hospitaleiro e Progressivo” (1939).

– “Estância de Repouso e Turismo, Rainha da Serra e da Planície no coração de Portugal” (1940).

– “Não esqueçam de visitar a Lousã e a sua Serra, que é sem favor a mais linda e pitoresca Serra de Portugal” (1940).

– “Lousã, a 28 quilómetros de Coimbra, está situada no coração de Portugal. Uma região genuinamente portuguesa e beirã. É fácil visitá-la porque está ligada por todo o país por caminho-de-ferro e boas estradas. Também possui um campo de aviação” (1950).

Dentro do quadro de afirmação das qualidades da montanha – a partir dos anos 30 defende-se que tudo o que a Serra tem é positivo, é bom – a água é uma referência incontornável, também por via da sua utilização industrial: os refrigerantes “Serranita” (produzidos na Lousã) não dispensavam a “Água maravilhosa da Serra da Lousã”, expressão estampada em letra de forma num rótulo dos anos 40. A “Serra da Lousã” é igualmente referenciada na identificação territorial da área de produção do “Licor Beirão”. A originalidade e a inovação dos seus suportes publicitários, espalhados pelo país, representam também um contributo extraordinário na divulgação da imagem da Serra da Lousã.

Por outro lado, importa sublinhar que os suportes cartográficos com indicações úteis para os visitantes são relativamente tardios. No decurso da investigação não encontramos cartografia anterior aos meados do século XX, quando aparece o mapa do concelho da Lousã, com indicação dos lugares, vias de comunicação e principais linhas de água, da autoria de Álvaro Viana de Lemos (peça que ilustra a contra-capa da sua monografia sobre a Lousã) e uma outra peça cartográfica com referências ao que se pode visitar na Lousã.

A representação do concelho em exposições e certames de actividades, como a “Exposição Regional de Coimbra”, em 1950, assume o turismo (e a indústria) como actividades primordiais para os interesses da Lousã e do seu concelho.

“Com as boas comunicações e com a sua proximidade dum centro como Coimbra, cada vez mais comercial e mais frequentado por nacionais e estrangeiros, começou a Lousã a ser muito visitada; e a serem, portanto, apreciadas devidamente as suas paisagens e a sua Serra grandiosa e de múltiplos aspectos. Os artistas foram fascinados pela magia da sua luz, pela variedade e pitoresco da sua natureza e pelo bom acolhimento das populações, que, no entanto, até então, não tinham compreendido nem apreciado um valor que desfrutavam sem interesse de maior” (CML, 1950: 4-5).



“Assim nasceu o Turismo da Lousã e da sua Serra, que já hoje os amigos da Lousã e a maior parte dos lousanenses consideram de grandes possibilidades futuras e como uma grande e legítima esperança de futura prosperidade para a região.

O Turismo, esse, tem aberto vasto campo a iniciativas e para todas as modalidades e gostos; assim se vá, pouco a pouco, intensificando a corrente de visitantes e dos veraneantes que procuram altitudes, o ar puro e uma natureza simples, calma e acolhedora, para repouso da vida intensa e agitada que levam nas cidades modernas, onde labutam todo o ano (...)

Aos lousanenses e amigos da Lousã compete, pois, numa coisa relativamente nova e sem grandes tradições, como é o Turismo, aumentar a respectiva propaganda e preparar tudo para que visitem a região, cada vez mais, e que todos daqui vão bem impressionados e... com o desejo, não só de voltar, mas de induzir as pessoas das suas relações a virem também...” (CML, op. cit., 6-7).

Na rubrica “Aspectos de carácter turístico”, incluída na monografia sobre a Lousã, Álvaro Viana de Lemos (1951: 137) explica muito bem aquilo que se pretendia para o turismo na Lousã: “Não se trata aqui dum turismo geral muito movimentado, com todas as modalidades do grande turismo, de hotéis e casinos, ou dos grandes pretextos turísticos, de termas ou de praias. É simplesmente um turismo especial de Serra, de natureza calma; e, portanto, um turismo de repouso e de bons ares, sem grandes pretensões. O Decreto nº 17.259, de 1929, classifica a Lousã de Estância de Repouso e Turismo. Está certo; nada mais pretendemos; é isso que a Lousã pode e quer ser. Mas, entre o querer e o poder locais, há um factor com que se tem de contar: é o do concurso regular e estimulante dos bons e numerosos turistas, que permitam constantes melhoramentos e instalações dispendiosas, e é o aperfeiçoamento dos processos de captar simpatias e de saber receber estranhos...”.

Para concretizar o “turismo de estágio” seria necessário, segundo o autor, “quando se montarem pensões só para esse efeito ou quando se preparem, pelas encostas da Serra e pelos diferentes lugares, pequenas casas em condições que se possam alugar; ou quando, mesmo em casas particulares, se possam receber em pensão (à antiga moda inglesa) pessoas recomendadas para viverem em família. Há ainda outro problema para o turismo da Serra é a falta de abrigos, nos pontos mais afastados do povoado, onde não haja acidentes naturais que possam proteger excursionistas em caso de temporal” (LEMOS, op. cit., 138).

Os textos coevos que acabámos de citar, na amplitude do discurso institucional (Câmara Municipal da Lousã) ao pensamento de Álvaro Viana de Lemos, revelam duas preocupações a respeito do turismo na Lousã: a necessidade de intensificar a propaganda turística e de dotar a região de condições de atracção turística, designadamente ao nível do alojamento. Esta última preocupação não é nova, e será retomada nas décadas seguintes, em especial no período de 1970-2000, como se explica em momento oportuno. Com efeito, já em 1906 o “Viajante na Lousã” reconhecia que “Não está ainda a Lousã devidamente preparada para receber com todos os requisitos de comodidade, exigidos pela civilização, os forasteiros e viajantes que demandem estas paragens” (LEMOS, 1906: 4). Nos primeiros lustros do século XX, apesar de algum investimento realizado neste domínio, a oferta de alojamento foi direccionada em particular para os visitantes relacionados com as actividades económicas, da Lousã e do seu quadro de relação (sobretudo Coimbra e Castanheira de Pêra). A componente de alojamento turístico, mais exigente, relacionada com o incremento do turismo interno, teve na Pousada de Alfocheira uma referência incontornável.

A Quinta de Alfocheira, situada na encosta sobranceira à vila da Lousã, junto da estrada da Serra, transformada em estância de repouso, nos anos 30, revelou-se fundamental enquanto estrutura de apoio ao turismo na Lousã. Acolheu milhares de visitantes em quase meio século de actividade regular que foram outros tantos anos de publicidade ao melhor da Serra e da Lousã (CARVALHO, op. cit.).

“Sobranceira à Lousã, ao casario branco e moderno da nossa Vila, ergue-se – no meio das sombras da velhinha mata do mesmo nome – o antigo solar de Alfocheira (...).

Naquela profusão de árvores frondosas, longe do bulício das estradas poeirentas, a meia encosta, debruçada sobre o vale ubérrimo desta linda terra, é o velho solar um recanto recomendável, a todos os que querem descansar longe do barulho da vida moderna, cheio de ar puro e de panoramas soberbos. (...)

A Pousada de Alfocheira oferece todas as comodidades e conforto aos veraneantes e tem sido ao mesmo tempo escolhida para estação de dezenas de excursões que durante o verão visitam a Lousã.

Distando apenas 3 quilómetros da vila e situada na estrada da Castanheira, dá ensejo a que os nossos visitantes possam facilmente visitar os locais mais lindos da Serra da Lousã: o Trevim, o Mirante, Varanda de Alfocheira, Ermidas, Gevim, Candal, Santo António da Neve, Secção

Florestal e Central Eléctrica, ou seja, a graça e poesia que encerra a Lousã, Rainha do Vale e da Serra” (CRAVEIRO, 1940).

Como informa um folheto de propaganda editado pela Estância de Repouso da Quinta de Alfocheira (impresso em Lisboa, nos anos 40), trata-se de “um pequeno paraíso, dádiva generosa da natureza aos que desejam passar suas férias de verão em sossego (...).

“Não admira, pois, que a instância seja frequentada por artistas, escritores, famílias da melhor sociedade que, em cativante convívio, aqui passam a estação calmosa», pois «oferece o melhor conforto, óptimo serviço de mesa, tendo quartos para trinta pessoas, água quente e fria, luz, telefone, parque para recreio, capela, casa de banho, garagem, ficando apenas a cinco minutos da estação de caminho de ferro. Está aberta de Maio a Outubro (...)

Mas também a sociedade lousanense foi tocada pelo espírito de viajar, conhecer o país, “e ao mesmo tempo, espalhar por toda a parte o nome da Lousã e das suas incomparáveis paisagens», como escreve Mário Mariano, em 1940. Assim aconteceu com o grupo excursionista “Os gafanhotos da Lousã”, «composto por um punhado de rapazes comerciantes, empregados do comércio, industriais e artistas que se reuniram para conhecer um pouco da nossa terra [Portugal], se recrearem e, ao mesmo tempo, fazer propaganda da sua Lousã e da serra do mesmo nome, a majestosa e inesquecível serra da Lousã, a de beleza eterna e nunca demais elogiada por aqueles que tiveram uma vez a ventura de a ver com a sua verde veste garrida, ou como alvinhento manto com que a neve a cobre em pleno Inverno», segundo as palavras de António Vítor de Almeida, apenas ao folheto de propaganda do “4º Passeio Anual”, realizado pelo Grupo em Agosto de 1941.

A Serra é uma referência cada vez mais presente na imagem turística da Lousã. Como se referiu anteriormente, o papel desempenhado pelos Serviços Florestais foi relevante neste domínio, desde logo pelas novas possibilidades de acesso após a abertura de estradas florestais: do Sobral (em Serpins), da Silveira (Estoirão), e das Hortas (de Cacilhas à Catraia, onde entronca na Estrada Nova da Serra). Nos anos 60 e 70 abriram-se os modernos ramais de ligação às aldeias serranas. Como escreveu LEMOS (1951: 88), “Desde 1908 que, com a entrega da mata do Sobral (...) se instalaram, e estão em constante progresso os Serviços Florestais neste concelho e tendo a sua sede na Lousã. As áreas repovoadas de arvoredo têm aumentado muitíssimo e vai desaparecendo o antigo aspecto desolador da serra escalvada. Além das plantações e sementeira de árvores, predominando o pinheiro, têm os Serviços construído estradas (do autêntico interesse turístico), casas, fontes e

linhas telefónicas; sendo assim os melhores cooperadores do turismo da Lousã, por tornarem a sua Serra, de feia, hostil e selvagem, como era outrora, em pitoresca, acessível e acolhedora”. Contudo, o processo de arborização foi acompanhado de externalidades negativas (decorrentes da redução drástica da área de pastoreio e de livre recolha de produtos florestais), nomeadamente para as populações das aldeias serranas. Este é mais um factor que explica o declínio e o abandono da montanha, em particular no período de 1940 a 1981. E, quando se descobrem as aldeias e as novas funções da paisagem, em meados dos anos 70, a disponibilidade de imóveis para recuperar e utilizar como residência secundária é um elemento decisivo de atracção da população urbana.

Durante quase todo o século XX a apropriação da Serra e a divulgação da imagem turística foi assumida como estratégica pelo poder municipal, e toda a acção desenvolvida nesse sentido decorreu no interior das suas fronteiras sem ligação e articulação com os municípios vizinhos, aqueles que, afinal, também partilham a montanha! A afirmação da diferença como trunfo para atrair turistas decorria segundo a velha máxima de “cada um por si”. Raras vezes a informação disponível tem alcance superior a essa perspectiva reducionista, que encerrava no termo do concelho as belezas divulgadas, como se a unidade física e cultural da montanha fosse definida em função de fronteiras administrativas (ou outras artificiais)!

Ainda com base no material de promoção turística recuperámos dois extractos de texto muito significativos, que sugerem circuitos e a centralidade da Lousã:

– “A Lousã pode considerar-se um centro de excursões, devido às óptimas estradas que a ligam às vilas de Miranda do Corvo, Góis, Arganil, Castanheira de Pêra e Pampilhosa da Serra, podendo-se realizar interessantes circuitos turísticos” (1939).

– “O percurso: Coimbra, Ceira, Foz de Arouce, Lousã, Candal (Estrada da Serra), Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Penela, Condeixa, Coimbra, foi considerado Percurso Turístico, aconselhado para visita durante as Comemorações Centenárias de 1940” (1942).

#### **2.4 A pintura e a literatura como âncoras de divulgação paisagística e turística**

A divulgação das paisagens (e da imagem turística) da Serra da Lousã, nas primeiras décadas do século XX, reflecte igualmente a influência da pintura e da literatura, em particular através de personalidades de dimensão

nacional. No primeiro caso, destacam-se dois nomes: José Malhoa e Carlos Reis.

José Malhoa (1855-1933), um dos expoentes máximos da primeira geração da pintura naturalista em Portugal, escolheu a vila de Figueiró dos Vinhos para edificar uma residência secundária (o “casulo” Malhoa). Aí, inspirado em atmosferas campestres singulares, passou largas temporadas e criou algumas das mais conhecidas telas da sua longa e reconhecida carreira artística.

Carlos Reis (1863-1940) apaixonou-se pela Lousã onde instalou o seu atelier de trabalho (no casal da Lagartixa). A vila e a montanha serviram de inspiração às suas telas e estão muito ligadas ao período mais fecundo da carreira artística desta figura destacada da segunda geração da pintura naturalista portuguesa.

A estes dois vultos da pintura nacional deve-se um notável legado artístico, a atracção de outros cultores da pintura (no caso da Lousã esse fluxo foi de tal maneira relevante que a Câmara Municipal disponibilizou uma casa aos artistas interessados na paisagem lousanense) e o envolvimento com a sociedade e as realizações da sua época (edifícios públicos, espaços públicos e imóveis particulares).

No campo da literatura destaca-se a obra e o percurso de Miguel Torga (pseudónimo literário de Adolfo Correia da Rocha). Torga (1907-1995) viveu algum tempo em Vila Nova (Miranda do Corvo) onde exerceu medicina e aprofundou a carreira literária. O caminho de ferro (Coimbra-Lousã) foi decisivo para a presença de Torga em Vila Nova: permitiu manter o contacto com a tertúlia de amigos, a atmosfera intelectual e cultural de Coimbra e os equipamentos de saúde da cidade. O comboio simboliza uma pendularidade assumida em alguns anos entre a cidade e a serra, entre o urbano e o rural.

Como escreveu Miguel Torga em o “Terceiro Dia da Criação do Mundo”: «Com a febre da criação, vinha a sede da cidade. Apesar de tudo, era nela que havia cinemas e convívio. E aos sábados, depois de o último doente auscultado e medicado, não andava, voava através dos pinhais e dos lameiros que me separavam da estação.

– Corra, senhor doutor! Tem cinco minutos...

Os resineiros, acostumados àquelas passagens semanais e meteóricas, guiavam-se os passos consoante as horas e o atraso dos comboios» (TORGA, 1970: 137).

Durante a presença em Sendim (topónimo que o autor utiliza para designar Vila Nova) e nos anos seguintes, Torga percorreu vezes sem conta

as serranias de xisto da Cordilheira Central, deixando inúmeros registos sobretudo no “Diário”. Contemporâneo das grandes transformações sociais e paisagísticas do seu tempo, como a florestação estatal dos baldios, os empreendimentos hidro-eléctricos, a mobilidade (interna e externa) crescente das populações serranas, a decadência e a desagregação do mundo rural, o isolamento e o esquecimento sem remédio, o despovoamento acelerado e o abandono dos lugares, o escritor, através de uma leitura apurada e comprometida, legou um vasto património literário que é, ao mesmo tempo, um documento essencial para compreender o país no período dos anos 30 até quase ao final do século XX. Muitos dos seus textos são, de igual modo, um convite para a descoberta de lugares e paisagens remotas e recônditas de um Portugal rural, esquecido e marginalizado. Ler Torga é olhar o passado e, frequentemente, perspectivar o presente!

Ainda no âmbito literário, e na sua relação com a intervenção pública municipal até meados do século XX, é importante destacar um conjunto de publicações alusivas ao tema do turismo.

A comemoração do primeiro centenário da viagem realizada em 1838 pelo Lente da Universidade de Coimbra, Adrião Forjaz de Sampaio, foi também um momento de grande significado na afirmação da Lousã como destino turístico. Com o empenho e a sabedoria de Álvaro Viana de Lemos, o município da Lousã organizou uma grande jornada comemorativa e de propaganda das suas potencialidades turísticas, com ampla divulgação na imprensa regional e nacional, e editou dois documentos essenciais ao melhor conhecimento e divulgação turística da Serra da Lousã. Por um lado, a reedição do texto original (intitulado “Uma Viagem à Serra da Lousã no mês de Julho de 1838”) escrito por Adrião Forjaz de Sampaio, muito valorizado com a inclusão de imagens e o preâmbulo assinado por Álvaro Viana de Lemos. Por outro lado, a publicação dos textos das palestras relacionadas com este evento (sob o título “O Centenário Turístico da Serra da Lousã”, 1939), proferidas por conceituados académicos como Aristides de Amorim Girão, Virgílio Correia, Raúl de Miranda e o próprio Álvaro Viana de Lemos, nos locais do Trevim, Castelo de Arouce e Fábrica do Papel, perante os que tomaram parte na excursão de 17 de Julho de 1938.

Poucos anos depois, em meados do século, são publicados mais dois trabalhos de grande importância para o turismo da Lousã: o livro de António Nogueira Gonçalves (Professor do Seminário e da Faculdade de Letras de Coimbra), sob o título “A Lousã e o Turismo. Casas Nobres do século XVIII” (1950), editado pela Comissão Municipal de Turismo da Lousã, e a monografia “A Lousã e o seu Concelho” (1951) de Álvaro Viana de Lemos.

A primeira publicação, de 38 páginas, é uma abordagem de história da arte que caracteriza os traços arquitectónicos e a evolução das casas nobres oitocentistas, mostrando, ainda, pela primeira vez, a importância patrimonial e a necessidade de definir mecanismos normativos de protecção e valorização desse conjunto singular. A segunda publicação, editada também pela Comissão Municipal de Turismo da Lousã, é uma obra referencial para o conhecimento histórico-geográfico da Lousã e um contributo inovador para a divulgação das potencialidades turísticas da Lousã e da sua Serra, na sequência de trabalhos anteriores e teses defendidas em eventos como, por exemplo, o Congresso Regional das Beiras. A ideia amadurecida sobre o turismo levou Álvaro Viana de Lemos a incluir nesta obra um capítulo intitulado “Aspectos de carácter turístico” (com duas dezenas de páginas), em que o autor explica os objectivos para o turismo na Lousã – como já se referiu.

De igual modo, do período em análise, merece referência uma publicação de dimensão nacional: o “Guia de Portugal”. Este missal editado pela Biblioteca Nacional, destinado a “fazer uma descrição tranquila, completa, sistematizada e modesta das belezas do (...) nosso país” (DIONÍSIO, 1944: LIII), considerado também um instrumento (inovador) de propaganda turística de Portugal, foi concebido por Raúl Proença. O terceiro volume (Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta), dado à estampa em 1944 (a quase duas décadas de distância do 1º e 2º), já depois da morte do seu fundador, com coordenação de Sant’Anna Dionísio (e a participação de dezenas de figuras do mundo literário e académico) consagra diversas páginas à Serra da Lousã, em especial ao município da Lousã – as notícias sobre os concelhos da aba sul da Serra, incluídos na província da Estremadura, foram apresentadas no 2º volume.

As primeiras referências circunstanciadas sobre a Lousã decorrem da descrição paisagística de uma excursão de Coimbra à Lousã, por caminho de ferro. Retemos a ideia de uma “Paisagem movimentada, de sucessivos alcantis arborizados, cuja grandeza tem por vezes feição pirenaica” (DIONÍSIO, op. cit., 376). Após o Arneiro, desvenda-se, “em frente, através das últimas clareiras dos pinheirais, como um dom surpreendente, a veiga da ribeira de Arouce, rica de pomares, relvados, vinhas enquanto sobre o azul, se projecta a majestosa face redonda e verde da montanha. A linha férrea descreve uma larga curva, transpõe a ribeira e aproxima-se da Lousã” (DIONÍSIO, op. cit., 382).

Através da pena do autor, desprende-se a opinião de que “A fisionomia da vila é sossegada e agradável em extremo. Sobra-lhe a água, que desce da

montanha, com os bons ares, para reverdecer as culturas dos socalcos e as árvores de boa fruta e sombra. Faltam-lhe, porém, os valores de arte. O grande monumento, por assim dizer, da Lousã, é a Serra com os seus contornos macios, cheia de florestas novas” (DIONÍSIO, op. cit., 383-384). Contudo, o património cultural urbano não deixa de ser abordado no “Guia de Portugal” quando Sant’Anna Dionísio faz alusão a algumas edificações civis, de tipo solarengo, à igreja da misericórdia e ao quadro “Lenda da Fundação da Lousã” de Carlos Reis. As residências particulares na vila e na estrada da serra, pelo seu traço arquitectónico, merecem nota destacada no texto, por comparação com a “lembrança do aspecto humilde e escuro dos aglomerados existentes nas alturas: Candal, Catarredor, Sardeira, Vaqueirinho, Talasnal, etc.” (Idem, ibidem).

Em jeito de preâmbulo de uma excursão à Serra, indica-se, da Lousã, o incomparável passeio às Ermidas e ao Castelo de Arouce. Aí, na entrada do limiar da montanha é o deslumbramento da sua grandeza e sugestão que mais impressiona Sant’Anna Dionísio. No âmbito das excursões à Serra da Lousã, faz-se uma boa descrição da imponente paisagem serrana, a partir do traçado serpenteante e enigmático da estrada, acompanhando as curvas as ondulações da montanha. As linhas de cumeada da montanha merecem amplo destaque no texto, em particular o Altar do Trevim e o planalto da Neve (com a capela de Santo António da Neve e os poços nos quais se recolhia outrora o gelo que era transportado para Lisboa). A arborização dos baldios serranos pelos Serviços Florestais e as estradas florestais (das Hortas e das Silveiras) que rasgaram a montanha, pelos magníficos panoramas que permitem aceder, foram notadas também pelo autor.

Em síntese, os pontos de interesse da Lousã (e da Serra com o mesmo nome) e o traçado das excursões enfatizados no “Guia de Portugal”, aparecem alinhados em torno das grandes imagens que temos vindo a referir e confirmam o valor crescente da paisagem como recurso turístico diferenciador dos territórios.

## **2.5 O património natural e cultural edificado: valores emergentes**

As diversas publicações que acabámos de indicar, com alguns traços comuns apresentam, de igual modo, um outro mérito/contributo inovador: introduziram na agenda da temática turística a dimensão patrimonial: por um lado, o património construído civil da vila e arredores; por outro lado, a arquitectura militar e religiosa da Lousã.

O referido trabalho de António Nogueira Gonçalves (1950) é muito importante para o conhecimento e divulgação do património edificado civil



da Lousã. “As casas nobres que se encontram na vila da Lousã, ou nas suas proximidades, como em Fiscal e Foz de Arouce, constituem um grupo homogéneo, o que torna o seu conjunto raro no país” (GONÇALVES, 1950: 7). Ao mesmo tempo, a monografia de Álvaro Viana de Lemos (1951) é também um magnífico contributo para o melhor conhecimento do património edificado da Lousã, nas suas diferentes manifestações. Os folhetos de propaganda turística reflectem também os valores patrimoniais. A título de exemplo, deixamos a transcrição do conteúdo de um desses documentos: “Nota-se que o desenvolvimento da Lousã data dos séculos XVI a XVIII. É interessante, do século XVI, o portal e alpendre da Capela da Misericórdia; do século XVIII, as frontarias do Palácio Salazar, Casa da Rua Nova, e outros belos exemplares de casas antigas” (1950). A própria traça arquitectónica mais marcante do concelho (século XVIII) foi utilizada como referencial do novo edifício dos paços do concelho (inaugurado nos anos 30 do século XX), da autoria de João de Moura Coutinho, e do jardim implantado na sua frontaria.

Porém, será preciso esperar mais de duas décadas para incluir esses bens no quadro jurídico de protecção do património edificado, no âmbito da classificação de um grupo numeroso de imóveis na categoria de valor concelhio. Ao mesmo tempo, o ritmo sempre crescente de urbanização da vila, por via de alguns desequilíbrios urbanísticos, sensibilizou mais os cidadãos para os valores do património construído da Lousã e o seu contexto paisagístico.

Em relação ao património militar e religioso, cruzam-se intervenções públicas e privadas de grande envergadura centradas no Castelo de Arouce e nas Ermidas. A pequena fortificação militar, classificada como monumento nacional (Decreto de 16 de Junho de 1910), chegou ao século XX muito arruinada, por diversos motivos, nomeadamente o facto de constituir uma óptima pedreira que forneceu, por muito tempo, material para as construções dos arredores. “O Turismo e o Município chegaram a realizar nele algumas obras de limpeza e conservação” (DGEMN, 1956: 29). Contudo, a renovação da imagem do castelo, edificado no promontório serpenteado pelo rio Arouce, deve muito às obras de restauro, realizadas nos anos 40, pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, que restituíram ao secular edifício a sua fâcies mais imponente (século XIV). Foi um período de culto político dos monumentos e vivia-se intensamente o plano de comemorações da fundação da nacionalidade.

Ao mesmo tempo, importa referir a recomposição das Ermidas (anos 30-50), com a implantação de áreas de lazer, e a construção da piscina

fluvial (anos 60) e equipamentos complementares (complexo turístico da Azenha). Na primeira metade dos anos 80, transformou-se a antiga casa do moleiro em bar e restaurante, entretanto ampliado e dotado de oferta gastronómica de excelente qualidade, como tem sido reconhecido em certames nacionais e internacionais da especialidade.

Deste modo, a utilização de linhas de água e a requalificação da envolvente para fins lúdicos contribuiu para reforçar e diversificar a imagem de um espaço turístico alternativo.

## **2.6 Democratização do lazer, residência secundária, desporto aventura e emergência da montanha como centro de atracção nacional e internacional**

A sedimentação da imagem turística da Lousã emerge, mais uma vez, em ligação à montanha, no contexto de renovação acentuada de usos e funções da paisagem, e na atmosfera económica, social e cultural da designada “nova era do lazer turístico”. Com efeito, as décadas de 70 e 80 marcam a afirmação e a projecção nacional e internacional da Serra da Lousã no âmbito de dois acontecimentos: por um lado, as provas do campeonato nacional e mundial de rali, e por outro lado, a reabilitação (conversão de uso das estruturas edificadas) das aldeias serranas relacionada com a residência secundária e a neo-ruralidade.

No primeiro caso, reconhecemos que as provas do campeonato do mundo de rali atraíram milhares de espectadores às especiais de classificação da Lousã. As estradas florestais da Mata do Sobral e das Hortas, e a E. N. n.º 236 estiveram integradas nos troços daquele que, durante alguns anos, foi considerado o melhor rali do mundo.

Coincidindo com a exclusão do Rali de Portugal do calendário internacional e o fim de um ciclo de grande divulgação da região no plano nacional e internacional, emergem as provas de Todo-o-Terreno, Trial e Down Hill, sobretudo através do Montanha Clube (da Lousã), com a realização na Serra da Lousã, e em especial na área administrativa do concelho da Lousã, de importantes e conceituadas competições nacionais e mundiais. O acompanhamento e a cobertura destas modalidades de desporto aventura, através dos meios de comunicação social, resultou em dezenas de notícias e artigos publicados em jornais, revistas e suportes digitais.

Por outro lado, assume relevante expressão o fenómeno da residência secundária e a patrimonialização das aldeias serranas da Lousã. Tal como outros lugares serranos do Centro, do Norte e do Algarve (como, por exemplo, a Serra do Caldeirão), despovoados e (semi)abandonados, a sua

redescoberta é indissociável de populações urbanas que reabilitaram e utilizaram as antigas estruturas edificadas como residência secundária (e também para fixar residência principal, como acontece com os neo-rurais), alguns dias por ano, mesmo em condições de acessibilidade e infra-estruturas básicas muito deficitárias. Casal Novo e Talasnal, em meados dos anos 70, foram a porta de entrada da residência secundária na Serra da Lousã. Nos anos 90, Candal e Gondramaz (entre outros exemplos que ocorreram também em lugares da bacia sedimentar, nomeadamente na freguesia de Rio de Vide – Miranda do Corvo) conheceram dinâmicas de reocupação e reabilitação influenciadas por este fenómeno (CARVALHO, 2005; 2006-a).

No âmbito da investigação que realizámos recentemente, envolvendo inquéritos por questionário aos proprietários e utilizadores de imóveis de ou para residência secundária em Casal Novo, Talasnal e Candal, destacamos alguns elementos essenciais para compreender a evolução da residência secundária e os seus efeitos territoriais e patrimoniais. Desde logo, impressiona a distribuição geográfica dos inquiridos : mais de três dezenas de municípios foram assinalados como local de residência principal, destacando-se Coimbra (35%), Lousã (25%) e Lisboa (quase 10%). Estes três municípios perfazem quase 70% do total apurado .

A aquisição de imóveis para residência secundária é praticamente contínua, entre 1977 e 2003. A análise segundo períodos, permite destacar o reduzido número de aquisições no período anterior a 1980, apenas 7%, e que os períodos de aquisição mais importantes são 1980-1984 (26%), 1995-1999 (23%) e 1990-1994 (20%). No plano dos lugares serranos, o processo de aquisição tem origem no Casal Novo e Talasnal, onde a década de 80 tem ainda grande expressão, e só mais tarde, nos anos 90, assume relevo no Candal – como já se referiu.

O processo de recuperação dos imóveis revela que apenas 24% dos inquiridos recuperaram a sua casa no ano de aquisição; para a grande maioria (76%) foi necessário mais de quatro anos para realizar as obras. Este processo decorreu através de administração directa (40%), empreitada (25%) e com a participação dos proprietários (12%).

Por sua vez, a frequência de utilização da residência secundária revela que cerca de 60% dos inquiridos afirmam utilizar a habitação na Serra, ao longo de todo o ano, embora em especial aos fins-de-semana. Por outro lado, os resultados do inquérito mostram que mais de 40% de proprietários de imóveis na Serra são igualmente titulares de outras residências secundárias, repartidas por três dezenas de municípios em Portugal, valores que

criaram face a 1989 (de 26 para 40%, em 2003). O cruzamento do ano de aquisição desses imóveis com a data de aquisição de casa nas aldeias serranas, permite afirmar que a aquisição de imóveis nas aldeias serranas é, em 75% dos casos, anterior ao processo de aquisição da “segunda” residência secundária (CARVALHO, 2005).

Em síntese, Casal Novo, Talasnal e Candal reflectem a patrimonialização de paisagens culturais de matriz vernacular, a partir da reabilitação de antigas estruturas edificadas abandonadas, processo espontâneo, sem qualquer tipo de apoio público, iniciado em meados dos anos 70.

O município da Lousã percebeu a importância da reabilitação das aldeias serranas e o seu contributo para uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Serra da Lousã alicerçada no turismo alternativo (ambiental e cultural), e com o apoio de uma equipa técnica (Gabinete Técnico Local), empenhou-se nas tarefas de análise, inventário, diagnóstico e definição de linhas orientadoras de uma intervenção integrada a submeter a concurso para financiamento público.

O programa comemorativo do 150º aniversário da 1ª viagem turística e cultural à Serra da Lousã (1838-1988) foi um marco importante de reafirmação das potencialidades turísticas da Lousã e das ambições da Câmara Municipal da Lousã, nomeadamente os projectos que acabámos de referir. A publicação alusiva ao evento, intitulada “Jornadas de Cultura e Turismo (16-17 de Julho de 1988)”, reuniu um conjunto notável de textos, na amplitude dos discursos das entidades oficiais participantes, às comunicações de autores como Suzanne Daveau, Eugénio de Castro Caldas e Jorge Paiva, entre outros. A efeméride serviu de pretexto para a reedição da obra “A Lousã e o seu Concelho”, de Álvaro Viana de Lemos, e marca um período de intensa publicação apoiada pelo município, com destaque, na perspectiva turística e cultural, para a revista “Arunce” (lançada, pela Câmara Municipal da Lousã, em 1989), o trabalho “Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na Serra da Lousã, Casal Novo e Talasnal” de Fernanda Cravidão (inserido na “Colecção Estudos” da Faculdade de Letras de Coimbra) e o “Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã (Castanheira de Pêra – Góis – Lousã)”, de Armando Carvalho e Pedro Amaro (editado pela QUERCUS em 1996).

De outro modo, importa referir o trabalho “Entre a Serra e o Rio... os trilhos ELOZ”, publicado, em 2000, pela Dueceira (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça). Este guia, financiado pela Iniciativa Comunitária LEADER II (1994-2000), fornece um conjunto de informações

úteis para a descoberta das terras de entre Lousã e Zêzere (concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, no âmbito do Programa LEADER/ELOZ) designadamente registos do passado, usos e costumes, natureza em verde (aldeias e paisagens serranas, fauna e flora), natureza em azul (linhas de água, albufeiras e barragens, praias fluviais e pesca) e informação sobre serviços e equipamentos culturais e recreativos.

Em síntese, o turismo configura uma espécie de alavanca para afirmar e dinamizar a nova vocação (função) territorial da montanha, e as aldeias serranas, enquanto expressão mais visível e dinâmica desse sistema, são uma âncora fundamental da estratégia delineada (CARVALHO, op. cit.).

Contudo, as políticas públicas de desenvolvimento, e de turismo em particular, não foram favoráveis aos desígnios do município da Lousã. Sem financiamento externo as intervenções programadas não avançaram. De outro modo, reconhecemos algumas acções parcelares apoiadas por programas nacionais e comunitários (como, por exemplo, o LEADER II e o LIFE Natureza), na área do alojamento turístico (nas modalidades de turismo em espaço rural) e da salvaguarda e valorização do ambiente e do património cultural e natural.

### **2.7 A alvorada dos investimentos públicos: dos projectos às intervenções**

O início do terceiro milénio, com um novo quadro de programação das políticas e instrumentos de desenvolvimento, marca um período de grande visibilidade externa da Lousã que decorre de importantes intervenções em duas áreas estratégicas para o município: o alojamento turístico e a requalificação das aldeias serranas.

Como temos vindo a referir, o turismo, como actividade que se pretendia fomentar, é uma preocupação sedimentada do poder político e da sociedade local. Todavia, algumas limitações, muito sentidas em particular desde os anos 70, acompanharam a afirmação da imagem turística da Lousã, nomeadamente a reduzida capacidade de alojamento, quando a utilização dos tempos livres começava a generalizar-se na sociedade portuguesa. Como notou a geógrafa Fernanda Cravidão, no seu artigo sobre o turismo no distrito de Coimbra (1980-1987), publicado no número inaugural da revista "Arunce" (1989), a estrutura do equipamento turístico na hotelaria e a capacidade de alojamento eram deficitárias neste distrito. A evolução da capacidade de alojamento demonstrava a reduzida expressão de municípios como a Lousã: apenas 54 quartos (repartidos por duas pensões), em 1987,

quando o distrito perfazia 4061 (dos quais 2266 situavam-se na Figueira da Foz, e 1243 em Coimbra). No caso da Lousã, CRAVIDÃO (op. cit., 52) reconhece que é “uma das áreas onde o investimento devia ser consideravelmente aumentado (...)”, uma vez que possui “um conjunto de potencialidades, nomeadamente a Serra, que deviam ser exploradas, quer instalando equipamentos hoteleiros quer desenvolvendo o Turismo Rural”.

Efectivamente o problema não era novo e conheceu algumas propostas originais em meados do século XX: “Hoje, com as estradas da Serra (nacional e florestais) já a muitos pontos, antes inacessíveis, se pode ir de carro; por isso já se pode encarar a possibilidade de lugares como o Candal e a Silveira, ambos a cerca de 700 m de altitude e os mais abrigados da Serra dos ventos frios, virem a ser de futuro escolhidos para aí se estabelecerem Pousadas de Turismo, ou então ajeitadas, casas já existentes, que possam ser utilizadas por turistas.

A primeira Pousada oficial da Serra embora não convenha estabelecê-la, por ser o sítio muito desabrigado, na própria Catraia, ao nome da velha Ti Joaquina da Catraia deve ficar ligada; o Turismo e a Serra devem-lhe essa homenagem, para que não caiam no esquecimento os serviços que ela prestou, de modesto abrigo e agasalho, aos antigos viajantes da serra inóspita, aos raros turistas de outros tempos” (LEMOS, op. cit., 156).

De igual modo, esteve prevista (embora não concretizada) a construção de um centro de férias da FNAT (Frente Nacional para a Alegria no Trabalho), próximo de Alfocheira (portanto na encosta sobranceira à vila da Lousã).

Porém, a resolução deste problema passou nos últimos anos pela definição e implementação de um conjunto articulado de acções na amplitude da instalação de novas infra-estruturas às tarefas de animação e promoção turística. A concretização desta estratégia, centrada na intervenção directa do município e na captação de investimento público e privado, contou com o apoio financeiro dos novos instrumentos territorializados de desenvolvimento, designadamente a Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (componente FEDER) do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006) e alguns programas nacionais de âmbito sectorial (turismo e desenvolvimento rural).

Assim, a nova fâcies turística da Lousã é indissociável de alguns investimentos (concretizados) que aumentaram e diversificaram a oferta local de alojamento turístico. O mais importante decorre da requalificação e refuncionalização do antigo Palácio da Viscondessa do Espinhal (ou dos Salazares), imóvel do início do século XIX, classificado pelo IPPAR, no

centro histórico da Lousã. Inaugurado em Abril de 2005, o Meliá Palácio da Lousã, de quatro estrelas, oferece quase cinco dezenas de quartos, repartidos por duas alas (nova e antiga) do edifício. A unidade hoteleira, o primeiro Mélia Boutique Hotel a abrir em Portugal, oferece ainda serviços de bar e restauração, abertos a toda a população, e dispõe de um auditório (para eventos culturais e científicos). Este empreendimento de qualidade, semelhante à Quinta das Lágrimas (Coimbra), direccionado para a classe média alta e alta, é propriedade da empresa “A Serra da Lousã. Actividades Turísticas e Hoteleiras, S.A.” que inclui como accionistas a Câmara Municipal da Lousã, a Bascol SGPS, a Torre Brasil S.A. e membros da família Mexia Santos. Em 2006, quinze a vinte mil pessoas – por diferentes motivos: dormida, restauração e participação em congressos – frequentaram as instalações do Meliá Palácio da Lousã. Outros elementos estatísticos, como a taxa de ocupação (42%), a proveniência dos clientes (70%, portugueses; 15-20%, espanhóis), revelados no âmbito de uma entrevista concedida pelo administrador do Hotel ao jornal TREVIM (edição de 26 de Abril de 2006), revelam a margem de crescimento desta unidade de alojamento (pouco marcada pela sazonalidade da ocupação). Ainda de acordo com a mesma fonte, a estratégia do hotel para os próximos anos passa pela conquista dos mercados inglês, alemão e americano, uma vez que apresentam sensibilidade e propensão em relação às modalidades de turismo cultural e ambiental

Ao mesmo tempo, o Meliá Palácio da Lousã gera importantes sinergias no âmbito da animação turística (envolvendo empresas locais e regionais) e promove a região ao receber eventos sociais e científicos relevantes, como tem acontecido na área do turismo (envolvendo por exemplo a Universidade de Aveiro e o Instituto Politécnico de Coimbra).

Portanto, esta unidade hoteleira, a par de outra oferta de alojamento de qualidade entretanto criada no âmbito do TER (Ceira dos Vales e Serpins) e da Pousada de Juventude da Lousã (empreendimento público, com capacidade para 62 camas, inaugurado em Abril de 2007), aumentou e qualificou bastante a oferta de alojamento da Lousã.

Mas o contributo da Câmara Municipal da Lousã para a construção sustentável de um destino turístico atractivo, privilegiando modalidades de baixa densidade e recursos eco-culturais, envolve também um significativo esforço de investimento, no âmbito da AIBT do Pinhal Interior, em dois projectos de grande visibilidade: a requalificação das aldeias serranas da Lousã e o Ecomuseu da Serra da Lousã.

O primeiro exemplo reflecte a ambição de constituir uma rede de aldeias de matriz xistosa, representativas da arquitectura serrana tradicional, e estruturar um novo produto turístico no Centro de Portugal destinado em particular a um segmento de população jovem, exigente e de elevado poder aquisitivo. Com o suporte financeiro do QCA III (2000-2006), e o envolvimento de actores públicos e privados, realizaram-se investimentos em infra-estruturas básicas, espaços públicos, imóveis particulares e públicos, que perfaziam cerca de 10.6 milhões de euros (no início de 2006), incentivaram-se algumas actividades económicas (restauração, alojamento turístico e comércio de produtos endógenos e artesanato) e apoiaram-se acções de animação e promoção turística e cultural dos lugares serranos.

Cerca de metade das quase duas dezenas e meia de lugares seleccionados ao abrigo do Programa das Aldeias do Xisto (PAX), localizam-se no interior ou na bordadura da Serra da Lousã. O concelho da Lousã tem cinco aldeias (Casal Novo, Talasnal, Candal, Cerdeira e Chiqueiro) integradas no PAX, onde foram intervencionados setenta e um imóveis particulares (17% do total do PAX) e um imóvel público, e realizadas onze acções no domínio das infra-estruturas básicas (abastecimento de água, saneamento, águas pluviais, electricidade, telecomunicações). O total de investimento elegível aprovado na Lousã, em Janeiro de 2006, era de 1.193.460 euros, dos quais 835.422 euros resultam do apoio do FEDER (cerca de 70%). A repartição do montante global de investimento elegível aprovado por categorias de intervenção, revela que 708.968 euros, isto é, 59.4 % do montante de investimento, está relacionado com a recuperação (fachadas e coberturas) de imóveis particulares, portanto é da responsabilidade dos respectivos proprietários e conta com o apoio do Estado (que comparticipa cerca de 2/3 do referido investimento). A restante verba, cerca de 485 mil euros, corresponde a investimento da autarquia (também comparticipado, embora segundo taxas mais reduzidas) no âmbito das intervenções em espaços públicos, imóveis públicos e redes de infra-estruturas. Para perceber o esforço financeiro global do município da Lousã no PAX é preciso referir ainda o investimento não elegível: 463.567 euros (correspondente a 56.2% do total desta componente no PAX), que aparece relacionado com as redes de infra-estruturas básicas (CARVALHO, 2006-b).

Por sua vez, o Ecomuseu da Serra da Lousã corresponde a um projecto do município da Lousã integrado em outra importante linha de acção da AIBT do Pinhal Interior (FEDER). Esta, no seu conjunto, apoia diversas iniciativas de valorização do património natural e cultural, e projectos no campo das acessibilidades, perfazendo cerca de 12,4 milhões de euros de



investimento elegível aprovado (52% do total de investimento da referida AIBT). A amplitude dos projectos aprovados (em número superior a três dezenas) é significativa, como se depreende dos seguintes exemplos: estrada panorâmica do Alto Ceira (Arganil); parque de campismo de Foz de Alge (Figueiró dos Vinhos); praia fluvial do Casal da Lapa (Pampilhosa da Serra); museu da geodesia (Vila de Rei); museu do azeite de Sarnadas do Ródão (Vila Velha de Ródão) e praia das Rocas (Castanheira de Pêra).

A versão actual do Ecomuseu da Serra da Lousã, traduzindo uma ideia que tem evoluído segundo critérios de cada vez maior exigência técnica e financeira da parte da Autarquia e da CCDRC (CARVALHO, 2001; 2002; 2005), configura uma estrutura polinucleada, com o núcleo de investigação (museu etnográfico Dr. Manuel Louzã Henriques), o núcleo sede (instalado em edifício no centro histórico da Lousã, a inaugurar brevemente), o núcleo de gastronomia e doçaria regional associado ao lagar Mirita Sales e o núcleo a consagrar ao pintor Carlos Reis (1863-1940) que decorre da reconstrução e ampliação (em curso) da antiga casa-atelier deste vulto da 2ª geração da pintura naturalista portuguesa. Os três primeiros núcleos tinham, em Janeiro de 2006, um investimento elegível aprovado ligeiramente superior a 1.400.000 euros. De forma paralela, contam-se outros investimentos relacionados (leia-se identificados em relatórios oficiais) com o Ecomuseu da Serra da Lousã, como um núcleo de educação ambiental e um posto de apoio à rede de percursos no Chiqueiro (imóveis públicos a recuperar com o apoio do PAX).

## **2.8 À guisa de notas finais: novos desafios e oportunidades**

Em síntese, a vertente eco-cultural mereceu nos últimos anos particular atenção no contexto das políticas e instrumentos de gestão territorial. O caso concreto da AIBT do Pinhal Interior (Programa Operacional da Região Centro, 2000-2006) é muito expressivo da vontade de criar e partilhar uma abordagem estruturada de matriz intermunicipal, capaz de guiar o investimento público e privado, em torno dos recursos de maior potencial. A requalificação territorial, ancorada ao património, serviu de pretexto a uma ambição maior: criar e projectar novos produtos turísticos e inserir lugares (renovados e refuncionalizados) na esfera do mercado turístico nacional e internacional.

O município da Lousã não ficou (nem foi) arredado desta estratégia comum de salvaguarda e valorização do património e da plataforma de novas oportunidades que se abriu em 2000-2006. Ao invés, demonstrou visão, ambição e mérito ao apresentar projectos de qualidade e comprometer

investimentos avultados neste domínio. Depois de muitos anos de projectos e sonhos por concretizar, o município teve, finalmente, oportunidade (por via de um novo quadro de políticas e instrumentos de promoção pública do desenvolvimento territorial) de realizar e captar investimentos estratégicos para a Lousã, designadamente no que ao turismo diz respeito.

Hoje, o grande desafio para o turismo da Lousã, com legítimas ambições nas modalidades eco-culturais, aparece relacionado com a (transição para um patamar de) conquista efectiva de turistas na sequência das infra-estruturas e equipamentos lançados no início deste novo milénio, que, por sua vez, depende muito da escala e da visibilidade exterior (nacional e internacional) da sua oferta turística. Neste particular o marketing turístico é um instrumento estruturante. Mas, depende igualmente da sua integração em redes funcionais de matriz intermunicipal, explorando temáticas patrimoniais e turísticas originais e inovadoras. Os cervídeos (veados e corços) reintroduzidos na Serra em meados dos anos 90, aproveitando uma diversidade vegetal considerável no contexto nacional (FONSECA, 2004), são um exemplo bem elucidativo.

A promoção eficaz da Lousã junto do mercado turístico nacional e internacional, como meta prioritária, envolve investimentos avultados cuja concretização é possível apenas num quadro alargado de promoção turística regional, mas também pequenos investimentos como são os folhetos e os suportes digitais interactivos (e apelativos ao sentido de descoberta e fruição da paisagem). A melhoria significativa da informação nos locais de interesse/a visitar é outra prioridade (urgência), com leitores de paisagem e acompanhamento através de suportes adequados distribuídos em pontos estratégicos. O pior sinal para os turistas é a ausência de informação e a falta de pontos de apoio. Certos imóveis recuperados na Serra da Lousã, ao abrigo de diversos programas nacionais e comunitários (desde meados dos anos 90), sob pretexto de um objectivo que justificou a aprovação dos respectivos projectos mas que nunca se concretizou, merecem uma reflexão profunda e, melhor, justificam uma função adequada aos ventos que sopram na e da montanha.

Uma vez que o mercado turístico é cada vez mais exigente e competitivo, e em face das mudanças qualitativas que se desenham ao nível do comportamento dos turistas (estes são cada vez mais exigentes, informados, esclarecidos e selectivos, e os seus interesses são mais diversificados e segmentados) importa orientar de forma atempada, original e sustentada a acção futura, e aproveitar a conjuntura das políticas públicas de desenvolvimento, com a colaboração imprescindível dos centros de

ensino e investigação, ou seja, elaborar e implementar um verdadeiro plano estratégico local e regional para o turismo (na sequência da aprovação do “Plano Estratégico Nacional do Turismo”).

Apesar do atraso no âmbito da aprovação dos grandes documentos orientadores do investimento público para 2007-2103, em diferentes escalas territoriais e patamares temáticos, vislumbra-se nos diversos programas em estruturação/aprovação a valorização da intermunicipalidade, das redes e das parcerias no desenho de projectos cada vez mais ambiciosos e exigentes. A Serra, na sua dimensão geográfica maior, será uma configuração territorial estruturante na renovação arquitectónica e consolidação de uma ambição centenária: a Lousã turística.

Neste contexto, o projecto “Lousã: destino turístico acessível”, materializado em candidaturas no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano e do Programa INTERREG, entre outras, configura uma dimensão inovadora no plano nacional, na perspectiva da promoção da inclusão e de um turismo acessível para todos (através de intervenções nos equipamentos turísticos, nos espaços públicos, transportes e diversos serviços sociais), e valoriza uma dinâmica de rede no turismo.

A concluir, sublinhamos a necessidade urgente de planear a actividade turística e estruturar o ordenamento turístico da Serra da Lousã. Esta ferramenta é nuclear para preservar os recursos, minimizar as externalidades negativas e otimizar os benefícios. De facto, a valorização de recursos culturais, como a Rede Natura 2000, a paisagem cultural serrana, o artesanato e os produtos endógenos de qualidade, entre outros, depende em larga escala das condicionantes de utilização e das medidas de protecção e valorização a introduzir e a fazer respeitar.

Que a tectónica (simbolizada pela força das novas ideias e oportunidades) consiga fracturar o isolamento secular das diferentes partes que compõem a Serra da Lousã e permita finalmente, através de cooperação, parceria e redes, ganhar escala e nova visibilidade! E que a Lousã tenha ambição para constituir a pedra angular da paisagem cultural serrana e de uma sub-região rica de potencialidades turísticas (culturais e naturais).

## **Referências Bibliográficas**

AMIROU, R. (2000) – *Imaginaire du tourisme culturel*. Col. “ La politique éclatée”. Paris, PUF.

ANTÓN CLAVE, S. (2000) – “Los espacios del turismo”. *Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*, Málaga, CEDMA, pp. 115-128.

ARANHA, P. W. de Brito (1871) – *Memórias histórico-estatísticas de algumas vilas e povoações de Portugal*. Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, pp. 80-147.

BALANABIAN, O. (1999) – “Le tourisme vert : défi ou utopie? ”. In CAVACO, C. (coord): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, EPPRU n.º 50, CEG/UL, pp. 255-261.

BERTONCELLO, R. et al. (2003) – “Turismo y patrimonio en Argentina. Hacia una conceptualización desde las Geografías Culturales”. In ABREU, M. (editor/organizador): *Historical dimensions of the relationship between space and culture*. Rio de Janeiro, Commission on the Cultural Approach in Geography (International Geographical Union) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (edição em cd-rom).

BUTLER, R.; HALL, C. M. & JENKINS, J. (1998) – “Continuity and Change in Rural Tourism. Introduction”. In BUTLER, R. et al.: *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons, pp. 3-16.

CARVALHO, A. e AMARO, P. A. (1996) – *Guia da rede de percursos da Serra da Lousã: Castanheira de Pêra, Góis, Lousã*. Coimbra, Quercus, 160 pp.

CARVALHO, P. (2001) – “Património, Territórios, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã: Desafio ou Utopia?”. *1º Congresso de Estudos Rurais*. Vila Real, UTAD/SPER, 22 pp. (edição em cd-rom)

CARVALHO, P. (2002) – “El Patrimonio y el Paisaje Rural en la (Re)construcción de las Memorias e Identidades. Reflexión en torno de algunas iniciativas e propuestas ecomuseológicas en la Cordillera Central Portuguesa”. *Actas del XI Coloquio de Geografía Rural*. Santander, Universidad de Cantabria, Servicio de Publicaciones, pp. 89-100.

CARVALHO, P. (2005): *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 657 pp.

CARVALHO, P. (2006-a) – “Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades”. *Comunicações do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, Huelva, Universidade Internacional da Andaluzia/Associação Espanhola de Economia Agrária e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 467-499 (edição em cd-rom)

CARVALHO, P. (2006-b) – “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”. In SANTOS, G.; VIEIRA, R. e MENDES, M. (eds.): *Actas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades*. Leiria, Projecto de Investigação Identidades & Diversidades do Instituto Politécnico de Leiria, 21 pp (cd-rom).

CARVALHO, P. (2007) – “O turismo alternativo em Portugal na primeira metade do século XX. Memórias e imagens geográficas da construção e projecção de espaços turísticos”. In CRUZ, F. (org.): *Memória e Cultura Visual (Actas do I Seminário Internacional da Memória e da Cultura Visual)*. Póvoa de Varzim, AGIR, 29 pp. (edição em cd-rom)

CAVACO, C. (2005) – “Os Espaços de Turismo”. In MEDEIROS, C. A. (dir. e coord.): *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 408-422.

CML (1988) – *Jornadas de Cultura e Turismo (Comemoração do 150º aniversário da 1ª viagem turística e cultural à Serra da Lousã)*. Lousã, BML/Câmara Municipal da Lousã, 162 pp.

CML (1939) – *O Centenário Turístico da Serra da Lousã*. Lousã, Biblioteca Municipal da Lousã/Câmara Municipal da Lousã.

CRAVIDÃO, F. (1989) – *Residência secundária e espaço rural duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra, Faculdade de Letras, (Colecção Estudos, nº 10), 90 pp.

CRAVIDÃO, F. (1989) – “Turismo e Desenvolvimento. O distrito de Coimbra, 1980-1987”. *Arunce*, nº 1, Lousã, Câmara Municipal da Lousã, pp. 37-63.

CRAVIDÃO, F. (2006) – “Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares”. In FONSECA, M. L. (coord.): *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 269-278.

CRAVIDÃO, F. e CUNHA, L. (1991): “Turismo, investimento e impacto ambiental”. *Cadernos de Geografia*, nº 10, Coimbra, IEG/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 199-220.

DAVEAU, S. (1988) – “Contribuição para uma colectânea de antigas descrições geográficas da Lousã”. *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo (Comemoração do 150º aniversário da 1ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã)*. Lousã, B.M.L./C.M. da Lousã, pp. 89-111.

DGEMN (1956) – “Castelo da Lousã”. In *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 86, Lisboa, 32 pp. (mais desenhos e estampas, em anexo)

DIAS, P. e REBELO, F. (1985) – *Lousã. A Terra e as Gentes*. Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 95 pp.

DIONÍSIO, Sant'Anna (1944) – “Prefácio”; In *Guia de Portugal III. Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, pp. XLVIII-LIII.

DIONÍSIO, Sant'Anna (1944) – “De Coimbra à Lousã”. In *Guia de Portugal III. Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, pp. 376-392.

DUECEIRA (2000) – *Entre a Serra e o Rio... os Trilhos ELOZ*. Lousã, Dueceira (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça).

DEWAILLY, J. M. (1998): “Images of heritage in rural regions”. In BUTLER, R. et al.: *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons, pp. 123-137.

FONSECA, C. (2004) – “Berros na Serra”. *National Geographic Portugal*. Lisboa, vol. 4, nº 38.

GARCÍA MANRIQUE, E. (2000) – “Los espacios del turismo”. In *Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles. El Territorio y su Imagen*. Málaga, CEDMA, pp. 41-113.

GONÇALVES, A. N. (1950) – *A Lousã e o Turismo. Casas Nobres do século XVIII*. Lousã, Edição da Comissão de Turismo da Lousã, 38 pp.

GONÇALVES, A. N. (1952) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*. Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, pp. 108-116.

HENRIQUES, J. (1887) – “Da Serra da Estrela à da Lousã”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. Lisboa, vol. V, pp. 192-195.

HERCULANO, A. (1934) – *Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem* (coordenação e prefácio de Vitorino Nemésio). Lisboa, pp. 177-180.

INSKEEP, E. (1991) – *Tourism Planning. An integrated and Sustainable Development Approach*. New York, Van Nostrand Reinhold.

LEMOS, Á. Viana de (1906) – *O Viajante na Lousã*. Lousã, Tipografia Lousanense, 15 pp.

LEMOS, Á. Viana de (1913) – *Roteiro Ilustrado do Viajante na Lousã*. Lousã, Tipografia Lousanense, 31 pp. (2ª edição).

LEMOS, Á. Viana de (1951) – *A Lousã e o seu concelho*. Coimbra, Imprensa de Coimbra, 170 pp.

MARTINS, L. S. (2006) – “Um velho Porto para Novos Turistas: apontamentos de debate sobre turismo urbano”. In FONSECA, M. L. (coord.): *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos*

*lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 279-296.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1992) – “Património ao Serviço do Turismo”. *Cadernos de Geografia*, nº 11, Coimbra, IEG/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 87-92.

PEREIRA, A. N. (1947) – *Panorama Artístico das Beiras*. Lousã, Edição da Biblioteca Municipal da Lousã, 35 pp.

PRENTICE, R. (1999) – *Tourism and Heritage Attractions*. London, Routledge, pp. 21-50.

SAMPAIO, A. P. F. (1938) – *Uma viagem à Serra da Lousã no mês de Julho de 1938*. Lousã, Biblioteca Pública da Câmara Municipal. (4ª edição).

TORGA, M. (1970) – *A Criação do Mundo II (O Terceiro Dia)*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 4ª edição.

TORGA, M. (1950) – *Portugal*. Coimbra.

VIANA, J. I. (1967) – *Uma digressão à Lousã em 1846*. Lousã, Tipografia Lousanense, 65 pp. (com introdução de Eugénio de Lemos).

WEARING, S. & NEIL, J. (2000) – *Ecotourism (impacts, potentials and possibilities)*. Butterworth Heinemann, pp. 10-21; 130-138.

## **Pedestrianismo e percursos pedestres**

### **1. Novos valores/comportamentos sociais, revalorização da paisagem e pedestrianismo**

A fruição, a observação e/ou a interpretação da paisagem em contexto de ar livre pode ser feita a pé, de bicicleta de todo-o-terreno (BTT) ou



através de outros meios, no campo, na cidade, na praia ou na montanha, conforme a imaginação, as potencialidades e os objectivos dos interessados.

A actividade de percorrer distâncias a pé em trilhos sinalizados (pedestrianismo) permite um contacto próximo com a paisagem e “pode sensibilizar as pessoas para a importância da protecção dos recursos naturais e culturais, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos que o praticam. Esta actividade é ainda particularmente atractiva nas vertentes pedagógica, científica, lúdica e turística” (CALIXTO, 2008: 3).

O pedestrianismo conheceu um importante incremento nos últimos anos, facto que decorre de importantes mudanças sociais e culturais, em articulação com a promoção da actividade física, o bem-estar e a imagem individual, e também de um conjunto alargado de intervenções territoriais (em especial no que diz respeito aos processos de renovação, reabilitação, revitalização e requalificação), com a presença do Estado (em diferentes esferas hierárquicas), através de diversos instrumentos de gestão territorial, no sentido de aproximar e em alguns casos devolver patrimónios e paisagens aos cidadãos, e criar mais e melhores condições em matéria de espaços e equipamentos de sociabilidade e lazer.

No primeiro caso, importa reflectir sobre o modo de utilizar o tempo livre e, em particular, a valorização das actividades e práticas ao ar livre, com elevada autonomia e flexibilidade de realização (de acordo com a disponibilidade, as potencialidades e/ou os interesses de cada um/a), com investimento relativamente reduzido em equipamentos e meios técnicos, frequentemente em contexto de proximidade face ao local de residência, com pouca exigência física e elevada amplitude etária em termos de praticantes.

Os passeios pedestres e os passeios de bicicleta (designadamente os que decorrem da utilização de bicicletas de todo-o-terreno) configuram as modalidades mais acessíveis, mais flexíveis, menos exigentes e de menores externalidades negativas no âmbito das actividades de lazer em contacto directo com a natureza e o património natural, cultural e paisagístico.

A convergência de todos estes factores/elementos (e outros talvez menos evidentes pois mais enraizados no universo dos valores e das motivações pessoais) explicam o sucesso e a popularidade destas actividades, a forte adesão social às práticas referidas e, ainda, o carácter tantas vezes informal a elas associado. Se por um lado, as condições atmosféricas e o ciclo de alternância das estações são factores de elevado condicionamento para as práticas e actividades ao ar livre, por outro lado a amplitude e a flexibilidade dos percursos e as condições gerais dos praticantes permitem, em regra, encontrar as opções de terreno e de cenário

paisagístico mais adequadas às condições de cada momento. De igual modo, o carácter informal e a destriça conceptual e operativa face ao desporto de competição permite planear, sem pressão, o modo como cada um/a pode utilizar da melhor maneira o seu tempo disponível através de práticas mais saudáveis e de muito diminuta “pegada ecológica”.

Como refere um conhecido guia de percursos pedestres e BTT em Portugal, “Porque é cada vez maior a procura de espaços geográficos com características contrastantes das áreas urbanas como espaços de lazer; a preocupação com os benefícios relacionados com a saúde que trazem as “novas” actividades de lazer; a preocupação com as questões ambientais de onde surge uma necessidade de preservar o meio natural; uma tendência para a aproximação às raízes e à preservação das tradições, e a procura de um espaço informal como ambiente e meio de transmissão/aquisição de conhecimento e valores, torna-se cada vez mais pertinente a implementação de percursos que se adequem às tendências actuais e que, ao mesmo tempo, permitam a preservação de valores patrimoniais (sejam eles naturais, históricos, culturais, ou outros)” (INATEL, 2000: 10-11).

As actividades de passeio pedestre são, de forma inequívoca, pelos argumentos já aduzidos, um caminho e um eixo de grande visibilidade na perspectiva de pensar e agir em tons de verde e azul, ou seja, cultivar uma atitude de descoberta de valores originais, preservação e valorização de patrimónios, memórias e identidades e assim contribuir, no âmbito de intervenções planeadas e integradas nas áreas do lazer, desporto, turismo, cultura e natureza, para o desenvolvimento integrado e sustentável dos territórios e das populações.

KOUCHNER e LYARD (2001) advogam que o passeio pedestre, para a maioria dos praticantes, é uma actividade de lazer informal (figura 1) e não uma actividade desportiva, e que a prática dominante corresponde a pequenos percursos (duas a três horas), com poucas dificuldades, de forma circular (com partida e chegada do mesmo local). Referem, ainda, outras características como, por exemplo, a elevada autonomia dos praticantes (mais de 90% não recorre a serviços de acompanhamento), a presença das mulheres (cerca de 50% dos praticantes em países como a França e a Alemanha), a prática em família e o facto de os praticantes (marcha e passeios pedestres) pertencerem a níveis sociais e económicos médios e elevados.



Fonte: Autor

Figura 1. Pedestrianistas na Praia do Zavial (Costa Vicentina, Abril de 2010)

Caminhos antigos, de ligação entre lugares, de acesso aos terrenos de cultivo e aos espaços florestais, de circulação do gado, mas também levadas, troços ferroviários desactivados, caminhos de peregrinação, vias percorridas por tropas na defesa do território, entre outros, são parte da memória e da identidade das regiões e constituem um património histórico e cultural que importa preservar e valorizar.

Para aproximar e dar a conhecer este património aos cidadãos, e permitir a sua fruição, é necessário identificar (localizar), reconstituir e dotar de condições mínimas de circulação, informação e sinalética (in situ e através de suportes de divulgação/acesso) aos utilizadores os percursos de maior relevância histórica (ou os mais representativos, de acordo com o critério adoptado), com a colaboração dos melhores conhecedores do território.



Fonte: Autor

Figura 2. Sinalização (placa indicativa) da Via Algarviana (GR13), em Sagres (4/2010)

Diversas entidades assumem um papel de relevo na criação e manutenção dos percursos pedestres, designadamente clubes e federações ligadas ao desporto, montanhismo, campismo ou turismo, entidades da administração pública nacional, regional ou local, e ainda entidades ligadas ao turismo.

De acordo com TOVAR (2010: 23-24), “A sinalização de um percurso pedestre é de extrema importância. Um percurso pedestre bem sinalizado/marcado [figura 2] pode ser percorrido em total segurança sem recurso a mapas ou textos descritivos. A marcação de percursos com pintura é bastante frequente e consiste em desenhar marcas definidas e reconhecidas, ao longo de todo o trajecto, que guiam os seus utilizadores, como se de um fácil jogo de pistas se tratasse”.

Assim, os percursos que podem ser percorridos e descobertos a pé ou, em alguns casos, de bicicleta, tantas vezes em resultado da recuperação de caminhos e trilhos que tendo perdido as suas funções originais caíram em desuso pelo aparecimento de alternativas mais viáveis e permaneceram esquecidos, configuram um meio para divulgar e dar a conhecer paisagens que pelos seus valores estéticos e patrimoniais são susceptíveis de uma visita e preservação (como áreas de equilíbrio biocultural). A utilização dos caminhos, cada passo, sobretudo em contextos que conduziram ao desuso e quase desaparecimento, respeitando regras elementares de conduta, é um contributo para a sua preservação, impedindo que a vegetação os ocupe definitivamente.

## **2. Suportes para divulgar os percursos e incentivar os passeios pedestres**

A edição de guias de percursos pedestres pretende criar condições para a protecção, a valorização e a fruição das paisagens mais autênticas e emblemáticas de cada região, disponibilizando aos potenciais interessados um conjunto de informação em torno de percursos seleccionados em função de critérios como o estado de conservação, a segurança, a existência de material de divulgação e de painéis de informação e sinalética, a presença de valores naturais, culturais e paisagísticos relevantes, entre outros. A estrutura e o conteúdo destas publicações, que são um ponto de partida e um estímulo para que cada um/a descubra e aprofunde as sugestões apresentadas, reflectem preocupações em domínios como as características geográficas regionais; os conselhos aos caminhantes na amplitude das diferentes fases do passeio pedestre, ou seja, o planeamento da actividade (“antes de partir”), a realização do percurso (“no campo”) e informações complementares (incluindo regras de conduta, para não deixar rasto, isto é, não causar danos ambientais); a cartografia dos percursos; a descrição e explicação dos percursos; e conselhos úteis.

Passo a passo, caminhada a caminhada ou pedalada a pedalada, os guias pretendem proporcionar os instrumentos e os meios para descobrir, compreender e fruir a paisagem, e também sensibilizar, dar a conhecer, “porque só assim será possível proteger” (CARVALHO e AMARO, 1996: 11).

A título de exemplo, considerando apenas o universo das obras de pedestrianismo publicadas em Portugal e a escala nacional, podemos referir o “Portugal Pé-Ante-Pé – Guia de Percursos Naturais” (206 páginas), editado pela primeira vez em 2001 (com re-edições posteriores) através de uma parceria entre a Bertrand Editora e a Fórum Ambiente. Com o propósito de convidar a sair de casa e reconhecer na paisagem (a percorrer/descobrir) a fauna e a flora, são apresentadas 24 propostas de caminhadas pela natureza (da Serra de Arga ao Sotavento Algarvio), consideradas “representativas da diversidade paisagística portuguesa e das actividades de ar livre praticadas no País”, designadamente dezanove percursos pedestres, dois percursos espeleológicos, um percurso de BTT, um trajecto de escalada e um percurso de canoagem.

Como uma espécie de convite para partir à descoberta ou um passaporte para aventuras ao natural através de caminhadas (e outras actividades como a canoagem, a espeleologia, a escalada e o BTT), sobretudo em ambientes de

montanha, este guia de percursos de natureza decorre da convicção de que “para conhecer um determinado espaço há que percorrê-lo e senti-lo pé-ante-pé” (CUIÇA, 2002: 4). “Em cada percurso é realizado uma descrição, em tom essencialmente narrativo, da rota a percorrer complementado por inúmeras informações sobre a fauna, flora, geologia, o modelado geográfico, os cursos fluviais e as práticas rurais e agrícolas das populações locais. Cada percurso tem duas pequenas caixas: O “Terreno de Jogo” onde se realiza uma síntese do ecossistema local (fauna, flora, topografia, hidrografia, espaço agrário, etc.) e um “Bloco de Notas” onde se esquematiza as características do percurso (distância, dificuldade, cartografia, etc.). São apresentadas ainda diversas fotografias, algumas ilustrações e um mapa do percurso” (VILARINHO, 2007).

Uma obra de maior envergadura e abrangência temática (uma vez que privilegiou o transporte automóvel nomeadamente a utilização de viaturas de série) e territorial (pois incluiu também o Portugal Insular), sob o título “Percursos. Paisagens & Habitats de Portugal” (408 páginas) foi editada, em 2000, pela Assírio & Alvim. Resultado da colaboração entre o Instituto de Conservação da Natureza e o Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Hannover no ano 2000, esta publicação aparece estruturada em rotas subordinadas a temas e subdivididas em vários percursos, a saber: onze rotas e trinta e cinco percursos no Continente; três rotas e seis percursos no Arquipélago dos Açores; e uma rota e três percursos no Arquipélago da Madeira.

“Cada rota inicia-se por uma introdução geral ao tema à qual se encontra associada uma representação cartográfica contendo um local central de cada percurso bem como as principais ligações, por auto-estrada (A), itinerário principal (IP) ou estrada nacional (E), aos demais percursos da mesma rota. (...) Um texto de carácter descritivo acompanha cada percurso surgindo de onde em onde uma caixa, contendo informação sobre um tema ou lugar específico, ou uma fotografia” (FARINHA, 2000: 21-22), e no final da obra é apresentado um glossário dos termos utilizados, um índice de espécies botânicas e zoológicas, um reportório de moradas úteis bem como uma sùmula bibliográfica.

Os percursos pedestres (em regra de pequena extensão física – 2 a 6 quilómetros) são referenciados em algumas paragens no decurso desta obra como, por exemplo, no Alto de Montejunto (para apreciar a fábrica de gelo e o castinçal), nas Salinas de Monte Novo (Sado) e de Castro Marim, na Serra Serrada (Montesinho), em Lamas de Olo (Alvão), em Pitões das Júnias (Gerês) e no Covão da Ponte (Serra da Estrela), através de pequenos textos

descritivos, mas sem elementos que permitam deduzir da existência de verdadeiros percursos marcados e sinalizados in loco.

Uma das publicações mais recentes (meados de 2008) de âmbito nacional, embora de carácter generalista, é o “Guia de Lazer Lifecooler”, editado em oito volumes de configuração regional (Douro e Trás-os-Montes; Minho e Porto; Centro e Serra da Estrela; Oeste, Ribatejo e Fátima; Região de Lisboa; Alentejo com Alqueva e Litoral Alentejano; Algarve; Madeira e Açores). Nesta colecção de guias, orientados para viagens de fim-de-semana ou mini-férias, no sentido de incentivar e apoiar o lazer, o convívio e a descoberta de Portugal, cada volume está organizado em seis partes: passear (sugestões de passeios de diversos tipos); descobrir (cidades e a região – reportório dos lugares mais relevantes); experimentar (aventura e ar livre; ciência e tecnologia; natureza e ambiente; saúde e bem-estar); participar (festas, mercados e outros eventos); descansar (alojamento turístico) ou saborear (restaurantes e produtos tradicionais), que correspondem a outros tantos domínios operativos das dimensões da viagem (ver, sentir e fazer).

A análise do “Guia de Lazer Lifecooler”, centrada no capítulo consagrado aos passeios, permite evidenciar a tipologia das sugestões apresentadas ou seja os diversos tipos de passeios em Portugal (quadro 1), onde se incluem as caminhadas (passeios pedestres). Para o universo dos passeios propostos (95), os passeios pedestres são referenciados 13 vezes (13,7% do total) de forma autónoma, 3 vezes (3,2%) em articulação com a bicicleta (passeio a pé ou de bicicleta) e outras tantas vezes (3,2%) de forma mista (barco e a pé; carro e a pé). A modalidade mais importante corresponde aos passeios de carro (60%) e os passeios de comboio ocupam a terceira posição (com 12,6% do total). Fazendo parte das sugestões de passeio em todas as regiões de Portugal, as caminhadas (de forma autónoma e mista) têm maior representação (peso relativo e absoluto) nos Açores (S. Jorge e Pico); no Oeste, Ribatejo e Fátima (Paul do Boquilobo; Berlengas; Lagoa de Óbidos; Fórnea-Alcaria); no Minho e Porto (Ecopista do Rio Minho; Ponte de Lima-Lagoas de Bertandos); na Madeira (Curral das Freiras); no Douro e Trás-os-Montes (Tourém e Vale do Corgo); em Lisboa (Serra da Sintra; Cascais-Guincho) e no Alentejo (Mina de São Domingos-Pomarão; Évora-Graça do Divor). Nas restantes regiões os passeios pedestres têm menos expressão como propostas de lazer: Centro e Serra da Estrela (Vila Velha de Ródão) e Algarve (Monchique-Marmeleite). De acordo com o texto que acompanha cada passeio pedestre (com a descrição do percurso e informações sobre os acessos, a extensão, o período mais

propício para realizar os passeios, e indicações úteis), deduzimos que a maioria destes percursos pedestres não apresenta sinalização.

Quadro 1. Propostas de passeios segundo o “Guia de Lazer Lifecooler”

Tipologia	Região								Total	
	Minho e Porto	Douro e Trás-os-Montes	Centro e Serra da Estrela	Lisboa	Oeste	Alentejo	Algarve	Madeira e Açores	Nº.	%
Carro	7	6	8	6	6	8	9	7	57	60
A Pé	1	2	1	2	2	2	1	2	13	13.7
A Pé ou de Bicicleta	2				1				3	3.2
Barco	1	2						1	4	4.2
Comboio		2	3	2	1	2	2		12	12.7
Misto/Outros				2	2			2	6	6.3
Total	11	12	12	12	12	12	12	12	95	100.1

Elaboração Própria com base no “Guia de Lazer Lifecooler” (2008)

No âmbito regional, destacamos o “Guia de Percursos Pedestres do Algarve”, editado em 2008, resultante de uma parceria entre a Região de Turismo do Algarve e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Os 33 percursos (trilhos) incluídos nesta publicação (com quase uma centena de páginas) assumem-se como novos motivos de interesse no segmento de turismo de natureza, que assim pretende incentivar, dando a conhecer paisagens diversificadas e esteticamente atraentes da Costa Vicentina, Litoral Sul, Barrocal, Serra e Guadiana, afinal, os exemplos mais paradigmáticos dos eixos vertebradores (áreas protegidas e corredores ecológicos) da importância biológica e paisagística desta região em termos nacionais e europeus.

Cada percurso é acompanhado de uma ficha-tipo com um conjunto de informações como o nome pelo qual o trilho é conhecido; a localização (concelho e localidade); os acessos (indicações sobre como chegar e sobre o ponto de partida); o tipo de percurso seleccionado (pedestres/BTT/equestre); a distância (total a percorrer de todos os caminhos do percurso); a duração média (calculada como base nas características do percurso e numa velocidade média de 3-3,5 kms/hora para os percursos pedestres); o declive (com base no perfil topográfico); o tipo de caminho (estradas, caminhos e carreiros) e se é um percurso linear ou circular; a época mais aconselhável de



visita (tendo em conta as condições atmosféricas e as características do percurso); a indicação se o percurso está homologado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal; a indicação se o percurso dispõe de elementos visuais informativos (sinalização) como painéis e sinalética direccional; a existência de singularidades no trilho, de algum ponto de interesse cultural ou de informação adicional considerada de utilidade para o caminhante; a inserção do percurso em alguma Área Protegida ou sítio da Rede Natura 2000; uma descrição do que se pode encontrar no local, no que diz respeito à paisagem, à fauna, à flora ou a aspectos culturais existentes; os proprietários (se os caminhos são públicos ou privados), a(s) entidade(s) responsável(eis) e informações adicionais, como a da integração do percurso em “zona de caça”. Um mapa do percurso (escala 1/25000) com um gráfico do perfil topográfico e algumas indicações legendadas acompanham o texto.

De igual modo, merece referência o “Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã” (160 páginas), da autoria de Armando CARVALHO e Pedro AMARO, editado pela Quercus, em 1996, no âmbito do “Projecto Do Litoral para o Interior” (Programa LIFE). Centrado nos municípios de Castanheira de Pêra, Góis e Lousã, o “Guia de Percursos Pedestres da Serra da Lousã” compreende seis percursos pedestres e 3 percursos rodoviários (podendo estes últimos serem, também, percorridos como percursos pedestres), que são antecidos de uma análise contextualizada da Serra da Lousã. Cada percurso é acompanhado de uma apresentação introdutória, uma ficha técnica (com informação sobre a extensão, o tipo, a variação altimétrica, os declives, a dificuldade, a duração, o local de início e fim de percurso, a faixa etária recomendada e o período recomendado, entre outras), uma descrição pormenorizada dos pontos de referência e uma base cartográfica (1/25000) de apoio (em anexo – onde são disponibilizadas informações relativas à bibliografia utilizada e de apoio ao visitante, aos inventários de fauna e flora, e apoios ao montanhista e ao visitante).

### **3. Incentivos relacionados com intervenções públicas recentes**

Na perspectiva dos apoios (directos e indirectos) para a marcação, divulgação e utilização de percursos pedestres, decorrentes de intervenções públicas recentes, é necessário enfatizar um leque muito diversificado de iniciativas sobretudo em torno da temática do desenvolvimento dos territórios e das populações, em especial através de instrumentos relacionados com a requalificação territorial (e a revitalização do tecido

económico e social) em ambientes geográficos de geometria variável, mas sublinhar também a existência de planos e acções concretas neste domínio. A partir do contexto nacional, merece a pena referir alguns exemplos paradigmáticos que se constituem como apoios ou incentivos decisivos para o incremento do número de percursos pedestres e praticantes de pedestrianismo.

As estratégias para a requalificação urbana, em sintonia com as principais orientações e tendências evolutivas contemporâneas em matéria de desenvolvimento e planeamento urbano, revelam a primazia da reutilização de infra-estruturas e equipamentos existentes em detrimento da construção nova e a reutilização/reconversão de espaços urbanos (devolutos, abandonados ou degradados, em particular) com o objectivo de melhorar as suas condições de uso e fruição. A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade do ambiente e da vida nas cidades, e envolve a articulação e integração de diversas componentes como, por exemplo, a habitação, a cultura, a coesão social e a mobilidade, no sentido de contribuir para uma dinâmica funcional urbana mais inclusiva, coerente e sustentável (CARVALHO, 2008)

As operações de renovação de frentes de água correspondem a uma intenção de eliminar barreiras (como determinadas infra-estruturas ferroviárias, rodoviárias, portuárias e militares) entre a cidade e o plano de água e incentivar uma relação mais estreita entre os cidadãos e as paisagens aquáticas. Característica comum a diversas intervenções em frentes de água é o dimensionamento generoso e a qualidade e inovação arquitectónica do seu espaço público, constituindo intervenções com um carácter de excepção e de exemplaridade (MARSHALL, 2001, cit. por CARVALHO, 2008). Outro paradigma que acompanha (como parte integrante de) várias operações de renovação de frentes de água é a disponibilização (através da criação ou valorização) de novos espaços verdes para a cidade, considerado fundamental para as actividades de lazer ao ar livre, designadamente para os passeios pedestres.

A renovação de frentes de água, como acção estratégica de planeamento da cidade, pretende criar novas centralidades e uma nova imagem para a cidade. A primeira dimensão urbana resulta da criação de melhores acessibilidades, novos equipamentos (culturais e de lazer) de dimensão municipal e nacional, e novos espaços construídos (para alojamento, comércio e serviços). Para a criação de uma nova imagem urbana é importante o investimento no desenho urbano (em especial os espaços públicos) e a qualidade da equipa técnica interveniente (arquitectos,

urbanistas e gestores do território). Outra tendência muito marcante das operações de renovação de frentes de água é a indução de novas funções relacionadas com a cultura, o lazer e o turismo, assim como a oportunidade de salvaguardar e valorizar patrimónios abandonados, nomeadamente o património industrial, por via da sua integração ou adaptação funcional (CARVALHO, 2008).

Em Portugal, um dos eixos mais importantes das intervenções de requalificação urbana na cidade contemporânea decorre do Programa Polis (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, 2000-2006). Este consistiu em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, e deste modo melhorar a atractividade e competitividade de pólos urbanos que desempenham um papel decisivo na estruturação do sistema urbano nacional. O Polis pretendeu desenvolver um conjunto de intervenções urbanísticas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre as Câmaras Municipais e o Governo (Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente), que pudessem servir de referência para outras a desenvolver pelas autarquias locais.

Em particular no âmbito da Componente 1, orientada para operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental, foram implementadas diversas intervenções que incluíram a construção ou a recuperação de vias cicláveis e pedestres, como aconteceu nas cidades de Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria, Guarda, Bragança e Covilhã, entre outras.

No que diz respeito aos programas direccionados para os territórios rurais e urbanos de baixa densidade em Portugal, destacam-se iniciativas como, por exemplo, as Aldeias Históricas e as Aldeias do Xisto (Região Centro), as Aldeias de Água de Alqueva (Alentejo) e as Aldeias Vinhateiras do Douro (Norte). Pelo carácter pioneiro e pertinência para a temática em análise, importa explicitar o contributo das Aldeias Históricas de Portugal.

Para contextualizar estas intervenções importa referir que o desenvolvimento rural é a face de maior visibilidade das novas orientações para a promoção do desenvolvimento do mundo rural, como resultado da afirmação das perspectivas territorialistas, ambientalistas e patrimonialistas que enfatizam a multifuncionalidade, a especificidades dos territórios e do seu potencial de recursos, e assumem como prioritários os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria. Com efeito, desde o início dos anos 90 (século XX) emergem políticas e intervenções centradas na utilização inovadora de recursos patrimoniais com ligação ao lazer e ao turismo, no sentido de configurar novos caminhos para o desenvolvimento

dos territórios e das populações. A segmentação e a especialização dos mercados turísticos, a diversificação económica e a transição funcional dos territórios são acompanhadas de uma nova exigência em matéria de planeamento e sustentabilidade do turismo, tendo em vista reduzir as suas externalidades negativas, preservar os recursos e distribuir de forma equitativa os seus benefícios (CARVALHO, 2009).

As Aldeias Históricas de Portugal, reflectindo a influência destas tendências, pretenderam requalificar e dinamizar um conjunto de lugares de grande potencial patrimonial e turístico (mas muito marcados pelos efeitos negativos do progressivo despovoamento, abandono e desvitalização económica e social), na Beira Interior (em torno da Serra da Estrela), através de linhas de acção direccionadas para as infra-estruturas básicas, a salvaguarda e a valorização do património (através de intervenções ao nível das fachadas e coberturas das estruturas edificadas), a promoção e divulgação do território e a animação das economias locais.

As intervenções decorreram no âmbito do Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (1994-1999) e do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006) nomeadamente a Acção Integrada de Base Territorial “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias”, envolveram investimentos superiores a 40 milhões de euros, e integraram fases diferenciadas (mas complementares) orientadas em primeiro lugar para as tarefas de requalificação e infra-estruturação das aldeias, e num segundo momento para as dimensões da animação sócio-cultural e da promoção turística (nacional e internacional).

É este último desígnio que contextualiza a elaboração (pelo INATEL) da “Carta do Lazer das Aldeias Históricas” (1999). Editada em oito volumes, esta publicação visa divulgar a todos os potenciais interessados “um conjunto de informações nas vertentes cultural, desportiva e de lazer que permitam a fruição dos patrimónios locais criando, assim, condições para um desenvolvimento económico sustentado de base local” (SANTOS, 1999: 5).



Fonte: Autor

### Figura 3. Percursos pedestres (sinalizados) no Piódão (2010)

Como documento orientador (roteiro) inclui na parte final de cada volume, um capítulo dedicado aos percursos (em automóvel, de autocarro, a cavalo, a pé, de bicicleta, mistos) com informação técnica dos itinerários propostos para (ou na área envolvente de) cada Aldeia Histórica (figura 3), onde são apresentados os percursos, descritas as suas características mais significativas, disponibilizados elementos de informação específica de cada um, como a extensão, a duração, o acesso, o tipo de piso (desníveis e características do terreno), a orientação do percurso, o equipamento necessário, os pontos de água (nos percursos de BTT, pedestres e mistos) e, ainda um conjunto de documentos complementares como plantas urbanas e fotografias nos passeios urbanos, cartas militares, fotografias e gráficos altimétricos nos passeios pedestres, e road books, fotografias e gráficos com os desníveis acumulados nos passeios de bicicleta de montanha (nos percursos mistos, isto é, que permitem a realização de percursos de diversas formas, é disponibilizado um road book, uma carta militar, fotografias e um gráfico com a altimetria). Os percursos de BTT, pedestres e mistos são acompanhados de indicação da dificuldade física e técnica.

A “Carta do Lazer das Aldeias Históricas” apresenta quase seis dezenas de percursos, repartidos pelas dez aldeias (e área envolvente) – quadro 2. Uma análise por tipologia de itinerário revela a preponderância dos percursos de BTT (55%) e a importância dos percursos automóveis (25.9%). Os percursos pedestres representam apenas 10.3% e os itinerários mistos (pedestre e BTT) não excedem os 8.6% do total de percursos sugeridos pelos roteiros. Linhares da Beira (Percurso dos Castanheiros), Marialva (Percurso da Quinta do Convento), Castelo Rodrigo (Percurso da Marofa), Castelo Novo (Percurso da Casa Florestal e Percurso de Alcongosta) e Piódão (Percurso de São Pedro do Açor) configuram o enquadramento geográfico dos seis percursos pedestres assinalados, com uma extensão entre 7,66 kms

(Castanheiros) e 18 kms (São Pedro do Açor), e uma duração entre duas horas (Linhares da Beira) e cinco horas (Quinta do Convento).

Quadro 2. Percursos da “Carta do Lazer das Aldeias Históricas”

Aldeias Históricas	Concelhos	Percursos/Itinerários				Total Nº.
		BTT	Pedestre	BTT/Pedestre	Automóvel	
Linhares da Beira	C. da Beira, F. de Algodres, Gouveia, Manteigas e Seia	4	1	4	2	11
Marialva	Meda e Trancoso	4	1		1	6
C. Rodrigo	Fig. de Castelo Rodrigo e V. N. de Foz Côa	4	1		2	7
Almeida e Castelo Mendo	Almeida, Guarda e Pinhel	6		1	1	8
Sortelha	Sabugal, Belmonte e Covilhã	4			2	6
Idanha-a-Velha e Monsanto	Idanha-a-Nova e Penamacor	5			2	7
Castelo Novo	Fundão e Castelo Branco	3	2		2	7
Piódão	Arganil, Oleiros, O. do Hospital e P. da Serra	2	1		3	6
Total (Nº.)		32	6	5	15	58

Elaboração Própria com base na “Carta do Lazer das Aldeias Históricas” (1999)

Assim, o utilizador poderá escolher o percurso que mais interessa, em função da dificuldade física e técnica, e dos cenários paisagísticos (montanhas, vales, planaltos ou outros que permitem conhecer as características mais importantes das aldeias, vilas e cidades incluídas na área envolvente das Aldeias Históricas).

Na sequência do trabalho realizado no âmbito da “Carta do Lazer das Aldeias Históricas”, foi editada em 2000, também pelo INATEL, a “Grande Rota das Aldeias Históricas (GR22)”, isto é, um percurso pedestre de grande rota que une as 10 aldeias classificadas como históricas (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha), e que pretende “chamar a uma região desfavorecida todos aqueles quantos, numa atitude de descoberta de valores, preservação de identidade e de fomento da melhoria das condições de vida local queiram, por uma vez, percorrer caminhos mágicos” (INATEL,

2000: 7). São quase 550 quilómetros, por 17 municípios da Beira Interior, e mais de 50 povoações, atravessando áreas protegidas (Parque Natural da Serra da Estrela, Parque Natural do Douro Internacional e Reserva Natural da Serra da Malcata) e sítios da Rede Natura 2000, para percorrer as dez etapas (cuidadosamente apresentadas, com importante informação e documentação, neste roteiro).

Na mesma linha programática encontramos os percursos pedestres (e de BTT) das Aldeias do Xisto. No contexto da estratégia regional para o desenvolvimento do Pinhal Interior (2000-2006), a Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEDER), assumiu como prioridade as intervenções no domínio do património e dos lazeres turísticos. De entre os diversos eixos da intervenção, encontra-se a criação de uma rede de percursos e lugares patrimonialmente relevantes.

Os “Caminhos do Xisto” são 16 percursos pedestres, de pequena rota, implementados nos territórios das Aldeias do Xisto. Aproveitando caminhos antigos, os percursos desenvolvem-se a partir das aldeias, ou nas suas proximidades, possibilitando um contacto muito próximo com o território e os seus valores naturais e culturais (TOVAR, 2010).

De acordo com a ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto), a implementação desta rede de caminhos, pretende ser um factor de inovação do produto turístico existente no território, aumentando a capacidade de atracção e a qualidade do mesmo, contribuindo para a criação de um destino de excelência de Turismo de Natureza, permitindo ainda o alargamento das actividades de lazer, não só para os turistas como para a população local.

No total, são quase 120 quilómetros de percursos sinalizados, a maioria de forma circular, articulando 17 das 24 aldeias que constituem a rede de Aldeias do Xisto. Todos os percursos estão marcados/sinalizados segundo as normas da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e foram submetidos ao processo de homologação, que se encontra em curso (TOVAR, 2010).

A informação sobre os percursos está disponível, em português e inglês, na página WEB das Aldeias do Xisto. Para cada um existe um folheto, disponível para download, com informação bastante detalhada, que inclui: identificação dos percursos, mapa/esquema, distância, duração, tipo (circular ou linear), desnível acumulado, altitude máxima e mínima, texto descritivo, pontos de interesse, altimetria, grau de dificuldade, época do ano aconselhada, informações e contactos úteis, sinalética, normas de conduta e

identificação dos promotores. Adicionalmente, encontra-se disponível, online, informação para GPS (TOVAR, 2010).

Em Ferraria de S. João, Gondramaz e na Lousã foram criados Centros de BTT. Os Centros de BTT das Aldeias do Xisto são locais de acolhimento dotados de equipamentos dedicados aos praticantes de BTT, oferecendo estacionamento, balneários e estação de serviço para bicicletas em regime de self-service. Integram uma rede de trilhos, para diferentes modalidades de BTT, sinalizados com marcações específicas, adoptadas internacionalmente, com quatro níveis de dificuldade adequados a todos os tipos de utilizadores, desde os que pretendem iniciar-se até aos mais exigentes.

Por outro lado, é importante assinalar as iniciativas relacionadas com a requalificação de canais ferroviários desactivados.

As intervenções nos troços de via férrea desactivados, envolvendo diversos objectivos, reflectem a utilização do caminho-de-ferro para fins turísticos, a reactivação esporádica de linhas em moldes técnicos diferente do original e a utilização da plataforma da via férrea para a criação de vias verdes, sob a forma de ciclovias, ecopistas, trilhos e caminhos de lazer (SARMENTO, 2003). Este último exemplo, apesar das diferentes designações utilizadas na bibliografia (rail to trail, nos Estados Unidos; greenways, no Reino Unido; vias verdes, em Espanha; ecovia ou ecopista, em Portugal, entre outras), configura percursos através de canais ferroviários desactivados, que podem ser percorridos a pé ou de bicicleta, com informação (em torno dos locais mais relevantes para o percurso) e equipamentos de apoio para os utilizadores. Portanto, através de caminhos destinados à circulação a pé ou em bicicleta, permitindo a ligação (local e regional) em faixas ou em rede no interior ou entre paisagens de interesse ambiental e patrimonial.

Em Portugal, a REFER tem acolhido e apoiado a adaptação dos troços de plataforma da via desactivados, a ecopistas, à semelhança do que é feito em países como os Estados Unidos da América, França, Inglaterra e Espanha, entre outros, criando-se rotas de passeio não motorizado, de lazer, de desporto e de contacto com a natureza, nos troços mais aptos àquelas funções. A par da preocupação de reutilização da plataforma ferroviária, a REFER tem responsabilidade também na salvaguarda e valorização do património edificado. O objectivo principal é a “implementação de soluções que permitam a sua reutilização e rentabilização por forma a que desempenhem novas funções úteis à comunidade”, permanecendo todo este património “(...) na titularidade do domínio público ferroviário”. “Para além desta via de rentabilização, e em especial nas circunstâncias em que o



património edificado ou os terrenos tenham melhor aptidão para o exercício de funções comerciais, é também perspectivada a definição de espaços de urbanização viável, com projectos e negociações a desenvolver pelos órgãos próprios da REFER” (REFER, 2007), de tal maneira que, por via de parcerias contratualizadas com diversas entidades (autarquias, associações, investidores e instituições públicas e privadas ligadas ao turismo e à actividade comercial), estão já concretizadas algumas concessões (como, por exemplo, em Chaves, Castelo de Vide e Vila Viçosa onde foi instalado o Museu do Mármore no edifício da antiga estação), estando outras em vias de concretização (CARVALHO et al., 2007).

No contexto do “Plano Nacional de Ecopistas da REFER”, criado em 2001, foram definidas intervenções no sentido de requalificar e reutilizar linhas e canais ferroviários desactivados em algumas áreas do Norte, Centro e Alentejo. O objectivo principal é inverter o ciclo de abandono e degradação dos canais ferroviários desactivados e o património com eles relacionado, que se acentuou desde a década de 80, quando a racionalização da exploração ferroviária determinou o encerramento do tráfego de passageiros e de mercadorias em diversos troços de caminho de ferro. Cerca de 20% da extensão da rede ferroviária nacional, ou seja, aproximadamente 715 quilómetros, corresponde a canais desactivados (portanto, sem tráfego ferroviário). Estes, por sua vez, atravessam 41 municípios onde residiam, em 2001, mais de um milhão de habitantes.

Quadro 3. Ecopistas e reutilização de vias férreas em Portugal

<b>Ecopista</b>	<b>Linha/Ramal</b>	<b>Ano de desactivação</b>	<b>Extensão (Km)</b>	<b>Utilização (Km)</b>	<b>Troço Utilizável</b>	<b>Abertura ao Público</b>
Rio Minho	Ramal de Monção	1990	14	14	Valença - Monção	2004
Corgo	Linha do Corgo	1990	71	9	Vila Pouca de Aguiar	s/d
Sabor	Linha do Sabor	1989	104	12	Torre de Moncorvo - Larinho	2006
Guimarães-Fafe	Linha de Guimarães	1990	28	14	Guimarães - Fafe	1996
Famalicão	Ramal de Famalicão	1990	10,2	10,2	Famalicão - Póvoa de Varzim	2009
Vouga	Linha do Vouga	1983	96	9	Sever do Vouga	s/d
Dão	Linha do Dão	1983	49	8	Viseu - Figueiró	2007
Mora	Ramal de Mora	s/d	60	20	Évora - Sempre Noiva	2006
Montado	Ramal de M.-o-Novo	1987	13	13	M.-o-Novo - T. da Gadanha	2009

Elaboração Própria com base em REFER (2010)

Em meados de 2010, segundo a informação disponibilizada pela REFER, estavam em funcionamento nove ecopistas com um total de 109.2 quilómetros de via férrea reabilitados e utilizáveis (que corresponde a 24.5% da extensão total das linhas ou ramais desactivados e integrados neste processo), a saber: Minho, Corgo, Sabor, Guimarães-Fafe, Famalicão, Dão, Vouga, Montado (Montemor-o-Novo) e Mora (quadro 3).

Assim, com a adopção da designação de ecopistas como marca para a requalificação de canais ferroviários abandonados<sup>17</sup> e a implementação deste processo (com enquadramento internacional) através da figura jurídica de concessão aos municípios, foi iniciado um novo ciclo, que desencadeou, da parte da REFER, a elaboração de estudos prévios de projectos de arranjo paisagístico e conduziram a algumas intervenções no terreno no sentido de preservar, refuncionalizar e valorizar uma parte do património ferroviário português que estava (e está) em perigo de desaparecer.

#### **4. Geografia dos percursos pedestres**

De acordo com a European Ramblers Association (2009), a Europa é atravessada por uma rede de 11 percursos de Grande Rota que se desenvolvem através de vários países. “Estes percursos, que se desenvolvem num total de quase 55000 quilómetros, constituem eixos de uma imensa rede que integra milhares de quilómetros de percursos locais, de dimensão variável e articulando-se de forma a satisfazer diferentes tipos de utilizadores. Partes destes percursos sobrepõem-se a algumas rotas históricas, como a mítica GR65, o caminho francês de peregrinação a Santiago de Compostela” (TOVAR, 2010: 27).

Alguns países da Europa têm longa tradição na actividade de pedestrianismo, uma vasta rede de percursos sinalizados e bons materiais de divulgação, destacando-se a Áustria, a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha e a Suíça. Países como a Dinamarca, Hungria, Luxemburgo e Suécia, apresentam uma rede de percursos pedestres complementada por abrigos e outros locais de alojamento turístico, permitindo a pernoita dos pedestrianistas ao longo dos itinerários.

---

<sup>17</sup> Em Julho de 2011, com a inauguração oficial do setor da Ecopista do Dão, entre Santa Comba Dão e Figueiró (Viseu), ficaram disponíveis ao público mais de quatro dezenas de quilómetros a somar ao total de vias férreas refuncionalizadas, sendo esta ecopista a de maior extensão em Portugal.

A dissertação de mestrado de Zília TOVAR (2010), sobre a temática do pedestrianismo, percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal, é o mais recente (e importante) contributo da investigação nacional para explicitar a dimensão espacial destas actividades. A autora utilizou duas fontes documentais como pilares para a análise da expressão territorial dos percursos pedestres e do pedestrianismo: por um lado, identificou e catalogou as actividades realizadas e divulgadas nos últimos anos a partir do blog “Pedestrianismo e Percursos Pedestres” (o mais importante neste domínio em Portugal); por outro lado, considerou os percursos homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) – antiga Federação Portuguesa de Campismo.

O desenvolvimento do pedestrianismo e dos percursos pedestres é relativamente recente em Portugal, apontando-se a década de 90 (século XX) como uma referência incontornável neste domínio, com a divulgação das normas de marcação, a sinalização dos primeiros percursos, a edição das primeiras publicações (como já referimos) e o incremento da organização destas actividades.

Fazendo uma avaliação do que o pedestrianismo representa em Portugal, considerando o número de actividades programadas por diversas entidades (cerca de 240, em 2008-2009, sem finalidades comerciais), pode afirmar-se que, como actividade de lazer, o pedestrianismo tem uma importância significativa, ocorrendo com crescente regularidade em todo o território nacional. Contudo, a este nível, destacam-se as regiões Norte (28%), Lisboa e Vale do Tejo (26%), e Centro (21%), que em conjunto perfazem 75% do total, como as mais dinâmicas na organização de actividades de pedestrianismo.

Em relação ao número de actividades programadas, para o ano de 2009, foram apresentadas 1780 actividades. Considerando que as actividades ocorrem geralmente ao fim-de-semana, em média realizam-se cerca de 34 actividades por fim-de-semana, em todo o país e ao longo de todo o ano. De igual modo, é evidente o crescimento significativo (mais 61%) do número de actividades de pedestrianismo programadas entre 2007 e 2009.

A distribuição geográfica das actividades de pedestrianismo faz sobressair algumas áreas do território nacional, de Norte a Sul e ilhas, que têm em comum integrarem ambientes de montanha e espaços de elevado interesse natural. Com efeito, destaca-se o Parque Nacional da Peneda-Gerês, a região da Serra da Freita, o concelho de Idanha-a-Nova e área envolvente, os concelhos que integram as Serras de Aire e Candeeiros, a Serra de Sintra e o Litoral da região de Lisboa, os concelhos de Montemor-

o-Novo e Évora, no Alentejo, e os concelhos de Loulé, Tavira e Alcoutim, no Algarve (TOVAR, 2010).

Em Portugal existem quase 3500 quilómetros de percursos pedestres homologados, distribuídos pela totalidade do território nacional, com excepção do arquipélago dos Açores (onde existe uma importante oferta deste tipo de equipamento, embora não homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal).

“Destacam-se as regiões Norte (1025,6 km), Centro (761,5 km) e Algarve (755,8 km), que em conjunto perfazem 2542,9 km de percursos pedestres homologados, ou seja, 76% do total.

O total de quilómetros de percursos apresentado corresponde a percursos de pequena rota e percursos de grande rota, sendo a maioria de pequena rota (cerca de 71%), ou seja, percursos que se percorrem numa jornada, geralmente com extensão inferior a 30 km” (TOVAR, 2010: 48).

Relativamente a estes últimos, “o continente apresenta 98,8% do número de percursos pedestres de pequena rota e concentra 99,2% do total de quilómetros. A região Norte é a região com maior número e total de quilómetros de percursos pedestres de pequena rota, seguindo-se a região Centro, o Algarve, o Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo. A região da Madeira tem apenas 3 percursos pedestres, com um total de 18,8 km.

Considerando todos os percursos pedestres homologados, TOVAR (2010: 49-53) conclui que os concelhos em que existe maior número de quilómetros de percursos homologados, com mais de 80 quilómetros de percursos, se situam em áreas de grande interesse natural, como são os casos dos seguintes municípios:

- Terras de Bouro e Montalegre, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, e o concelho vizinho de Vieira do Minho;
- Arouca, que integra a Zona Especial de Conservação (ZEC) das Serras da Freita e Arada (PTCON0047);
- Idanha-a-Nova, com a Zona de Protecção Especial (ZPE) Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042);
- Nisa, muito próximo do Parque Natural da Serra de S. Mamede, com grande parte da sua área na ZEC de São Mamede (PTCON0007);
- Porto de Mós, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros;
- Cadaval, na Área de Paisagem Protegida da Serra de Montejuento;
- Sintra, no Parque Natural Sintra-Cascais;
- Grândola, que integra a ZEC Comporta/Galé (PTCON0034);
- Loulé e Tavira, no Parque Natural da Ria Formosa;
- Alcoutim, que integra a ZEC Guadiana (PTCON0036).

É ainda de realçar que estes concelhos, que dominam o panorama nacional em termos de quilómetros de percursos pedestres homologados, têm no seu território importantes áreas de montanha, como as Serras da Peneda e Gerês, Serra da Freita, Serra de Penha Garcia, Serras de Aire e Candeeiros, Serra de Montejunto, Serra de Sintra, Serra de Grândola, Serra de S. Mamede e Serra do Caldeirão.

Os concelhos que se enquadram no nível imediatamente abaixo, em número de quilómetros de percursos homologados, na categoria “31-80 km”, são concelhos que se situam na vizinhança dos primeiros. Destacam-se áreas formadas por conjuntos de concelhos, vizinhos uns dos outros, com assinalável ocorrência de percursos pedestres homologados, a saber:

- A área junto à fronteira Norte do país, desde Melgaço até Bragança, que se estende para Sul englobando os concelhos de Guimarães e Amarante, estendendo-se pelo litoral, entre Valença e Póvoa do Varzim;

- A área de Arouca, S. Pedro do Sul e Vouzela;

- A área de Penamacor e Idanha-a-Nova;

- A região das Serras de Aire e Candeeiros e Serra de Montejunto e o seu prolongamento para o litoral, formando uma faixa, nem sempre contínua, entre Leiria e Grândola;

- Por fim, a terceira área do país em número de quilómetros de percursos homologados (a região do Algarve) que apresenta uma superfície bem definida e de expressiva continuidade (TOVAR, 2010).

De modo análogo ao que se verifica em relação à distribuição geográfica das actividades de pedestrianismo, também a oferta de percursos pedestres homologados é maior em áreas de montanha e de elevado interesse natural (como a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a Rede Natura 2000). Estas configuram as principais áreas de potencial desenvolvimento de produtos de turismo de passeio pedestre.

Neste contexto, os percursos pedestres assumem importância como forma de complementar a experiência do turista num determinado destino, ao constituírem mais uma oferta de actividade em que o turista pode participar, mas também podem assumir o papel principal no produto turístico e constituírem a razão da deslocação ao destino.

## **Referências Bibliográficas**

ADXTUR (2010) – *Caminhos do Xisto* (disponível em: [www.aldeiasdoxisto.pt/percursos\\_pedestres.html](http://www.aldeiasdoxisto.pt/percursos_pedestres.html), 31-03-2010).

BENTO, T. (2000) – *GR22, Grande Rota das Aldeias Históricas*. Lisboa, INATEL.

BIETOLINI, A. (2007) – *Manual de Caminhada – Trekking*. Arte Plural Edições.

CALIXTO, V. e DORES, A. (coord.) (2008) – *Guia de Percursos Pedestres (Algarve)*. Faro, Região de Turismo do Algarve e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

CARVALHO, A. e AMARO, P. (1996) – *Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã*. Coimbra, Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza).

CARVALHO, P. et al. (2007) – “Caminhos de ferro desactivados e novas funcionalidades: a ecopista Montemor-o-Novo – Torre da Gadanha”. In CRUZ, F. (org.): *Vestígios do Passado (Actas das II Jornadas Internacionais sobre Vestígios do Passado)*. Póvoa de Varzim, AGIR, pp. 173-217.

CARVALHO, P. (2008) – “Cidades e valorização paisagística de frentes aquáticas”. *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Vol. VI (2ª série), pp. 327-338.

CARVALHO, P. (2009) – “Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade”. *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Vol. VII (2ª série), pp. 485-506.

COUTINHO, C. (coord.) (2008) – *Guias de Lazer Lifecooler* (8 vols.).

CUIÇA, P. (ed.) (2002) – *Portugal Pé-Ante-Pé. Guia de Percursos Naturais*. Lisboa, Bertrand Editora e Fórum Ambiente, 3ª edição.

FARINHA, J. C. (coord.) (2000) – *Percursos. Paisagens & Habitats de Portugal*. Lisboa, Assírio e Alvim e Instituto de Conservação da Natureza.

GONÇALVES, J. (2002) – *Passo-a-passo. Percursos Pedestres de Portugal*, Lisboa, Federação Portuguesa de Campismo, Instituto Nacional do Desporto.

HALL, C. M. & PAGE, S. J. (2006) – *The Geography of Tourism and Recreation – environment, place and space*. London and New York, Routledge.

INATEL (2000) – *Carta do Lazer das Aldeias Históricas* (8 vols.). Lisboa, INATEL.

KOUCHNER, F. & LYARD, J. (2001) – “A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais – Guia pedagógico para a elaboração e execução de um projecto de passeio pedestre”. *Inovação em Meio Rural*, Caderno nº. 12, Observatório Europeu Leader (disponível em:

<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/walking/walking.pdf>, 12-02-2009).

LOPES, A. (2003) – *Percursos pedestres no Parque Natural do Vale do Guadiana. Contribuição para a sua implementação no âmbito do Turismo de Natureza*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Biológicos, Évora.

PEARCE, D. & BUTLER, R. (eds.) (2005) – *Contemporary Issues in Tourism Development*, London and New York, Routledge.

REFER (2007) – *Plano Estratégico de Ecopistas em Portugal* (disponível em: [http://www.refer.pt/documentos/PE\\_ECOPISTAS.pdf](http://www.refer.pt/documentos/PE_ECOPISTAS.pdf), 24/06/2010).

REFER (2010) – *Ecopistas em Portugal* (disponível em: [www.refer.pt/patrimonio/ecopistas](http://www.refer.pt/patrimonio/ecopistas), 24-06-2010).

RODRIGUES, A. (2006) – “Os Trilhos Pedestres como uma actividade de lazer, recreio e turismo – uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal”. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº. 6, pp. 83-94.

ROMÃO, F. e BARREIROS, P. (1999) – *Guia de Percursos da Serra do Açor e Vale do Ceira*. Coimbra, Quercus.

ROMÃO, F. e BARREIROS, P. (1999) – *Percursos na Serra de Sicó*. Coimbra, Quercus.

SANTOS, V. (2000) – *Carta do Lazer das Aldeias Históricas de Portugal*. Lisboa, INATEL, pp. 2-6.

SARMENTO, J. C. (2003) – “A Requalificação de Caminhos de Ferro Desactivados: o Caso Português”, *I Seminário Iberoamericano de Vias Verdes*, Bolívia, 9 pp. (edição em cd-rom).

TOVAR, Z. (2010) – *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Turismo (Gestão Estratégica de Destinos Turísticos) apresentada à Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril.

VILARINHO, F. (2007) – *Publicações de Pedestrianismo (I)* (disponível em [pedestrianismoblogspot.com](http://pedestrianismoblogspot.com), 14-03-2010).

## **Walking, footpaths and heritage in Portugal: between enjoyment and preservation**

### **1. Walking and heritage**

The topic related to walking and footpaths has hardly been explored in the national and international literature. This communication has presented the latest facts and figures on walking and footpaths in Portugal, and it has tried to show that the enjoyment resulting from these activities (when planned) can help to develop bonds and values in the context of identifying, safeguarding, exploiting and interpreting heritage.



The pastime of walking along marked trails puts people in close contact with the landscape and “can make people aware of the importance of safeguarding natural and cultural resources, cultivating the well-being and the quality of life of those involved. This activity is particularly attractive in terms of education, science, recreation and tourism” (CALIXTO e DORES, 2008).

Walking has grown in popularity in recent years, partly thanks to major social and cultural changes and to a drive to encourage physical activity, improving well-being and personal image. Another important factor has been the wide-ranging territorial interventions, particularly with respect to renovation, revitalisation and regeneration, in which the State also participated via various departments, making use of a number of territorial management instruments. Such interventions were designed to bring heritage and landscapes closer to citizens and sometimes to develop them, creating more and better social and recreational areas and amenities (PEARCE and BUTLER, 2005).

Walks and walking are important means of motivating an attitude of discovery, preservation and utilisation of (natural, cultural and landscape) heritage sites. In the context of scheduled integrated interventions in leisure, sports, tourism, culture and nature areas they thus contribute to the integrated sustainable development of the territories and their populations alike.

Old paths between villages or which lead to fields, woods and grazing land; streams, too, and abandoned railway lines; pilgrim paths, routes taken by armies defending the country, all these (and others) are part of the memory and identity of regions and they are a historical and cultural heritage that is worth preserving and valuing.

To bring this heritage closer to people and inform them about it, to allow enjoyment of it and stimulate its exploitation, it has to be located, restored and provided with basic conditions for its use. The more important historic routes (or the more ‘typical’ ones, depending on the criteria adopted) should be provided with information and signs, both in situ and through publicity/access media, in cooperation with the people who know the area best.

Several bodies play an important part in creating and maintaining footpaths, viz., sports clubs and federations, mountaineering, camping and tourist associations, central, regional and local government authorities and tourist agencies and operators.

## **2. Footpaths: walkers and territories**

KOUCHNER and LYARD (2001) note that for most people walking is an informal activity, not a sport, and the routes are usually short (two to three hours), not very difficult and circular (starting and finishing in the same place). They mention other characteristics, including walkers' autonomy (over 90% do not use guides), the presence of women (about 50% of walkers in France and Germany), walking as a family activity, and the fact that walkers and hikers tend to come from the middle and upper social/economic classes.

According to the European Ramblers Association (2009), Europe is covered by a network of 11 Long Distance paths which cross several countries. "These paths total nearly 55000 km and are axes of a huge network that incorporates thousands of kilometres of local routes of varying lengths, and which are combined to cater for different users. Some of them follow historic routes, like the legendary GR65 French trail to Santiago de Compostela" (TOVAR, 2010).

Some European countries have a long tradition of walking, with a huge network of signed paths and excellent information and publicity materials. Austria, France, Germany, Great Britain and Switzerland are particularly advanced in this respect. Denmark, Hungary, Luxembourg and Sweden all have walking routes which also have shelters and other tourist accommodation establishments so that walkers have somewhere to sleep along the way.

The development of walking and designation of public footpaths is relatively new in Portugal. The 1990s is really the reference point, when rules on marking routes were published, the first paths were signed, the first publications appeared and the organisation of the activity started to grow. All in all it can be said that walking in Portugal, taking the number of activities scheduled by various bodies (around 240 in 2008-2009, non-commercial), has achieved significant status as a recreational activity, and is enjoyed increasingly often all over the country. The regions making the most effort in organising walking activities are the North (28%), Lisbon and Vale do Tejo (26%), and the Centre (21%), which together account for 75% of the total. 1780 activities were scheduled in 2009. Since walking is mostly a weekend pursuit, an average of 34 activities are organised per weekend, countrywide, over the year. Similarly, there was a significant growth (over 61%) in the number of scheduled walks between 2007 and 2009 (TOVAR, 2010).

The geographic distribution of walks focuses on the north, south and islands (Madeira and Azores), all of which regions combine mountain environments and areas of considerable natural interest. Within these regions, the most popular areas are: Peneda-Gerês National Park; the Serra da Freita; Idanha-a-Nova and surrounding areas; the municipalities in the Serras de Aire and Candeeiros; the Serra de Sintra and the littoral area of Lisbon; the municipalities of Montemor-o-Novo and Évora, in Alentejo, and the municipalities of Loulé, Tavira and Alcoutim, in Algarve.

There are nearly 3500 km of approved footpaths in Portugal, covering all the country apart from the Azores, where the facilities for this activity are very good, although not approved by the Portuguese Camping and Mountaineering Federation. “In the North there are 1025.6 km, Centre 761.5 km and Algarve 755.8 km of paths, together totalling 2542.9 km of approved footpaths, which is 76% of the total. The total for footpaths is the combined figures for short distance and long distance routes, with most being short distance ones (about 71%), that is, routes that can be done in a day, usually less than 30 km” (TOVAR, 2010). In relation to the latter, the mainland has 98.8% of the number of short distance footpaths and accounts for 99.2% of the total kilometres. The North region has the biggest total of kilometres for short distance routes, followed by the Centre, Algarve, Alentejo and Lisbon and Vale do Tejo. Madeira only has 3 footpaths, totalling 18.8 km.

As with the geographic distribution of the activity, the supply of approved public footpaths is greater in the mountains and areas of considerable natural interest (National Network of Protected Areas and Natura Network 2000). These are the main areas for the potential development of walks as tourist products.

Public footpaths are important in this context as a way of supplementing the tourist experience in a particular destination by being another activity for tourists to enjoy; but they can also be important by being the main tourist product and providing the reason for travelling to a destination.

In conclusion, walking and footpaths can be a mobilising platform for society to enjoy, explore and help to publicising and protecting unique resources and heritage that are, at the end of the day, the mystical spirit of any place. From this standpoint it is an activity of great relevance to the great crusade that consists of getting closer to, involving (and sometimes giving back) and creating enduring bonds between heritage and citizens, through values, and so it should be yet another element in integrating the instruments of territorial management, particularly at local and regional level. They are now a medium for revealing and getting to know landscapes whose value in

terms of aesthetics and heritage make them worthy of a visit, and preservation (as areas of biocultural equilibrium).

### **References**

CALIXTO, V. e DORES, A. (coord.) (2008) – *Guia de Percursos Pedestres (Algarve)*. Faro, Região de Turismo do Algarve e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

PEARCE, D. & BUTLER, R. (2005) – *Contemporary Issues in Tourism Development*. London, Routledge.

KOUCHNER, F. & LYARD, J. (2001) – “A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais – Guia pedagógico para a elaboração e execução de um projecto de passeio pedestre”. *Inovação em Meio Rural*, Caderno nº. 12, Observatório Europeu Leader (disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/walking/walking.pdf>, 12-02-2009).

TOVAR, Z. (2010) – *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Turismo (Gestão Estratégica de Destinos Turísticos) apresentada à Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril.